

LINGUAGENS DO
IDEÁRIO POLÍTICO

J. G. A. POCKOCK

Em lugar do panegírico inosso característico de boa parcela dos historiadores convencionais das idéias, Pocock efetua uma reconstrução apurada do universo de termos e conceitos de que se nutrem as terminologias políticas, sem abrir mão de incursões revigorantes sobre os chamados “grandes” autores do panteão do pensamento político. Lutas entre facções, partidos políticos e lideranças parlamentares; rivalidades doutrinárias envolvendo frações e setores das camadas dirigentes incumbidas do trabalho de formulação intelectual da atividade política; contenciosos relativos ao *status* e ao poderio das instituições religiosas e dos dirigentes eclesiásticos; ascensão e crise do Império colonial britânico, e viabilização da independência norte-americana – eis alguns dos tópicos abordados neste volume pelas lentes argutas e refinadas de Pocock, num fascinante convite ao leitor para uma ciência da política imersa na história.

ISBN 85-314-0754-0



9 788531 407543

Ao lado de Skinner, Pocock fez reviver o interesse heurístico pelo pensamento político, concedendo-lhe a condição privilegiada de discurso, mas agenciado por atores históricos situados e fundamente engajados nas lutas políticas de determinado momento.

A partir de um conhecimento erudito primoroso sobre as viradas da história do pensamento político – desde a Antigüidade, passando pelos modelos renascentistas, até as fórmulas invocadas pelas explosões revolucionárias conducentes aos regimes democráticos –, o autor demonstra aqui suas teses e argumentos sobre o pensamento político anglo-americano, com ênfase no século XVIII, e mais reflete, ainda, a respeito da natureza de seu projeto intelectual.

O cerne desta coletânea é a análise das linguagens políticas, apreendidas em meio às condições históricas de sua emergência e examinadas em função de seus liames com as práticas políticas. Nesse passo, vão adquirindo relevo os graus de autonomia ou heteronomia conferidos às instituições políticas e religiosas no interior do discurso político.

A reconstrução do contexto lingüístico, dentro do qual o discurso político assume suas feições, exige ainda que se leve em conta o sistema inteiro em sua complexidade e diferenciação – autores “clássicos” e “menores” –, no intuito de identificar tanto as balizas e constrações derivadas da teia de convenções vigente, como os parâmetros reconhecíveis de inovação. Por força de tais procedimentos, Pocock revitalizou uma vertente contextualista na história das idéias políticas, atenta, de um lado, aos materiais expressivos e, de outro, preocupada em deslindar a gramática subjacente aos textos estudados.

Sem descurar das constrações nos planos econômico, político, militar, religioso, e tampouco das relações intra-estatais tumultuadas numa Europa a braços com pretensões hegemônicas das diversas potências, Pocock logra enraizar o debate político no horizonte de alternativas com que se defrontavam os protagonistas e instituições enredados nesse embate.

Copyright © 2003 by J. G. A. Pocock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pocock, J. G. A., 1924-

Linguagens do Ideário Político / J. G. A. Pocock; Sergio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. – (Clássicos; 25)

ISBN 85-314-0754-0

1. Grã-Bretanha – História 2. Estados Unidos – História 3. Política – História I. Título. II. Série.

02-6586

CDD-320.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Ideário político: História 320.09
2. Pensamento político: História 320.09

Direitos em língua portuguesa reservados à:

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil Fax (0xx11) 3091-4151
Tel. (0xx11) 3091-4008/3091-4150
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Impresso no Brasil 2003

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

Apresentação	9
1. INTRODUÇÃO: O ESTADO DA ARTE	23
2. O CONCEITO DE LINGUAGEM E O <i>MÉTIER D'HISTORIEN</i>	63
3. VIRTUDES, DIREITOS E MANEIRAS	83
4. AUTORIDADE E PROPRIEDADE	101
5. MODALIDADES DO TEMPO POLÍTICO E DO TEMPO HISTÓRICO NA INGLATERRA DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII	127
6. A MOBILIDADE DA PROPRIEDADE E O NASCIMENTO DA SOCIOLOGIA DO SÉCULO XVIII	141
7. HUME E A REVOLUÇÃO AMERICANA	167
8. <i>O DECLÍNIO E QUEDA</i> DE GIBBON E A VISÃO DE MUNDO DO FINAL DO ILUMINISMO	187
9. JOSIAH TUCKER E BURKE, LOCKE E PRICE	203
10. A ECONOMIA POLÍTICA NA ANÁLISE DE BURKE DA REVOLUÇÃO FRANCESA	245
11. 1776 – A REVOLUÇÃO CONTRA O PARLAMENTO	269
12. IMPÉRIO, ESTADO E CONFEDERAÇÃO	289
13. O PENSAMENTO POLÍTICO NO ATLÂNTICO DE FALA INGLESA, 1760-1790 (PARTE 1)	323
14. O PENSAMENTO POLÍTICO NO ATLÂNTICO DE FALA INGLESA, 1760-1790 (PARTE 2)	363
15. A LIBERDADE RELIGIOSA E A DESSACRALIZAÇÃO DA POLÍTICA	401
16. DENTRO DOS LIMITES: AS DEFINIÇÕES DE ORTODOXIA	433

APRESENTAÇÃO

UM “GIRO LINGÜÍSTICO” NA HISTÓRIA DAS IDÉIAS POLÍTICAS

Em entrevista que nos concedeu recentemente, o historiador britânico John Pocock diz que sempre foi interessado “na historiografia como uma espécie de pensamento político”¹. A historiografia a que está se referindo é menos um trabalho de ou sobre narração de fatos do que a análise e a reconstrução do discurso político produzido pelos atores históricos, direta ou indiretamente engajados na ação política de seu tempo. Evidentemente, estudar o discurso político implica estudar fatos históricos, pois faz parte desse enfoque pensar os discursos como ações – “atos de fala”, para usar o termo da filosofia da linguagem contemporânea –, para reagir a fatos passados (geralmente ações humanas), modificar fatos presentes ou criar futuros. Mas o interesse maior de seu *métier* são as diferentes maneiras pelas quais esses atores percebem e refletem sobre tais fatos.

Já em seu aclamado *The Machiavellian Moment* (Princeton University Press, 1975), Pocock serviu-se do estudo dos discursos políticos produzidos na Itália renascentista e na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII para juntar os fios de uma longa tradição do pensamento político – o chamado “Humanismo Cívico”, uma versão renascentista do pensamento republicano nascido na Antigüidade Clássica – e traçar suas diversas mutações até o raiar da Independência Americana. Esta coletânea de ensaios que agora a Edusp presenteia ao leitor brasileiro é uma primorosa seleção

1. Cf. *Lua Nova*, 51: 31-40, 2000.

(proposta por Sergio Miceli em conjunto com o próprio autor) de textos escritos após aquele livro, que em alguns casos complementam, e em outros sintetizam, seus pontos de vista sobre a história do pensamento político anglo-americano, principalmente o do século XVIII, e sobre a própria natureza de seu trabalho historiográfico.

Esta breve apresentação não pretende, claro, discutir cada um desses ensaios, mas apenas chamar a atenção do leitor para algumas de suas notáveis realizações. Em especial: a reconstrução da estrutura das linguagens políticas no período histórico estudado pelo autor, juntamente com a análise de seu constante emprego e inovação pelos escritores políticos do tempo; e a abordagem do modo como as instituições políticas e religiosas são justificadas (ou atacadas) pelo discurso político, estabelecendo assim possibilidades, mas também limites, para se amoldarem ao fluxo dos acontecimentos.

Língua e Fala

Interpretar o pensamento dos escritores políticos a partir de seu “contexto lingüístico” é uma idéia cara a Pocock, assim como a diversos historiadores do pensamento político que hoje ensinam na Universidade de Cambridge (Inglaterra), ou lá se formaram nos últimos trinta anos. Apesar de ter lecionado em universidades norte-americanas, Pocock é um dos expoentes dessa escola, ao lado de Quentin Skinner, que conhecemos aqui no Brasil graças a traduções de seus instigantes estudos sobre o pensamento político renascentista e protestante, e em especial sobre Maquiavel e Hobbes².

Como os dois primeiros ensaios desta coletânea tratam de esclarecer, a tarefa de refazer o contexto lingüístico é bastante complexa, pois envolve não só delimitar a época e o lugar no qual supostamente operou, mas também estudar, nessas fronteiras, tanto grandes autores – o que hoje chamaríamos de “clássicos” – quanto autores menores. A delimitação das fronteiras, aliás, não pode ser feita *a priori*, pois só a leitura dos textos concretos, dos problemas e das polêmicas que os autores travaram entre si permitem estabelecer uma hipótese sobre os períodos. E também só essa leitura torna possível uma primeira hipótese sobre a gramática das linguagens políticas empregadas, a qual fornece como que o substrato para as intervenções dos autores. Daí que Pocock vá, numa frouxa analogia com a lingüística saussureana,

2. Q. Skinner, *Maquiavel* (São Paulo, Brasiliense, 1988); *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (São Paulo, Cia das Letras, 1996); e *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (São Paulo, Unesp, 1999).

situar seu trabalho em dois níveis: o da *língua*, que é o contexto lingüístico, e o da *fala*, que é o modo pelo qual um sujeito (o autor) se apropria da *langue*, seja para reafirmá-la seja até para inová-la profundamente. A interpretação de um texto político, portanto, jamais pode resignar-se a uma leitura “vertical” da obra, como se o seu autor constituísse um depósito hermeticamente fechado de todos os sentidos da mesma. Ela deve, isso sim, situá-los (o texto e a obra) dentro de um conjunto mais amplo de “convenções” ou “questões paradigmáticas” ou modos de enfrentar essas questões, comuns a vários autores mais ou menos contemporâneos – uma comunidade de “falantes” de uma linguagem política, que a atualiza através de suas intervenções particulares. Como essa atualização é pensada como atos de fala, o sentido da *langue* e do uso que o sujeito faz dela devem encontrar seu ponto de fuga no mundo de acontecimentos que as *paroles* pretendem modificar. As interações entre um e outro, por sua vez, acabam por modificar a própria *langue*.)

Fundamental, portanto, num trabalho dessa natureza, é o esforço de decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõem e assim por diante. Quando se adota essa perspectiva, dificilmente o historiador pode se contentar com os grandes autores, os “clássicos”, pois o exame do maior número e variedade deles, supostamente situados num mesmo contexto, por diminuto que seja o fôlego intelectual de suas obras, é decisivo para conhecer aquela gramática.)

Poder-se-ia objetar que tal procedimento leva a uma descaracterização dos clássicos, ou a uma diluição deles numa infinidade de autores filosoficamente pobres ou pouco inspirados. Mas, ao contrário, o desvendamento dessa gramática acaba ajudando a entender por que esse ou aquele autor poderia ser considerado um clássico – por conta, por exemplo, dos “lances” mais ousados ou consistentes que vieram a realizar no interior da trama lingüística em que estavam situados.)

Assim, o intuito de desvendar as linguagens políticas operantes no século XVIII de língua inglesa leva Pocock a investigar, em alguns dos ensaios aqui publicados, não autores, mas termos-chave, cujo relacionamento recíproco, em complementaridade ou oposição, constituiria o cerne de uma determinada *langue* comum de autores – tanto aliados quanto adversários – que intervieram no período. Vamos encontrar, então, estudos sobre as complementaridades/oposições entre as noções de “virtude”, “corrupção” e “direito”, “direito” e “maneiras”, entre “autoridade” e “liberdade”, entre “propriedade real” e “propriedade móvel” e assim por diante. Contudo, isso não o impede de fazer, em outros ensaios desta mesma coletânea, uma investigação mais específica de autores, tais como David Hume, Adam Smith, Edmund Burke, Edward Gibbon – para ficar nos mais conhecidos – justa-

mente aqueles que, a seu ver, fizeram os “lances” mais ousados ou consistentes dentro de um mesmo contexto lingüístico.

O Contexto Britânico

Falemos um pouco do contexto concreto que motivou os estudos de Pocock. Como dissemos, o centro de suas preocupações é o pensamento político de língua inglesa, e seus estudos giram em torno das linguagens políticas em operação no período que vai do advento da “Revolução Gloriosa”, nos anos de 1670-1690, até o advento da Independência Americana e da Revolução Francesa, entre os anos de 1770-1790. Convém introduzir primeiro o cenário dos acontecimentos relevantes que vão informar os autores e as linguagens que empregam.

Entre esses acontecimentos, Pocock destaca o desfecho da Revolução de 1688, com a renúncia de James II, a ascensão de uma casa não-britânica à Coroa e a conseqüente exclusão dos Stuart da sucessão monárquica. Com esse desfecho, a Inglaterra passa a se envolver mais profundamente na geopolítica da Europa Continental. O envolvimento continua a se aprofundar quando, por falta de sucessores diretos, a casa de Orange é substituída pela de Hanover, alemã.

A França vinha disputando com a Holanda o espólio do imenso império colonial espanhol, que estava em franco colapso. Com a ida de Guilherme de Orange ao trono inglês, o rei Luís XIV passa a defender os direitos dos Stuart ao trono, e a acusar o *Revolution Settlement* de usurpação. Isso vai levar a uma guerra de nove anos entre a França, de um lado, e a Inglaterra e Holanda, de outro³. Algum tempo depois, a França vai se intrometer na sucessão da coroa espanhola e na sucessão austríaca – o que leva os ingleses a acusá-la de tentar estabelecer uma “monarquia universal” na Europa. Tudo isso desencadeia uma nova série de guerras que se estenderá por quase todo o século, envolvendo, é claro, não só o território europeu, mas todos os territórios coloniais ultramarinos. O sucesso da Inglaterra na maioria desses confrontos vai elevá-la à condição de potência colonial de primeira grandeza.

Mas a guerra do século XVIII havia se tornado extremamente dispendiosa, tanto por causa do desenvolvimento de novas tecnologias militares, quanto porque, com as sucessivas guerras, os países envolvidos viram-se na contingência de manter

3. E à política inglesa de formação de um “Reino Unido” com as outras nações das ilhas britânicas – como a União com a Escócia, em 1707 – a fim de evitar que, também elas, acabassem questionando os resultados da Revolução.

um exército continuamente pronto e pago para o combate, em vez de recrutá-lo e dispensá-lo tão logo uma guerra terminasse. A Inglaterra, por sua vez, enquanto se tornava potência colonial, constituía um aparato administrativo que cuidava não apenas de suas fronteiras “naturais”, mas também de suas novas fronteiras coloniais e de seus novos súditos de além-mar. No auge de suas atividades expansionistas, os gastos do governo passaram de cerca de 2 milhões de libras (como usualmente ocorria em tempo de paz) para 150 milhões de libras. Isto é, cresceram 75 vezes.

Para fazer frente a essa pressão financeira, um emprego sem precedentes de empréstimos de particulares à Coroa teve de ser mobilizado. Os empréstimos oriundos de uma comunidade bancária internacional é prática corrente desde fins do período medieval. Mas agora os mecanismos de captação de fundos tornaram-se muito mais diversificados e complexos, requerendo uma administração governamental igualmente complexa. Em seu conjunto, o sistema ficou conhecido na Inglaterra como o “Crédito Público” ou “Dívida Nacional”. Para sua operação regular, foi decisiva a fundação do Banco da Inglaterra nos anos de 1690, que passou a centralizar e a administrar a captação dos empréstimos e a estimular a barganha de papéis do Tesouro nas bolsas de Londres e Amsterdã.

O fluxo contínuo de crédito sustentava-se na promessa do governo inglês de pagar a dívida no futuro, através dos impostos de seus cidadãos. Esse fato era percebido de formas divergentes pelo público engajado no debate político – a “república das letras”, como se dizia então: para alguns, significava chances contínuas de crescimento do comércio e da manufatura; para outros, uma perigosa hipoteca feita pelo governo dos bens de seus cidadãos, especialmente a propriedade da terra. Perigosa politicamente, porque era vista como uma virtual entrega, aos credores, daquilo que se considerava um dos fundamentos da independência política do país.

Até 1688, o debate político britânico girou em torno da dialética autoridade *versus* liberdade. Até onde deveria ir a autoridade do monarca? O monarca deteria uma soberania absoluta ou limitada? Se limitada, quais seriam esses limites? Por outro lado, o que constituiria a liberdade dos súditos? Fazer só aquilo sobre o qual a lei silenciava, ou cooperar com o monarca na elaboração das leis, através de uma casa de seus representantes, o Parlamento? *Grosso modo*, os que defendiam que a balança da Constituição deveria pender para o lado da autoridade do monarca chamavam-se *Tories*; e os que defendiam que ela deveria pender para a liberdade dos súditos chamavam-se *Whigs*.

O problema religioso misturava-se a essas questões, pois desde que Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica, o problema da autoridade do monarca relacio-

nava-se com a afirmação da Igreja nacional, o Episcopado Anglicano. Mas com a restauração da dinastia Stuart, na década de 1660, começou a crescer de novo a suspeita de que o rei estivesse permitindo um retorno da influência da Igreja Católica – um fantasma herdado da sangrenta guerra civil dos anos de 1640, a qual levou à decapitação de Carlos Stuart (Carlos I) e ao “interregno republicano” da década seguinte. Entre os que defendiam mais liberdade para os cidadãos, havia tanto aqueles que defendiam maior liberdade religiosa, quanto aqueles que desejavam que o monarca, ao reconhecer a autoridade do Parlamento, também assumisse sem ambigüidades a condição de chefe da Igreja nacional.

A Revolução de 1688 praticamente resolveu essa pendência. A partir de então tornou-se incontestável que o rei deveria governar com o Parlamento (através da fórmula *King-in-Parliament*) e assumir o seu papel de defensor supremo da Igreja e da ortodoxia anglicanas. Rei, Parlamento e Episcopado deveriam ser a tríade indissolúvel da soberania nacional, ainda que a Revolução tivesse, com o *Toleration Act* de 1689, concedido alguma liberdade religiosa para grupos protestantes não-anglicanos. No período pós-1688, o problema passa a ser, na verdade, não se o Parlamento deveria governar e sim como manipulá-lo, visto que ele definitivamente daria a última palavra. Com isso, os papéis das correntes de opinião se alteram: a antiga visão *Tory* passa para a segundo plano e a dos *Whigs* à condição de principal sustentáculo do novo regime, especialmente porque agora essa corrente tinha voz e poder decisório efetivo no Parlamento. Contudo, só uma parte dos *Tories* (os chamados “jacobitas”) resolveram lutar de fato pelo retorno da antiga dinastia, pois, com o tempo, uma parte deles foi aceitando o papel de “oposição leal” ou mesmo assumindo responsabilidades de governo. Por outro lado, nem todos os antigos *Whigs* aderiram ao novo estado de coisas. Enfim, velhos aliados tornaram-se adversários e velhos adversários, aliados.

O monarca, para preservar sua influência nas decisões, começa a constituir seu grupo de conselheiros e ministros entre os representantes do Parlamento. É claro que isso só teria efeito prático se fossem escolhidos entre os da corrente de opinião majoritária (os *Whigs*, durante um certo tempo no séc. XVIII). Para atraí-los, o monarca dispunha de uma série de artifícios, entre os quais as pensões reais e a promessa de influência na máquina administrativa, especialmente no aparato colonial, que serviam de moeda de troca para a aprovação das iniciativas da Corte no Parlamento. Tal esquema de sustentação política do governo – que evidentemente envolvia apoios ostensivos para garantir que um grupo fechado de candidatos sempre fosse eleito – ficou conhecido na época como *patronage* (“patronagem”), e era um dos motivos para os adversários se referirem ao regime como “a oligarquia *Whig*”.

Os Termos do Embate de Idéias

Tendo em vista esse quadro de acontecimentos, Pocock procura identificar as balizas para a compreensão do debate político no período. A seu ver, a Revolução Gloriosa vai alterar o eixo do embate de idéias na seguinte direção. Agora, quem quisesse se confrontar com o *establishment* teria de fazê-lo colocando em questão a autoridade do Parlamento. E havia duas maneiras de questioná-la: atacando a vinculação supostamente indissolúvel entre o Rei e o Parlamento, ou entre este e a Igreja nacional. Do ponto de vista formal, parecia um tanto mais complicado confrontar-se diretamente com a soberania do Parlamento, que a Revolução estabeleceu sem sombras de dúvida, do que com aqueles dois vínculos que davam ao novo regime as condições para operar essa soberania. Pois que o centro do poder político estivesse situado na casa dos representantes da nação, satisfazia os anseios de grande parte da alta opinião letrada: formalmente, o Rei não mais ousava desafiar as prerrogativas do Parlamento, e não mais ousava avançar (através de impostos) sobre o direito de propriedade dos súditos representados sem o seu consentimento. E periodicamente, por meio de eleições parlamentares, os representantes renovavam seu “contrato” com o povo.

Em outras palavras, para que o confronto com a autoridade do Parlamento fosse ideologicamente efetivo, era sobretudo a qualidade de seu funcionamento, e não tanto o estatuto legal de sua soberania, que deveria ser posta em xeque. E é neste ponto que clássicas questões de filosofia política vão se misturar a novas questões religiosas para dar o caldo das polêmicas.

Por um lado, o elo com as questões clássicas é feito pelo resgate da tradição do humanismo cívico. Em *The Machiavellian Moment*, Pocock já havia delineado bem os aspectos centrais dessa tradição no período de sua gestação, o Renascimento Italiano, e rastreado sua continuidade e renovação em contexto britânico nos anos de 1600, especialmente durante o interregno republicano, e no decorrer do século XVIII. Várias conclusões desse estudo são repostas no decorrer desta coletânea, como apontamos a seguir. Por outro lado, as novas questões religiosas são dadas pelas características especiais do desenvolvimento do protestantismo em território britânico, as quais confluem com a inspiração eminentemente republicana do humanismo cívico.

Centrar o discurso não no estatuto legal das instituições, mas na qualidade de seu funcionamento, significa examinar as condições por meio das quais os cidadãos interagem politicamente. A legalidade das instituições, embora nunca deixe de ser relevante, tende a captar apenas a “estática”, digamos assim, da legitimidade delas, e não a sua “dinâmica”. O humanismo cívico, ao pôr em relevo as dispo-

sições subjetivas com que as pessoas exercem seus direitos políticos – através, por exemplo, da dialética “virtude *versus* corrupção” –, é levado a avaliar os contornos morais, sociais e econômicos que estimulam ou inibem as disposições cívicas desejáveis. Assim, é uma certa apropriação desse modo de encarar o problema da legitimidade que dará às oposições ao novo regime *Whig* parte da munição para o seu combate de idéias.

Para essas correntes, a qualidade cívica das instituições era afetada negativamente pelo tripé da sustentação econômica, militar e política do novo regime: o crédito público, o exército permanente e a patronagem. Pois essas três inovações estariam solapando tanto o equilíbrio entre os componentes da Constituição – o rei, os lordes e os comuns – quanto a independência política dos cidadãos (considerados individualmente), ambos vistos como os antídotos fundamentais à tirania. Como um problema constitucional, o crédito público podia facilmente ser tomado como o vértice que ligava as duas outras pontas do tripé acima mencionado. Assim, entre as correntes de oposição ao sistema *Whig*, o crédito público era condenado por constituir a plataforma de sustentação de todo o aparato administrativo colonial e doméstico da Coroa, e a fonte dos cargos, privilégios e pensões oferecidos pela Corte. Esses, por sua vez, davam ocasião ao exercício sem freios da patronagem real, que virtualmente submetia o Parlamento a um só interesse e, logo, introduzia o “facciosismo” nas práticas políticas. A acusação de facciosismo era uma das maneiras de apontar para o desvirtuamento da Constituição inglesa, tradicionalmente pensada como um conjunto de instituições e procedimentos voltados para manter um “equilíbrio” ou “balança” entre diferentes interesses. Sem esse equilíbrio, abria-se o caminho para a extinção da liberdade dos súditos, isto é, a tirania. Uma outra maneira de apontar para esse desvirtuamento e para o perigo da tirania era o uso do crédito público para financiar um exército de soldados profissionais, destacado da cidadania e colocado ao inteiro dispor da Corte – a chamada *standing army* ou exército permanente. A presença contínua desse aparato militar estimulava analogias com a experiência imperial romana e, logo, um forte receio do surgimento de um general ambicioso, bem-sucedido nas guerras de expansão colonial, que a partir de sua popularidade e da lealdade de seus soldados viesse a submeter as instituições civis.

Ao mesmo tempo, as ansiedades geradas pelo crédito público traziam de volta o clássico problema da relação entre propriedade, comércio e independência do cidadão. Nas repúblicas antigas, costumava-se pensar que pessoas totalmente envolvidas no mundo da troca de mercadorias e da divisão do trabalho eram moralmente instáveis e frouxas: o mergulho nessas atividades induziam-nas à corrupção de suas virtudes políticas e militares, isto é, à perda do interesse em zelar pelo bem

comum e da vontade de defender a pátria pessoalmente, empunhando armas. Não eram, portanto, próprias ao bom cidadão-miliciano. Cabia às instituições políticas zelar para que a cidadania não se entregasse a essas atividades a tal ponto que acabasse dependente delas. A preservação da integridade da propriedade da terra (a sua imobilidade) pelo chefe de família, nesse sentido, era entendida como base material indispensável à virtude, uma espécie de caução da própria integridade da personalidade cívica. A herança desse modo de pensar pelo humanismo cívico, num tempo em que as cidades-estado renascentistas italianas viam-se profundamente envolvidas e dependentes de atividades comerciais e bancárias, colocavam o mundo letrado sob uma grande pressão ideológica, interpretada por Pocock como um estado de crise de consciência (daí o termo “momento maquiaveliano” para caracterizá-lo). Pois o modo peculiar com que essas modernas cidades-estado surgiram e cresceram geravam uma aguda consciência republicana e, ao mesmo tempo, a percepção de que as novas condições materiais e sociais dificultavam espetacularmente sua preservação.

Algo parecido volta a ocorrer no século XVIII britânico, embora as percepções sobre as novas condições sejam bem mais divergentes. Se um cultivo revigorado da política idealizada pelo classicismo antigo pode ser constatado, também é verdade que a enorme intensificação do comércio, da manufatura e da divisão do trabalho vivida pelo país começava a ser recebida de forma positiva, no que diz respeito a seus efeitos políticos, morais e até artísticos, por parcelas crescentes da opinião letrada. No conjunto, trata-se de um século ambíguo em relação a esse problema. A ambigüidade pode ser percebida mesmo entre os dois grandes campos de opinião – de resto profundamente divergentes – que se formaram no ataque e na defesa do novo *status quo*. Se o campo oposicionista parecia levantar sérias restrições às transformações da economia política moderna, em particular à crescente substituição da propriedade imóvel pela mobiliária, no fundo ele não tinha nenhuma alternativa convincente à disposição, a não ser que quisesse se expor ao ridículo de oferecer a de uma economia agrária auto-suficiente e rústica. Cientes disso, seus expoentes estavam geralmente prontos a reconhecer a inevitabilidade, e mesmo a necessidade, do comércio, da divisão de trabalho e da economia monetária. A fúria de seus ataques, portanto, não podia estar centrada contra a economia moderna em si, mas apenas contra a possibilidade de suas operações contaminarem o centro nervoso da política. Comércio e dinheiro sim, mas não a dependência da comunidade política para com uma dívida nacional incontrollável; divisão do trabalho sim, mas não a especialização do representante no Parlamento num político profissional dependente da Corte, ou a especialização do cidadão-miliciano num profissional da guerra dependente de seu general.

Já no campo, digamos, situacionista, os argumentos apontavam para o potencial civilizatório das trocas comerciais entre indivíduos e nações. Influenciados por Montesquieu, seus autores – os expoentes oriundos da safra intelectual do chamado “Iluminismo Escocês” – diziam que o comércio e o conseqüente alastramento da economia monetária e da divisão do trabalho criavam de fato laços de dependência recíproca, e isso não era ruim. Pois a interdependência dificultaria que pessoas ou grupos dispensassem os serviços uns dos outros, e tal percepção acabaria ajudando a preservar a balança constitucional. Ademais, esse campo procurava mostrar que o antigo cidadão-fazendeiro-soldado podia até ser, nas palavras de Pocock, “heróico”, mas também era “embrutecido”, insensível aos refinamentos das artes e às boas “maneiras”. Os tempos modernos realmente significavam uma perda considerável das antigas virtudes políticas e militares, mas essa perda era mais do que compensada pelo florescimento de outras qualidades morais, entre as quais a própria “civildade”. Por outro lado, a expansão da manufatura e do comércio livre era tomada como condição *sine qua non* da riqueza das nações – e por isso muitos deles criticavam o fechado mercantilismo colonial – e essa, por sua vez, condição para o sucesso político e militar do país, já que só uma nação rica materialmente poderia bancar os custos exponenciais da guerra profissional moderna: nações comerciais também venceriam as batalhas. Esses autores estavam, por conseguinte, até mesmo dispostos a aceitar, graças a essas vantagens, o instituto da patronagem e do exército permanente.

Na leitura de Pocock, todavia, mesmo os ardentes defensores do regime *Whig*, como o filósofo escocês David Hume, viam com ambigüidade, e até muita apreensão, o crescimento incontrolável da dívida nacional e, no fim das contas, sugeriam que o recurso imoderado a ela poderia de fato exaurir os recursos nacionais e levar a Constituição a uma “morte violenta”. O que não deixa de flagrar um contágio das ansiedades do humanismo cívico mesmo no campo adversário. Não estava claro, porém, e para nenhum dos dois lados, como se poderia acolher as premissas da economia política moderna sem desembocar na lógica implacável da dívida nacional.

Tomemos agora as questões religiosas. Se o discurso cívico-humanista do campo de oposição tentava abalar a autoridade do Parlamento pela acusação de facciosismo, ao denunciar as relações promíscuas entre Rei e Parlamento, o discurso religioso procurava fazê-lo atacando a promiscuidade entre Rei, Parlamento e Igreja nacional. Nos últimos ensaios da coletânea, Pocock mostra com muita eloquência por que o vínculo estrito dessas três instituições era o cerne da autoridade constituída.

Para justificar sua existência, o Episcopado Anglicano tinha de evitar tanto a ortodoxia católica, que representava o “desvio da superstição”, quanto as heterodoxias das seitas independentes protestantes, que representavam o “desvio do entu-

siasmo”. Quando Henrique VIII firmou-se como chefe da Igreja na Inglaterra, ele só poderia fazê-lo negando a autoridade papal – isto é, rejeitando sua condição de chefe da Cristandade. Ao mesmo tempo, porém, ele o fez reconhecendo a autoridade exclusiva do Episcopado inglês em matéria de doutrina religiosa. Quando o rei Stuart foi destituído em 1688 por suspeita de retornar aos braços do Catolicismo, o Parlamento assumiu o papel de campeão da Igreja nacional e, para devolver ao Rei o título de chefe dessa Igreja, tornou-o parte integrante de si próprio (daí o *King-in-Parliament*). Supunha-se que, assim, estavam definitivamente fechadas as portas para a ortodoxia católica, mas também para aquela liberdade religiosa irrestrita esperada pelo protestantismo independente.

Em termos doutrinários, Pocock vê a situação do anglicanismo da seguinte maneira. Se a ortodoxia católica havia de ser rejeitada, também era impossível negar toda e qualquer ortodoxia. Certos credos católicos tinham de ser preservados, pois deles dependiam a afirmação da autoridade episcopal em matéria doutrinária. Por exemplo, a idéia da continuidade da presença de Cristo através da Igreja teria de ser zelosamente resguardada. E isso implicava a doutrina da Encarnação: Cristo estava presente pela comunhão dos fiéis na mesma Igreja; e também a doutrina da Trindade, pois Deus não era apenas Pai (Criador) e Espírito, mas estava encarnado em Cristo. A Igreja, dizendo-se o Corpo de Cristo pela comunhão, herdava a autoridade de Cristo, e isso era decisivo para a sua afirmação como Igreja oficial.

Para questionar a supremacia do Episcopado em matéria religiosa, o discurso oposicionista do protestantismo independente acusava-o de ser uma mera versão paroquial do Catolicismo. Por isso tendia a rejeitar a doutrina da Encarnação ou, pelo menos, aqueles aspectos da doutrina que conduziam à idéia da continuidade da presença de Cristo numa determinada Igreja. Muitos, porém, faziam-no em nome da idéia de que Deus, pelo Espírito Santo, falava-lhes diretamente aos ouvidos, sem a mediação de bispos e padres. E aqui os defensores do Episcopado contra-argumentavam dizendo que essa idéia facilmente deixava os crentes à mercê de líderes ambiciosos, e politicamente perigosos, que se diziam novos profetas (por falarem diretamente com Deus), ou até novos Cristos – donde a acusação de “entusiasmo”. Afinal, era bastante persuasivo lembrar a experiência traumática, ainda não muito distante, da guerra civil e da “anarquia” provocada por tais crenças e tais líderes.

Contudo, a muitos integrantes do próprio Episcopado, incomodava que restasse de fato algo da “superstição” católica encravada na doutrina anglicana. Certamente calava fundo, neles – embora isso não pudesse ser confessado publicamente –, ver um autor como Thomas Hobbes mostrar (no *Leviatã*, por exemplo) como não pas-

sava de magia própria de charlatães afirmar que, através de certas palavras, a hóstia e o vinho se transformavam literalmente no corpo e no sangue de Cristo. Crenças como essas dificultavam enormemente a busca, almejada por certos bispos anglicanos, de um “Iluminismo moderado” (a expressão é de Pocock), que efetivamente evitasse tanto a superstição quanto o entusiasmo, e que também pudesse contribuir para dar estabilidade ao regime, ao moderar o confronto entre os adversários políticos. Mas era extremamente complicado alcançar esse meio-termo, pois qualquer afastamento daquela ortodoxia expunha seus protagonistas à suspeita de saltar para o campo do entusiasmo, ou à suspeita de “hobbismo”, um termo que não gozava de boa reputação em qualquer campo. Ademais, como o Episcopado poderia sustentar-se institucionalmente sem a Encarnação e a Trindade? Indiretamente, tal caminho afetaria, outra vez, a autoridade do Parlamento e, portanto, até por interesses mundanos, a oligarquia que o controlava não poderia aceitá-lo.

O Império e a Independência Americana

Com essas balizas do discurso político alinhavadas, Pocock pôde projetar novas luzes sobre os dilemas da construção do império colonial britânico em sua “primeira fase” (século XVIII), que culmina com a Independência Americana. Mas primeiro é preciso lembrar que, após sucessivos enfrentamentos para conquistar ou consolidar domínios ultramarinos, a Coroa encontrava-se no limite de sua capacidade material e financeira. Para aliviar a pressão, o Parlamento resolve aprovar leis ampliando a carga de tributos sobre os súditos coloniais – entre os quais o *Stamp Act*, mencionado por Pocock, que taxava toda transação escrita nas colônias da América do Norte. Essas medidas causavam enorme insatisfação entre os colonos, levando a um questionamento da legitimidade do Parlamento inglês para taxar súditos que sequer eram representados ali.

Na crise que antecede a eclosão da guerra da Independência, Pocock constata que alguns defensores do regime *Whig* já consideravam que o Império colonial era um fardo pesado demais para ser carregado e, desse modo, não faziam questão de conservar os laços dos americanos com a Grã-Bretanha. Além disso, saídas intermediárias entre os extremos da independência e da total submissão haviam sido pensadas, e porém nenhuma se viabilizou. Tais eventos intrigam o historiador.

Pelo menos duas saídas intermediárias chegaram a ser consideradas seriamente por ambos os lados. A primeira era transformar o Império numa Confederação de assembléias autônomas, responsáveis pelo autogoverno dos diferentes “domínios” imperiais, e tendo por cabeça o Rei inglês. A idéia era até recebida com simpatia

APRESENTAÇÃO

entre os líderes coloniais, que ao criticarem os atos do Parlamento clamavam para que o Rei se “libertasse” daquela instituição. Mas esta era uma solução inaceitável para o Parlamento, pois atacava um dos pilares da Revolução Gloriosa, o *King-in-Parliament*. Uma confederação com o Rei não vinculado a nenhum parlamento parecia mesmo uma solução *Tory*, e essa permanente tentação a que a aventura imperial induzia explica em parte por que certos expoentes do regime *Whig* (como Edmund Burke) faziam sérias restrições a ela.

A segunda solução era aceitar que o Parlamento acolhesse representantes dos colonos. Mas além do temor, da parte dos ingleses, de que um dia as colônias ultrapassassem a população da metrópole, a solução logo tornou-se inaceitável para os próprios colonos, devido a sua peculiar experiência religiosa. A experiência americana, desde os primórdios, era marcada pelo protestantismo independente, pela heterodoxia. Integrar-se ao Parlamento inglês significava ou aceitar sua ligação umbilical com a Igreja oficial, ou quebrar essa ligação, o que nenhum dos dois lados estava disposto a conceder.

Em suma, restava o caminho da independência. E aqui os colonos, para justificá-la, souberam valer-se dos discursos de oposição ao regime *Whig* gestado na própria Grã-Bretanha, como o testemunham documentos como a Declaração da Independência. O leitor vai então encontrar, nesta coletânea, um rico exame das possibilidades de adaptação desses discursos em solo norte-americano. Em especial, a crítica ao *King-in-Parliament* e à ortodoxia anglicana ajudam a explicar por que os *Founding Fathers* puderam considerar noções como a separação dos poderes constitucionais e os termos de uma ampla tolerância religiosa.

CICERO ARAUJO

INTRODUÇÃO

O ESTADO DA ARTE*

I

Dos ensaios que compõem este volume¹, nove foram publicados originalmente entre 1976 e 1982, embora um ou dois deles tenham sido escritos para leitura em público antes de sua publicação. No conjunto, eles constituem um trabalho sobre a história do discurso político na Inglaterra, na Escócia e nos Estados Unidos, principalmente no período compreendido entre a Revolução Inglesa de 1688 e a Revolução Francesa de 1789. Trata-se de um trabalho realizado em uma época em que as percepções da “história britânica” estavam em contínua mudança – talvez mais drasticamente do que durante um bom período de tempo no passado –, uma época em que as percepções do que constitui a “história do pensamento político” passavam por um intenso escrutínio e reformulação. Embora o presente livro² tenha sido elaborado com o objetivo de ser uma contribuição à práxis, não à teoria, do ramo da historiografia a que pertence, é necessário apresentá-lo com uma explanação sobre onde ele se situa nesse processo de mudança na historiografia do pensamento político. Descrever uma práxis e suas conseqüências e implicações, contudo, especialmente quando elas são

* Extraído de J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce, and History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-34.

1. Trata-se da obra de onde foi extraído o presente ensaio: J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce, and History*, *op. cit.*

2. *Idem, ibidem.*

vistas como estando em processo de mudança, é algo que não pode ser feito sem se empregar, e até certo ponto explorar, a linguagem da teoria.

Já utilizei duas expressões, “história do pensamento político” e “história do discurso político”, que nitidamente não são idênticos. A primeira delas é aqui mantida, e na terminologia de instituições e publicações especializadas, por ser familiar e convencional e por servir para orientar nossos esforços no rumo certo, e também porque de forma alguma é inadequada. As atividades a cujo estudo ela nos remete são visivelmente atividades de homens e mulheres pensantes. A linguagem que eles empregam é autocrítica e autodepuradora e, com frequência, se eleva até os níveis da teoria, da filosofia e da ciência. No entanto, as mudanças por que tem passado esse ramo da historiografia nas duas últimas décadas podem ser caracterizadas como um movimento de abandono da ênfase na história do pensamento (e de forma ainda mais acentuada, “das idéias”) rumo a uma ênfase de algo bastante diferente – por isso a expressão “história do discurso” – embora nem isenta de problemas nem irrepreensível – parece ser a melhor terminologia encontrada até o momento. Mostrar como esse movimento se deu, e o que ele implica, faz-se necessário para ser possível apresentar sua práxis.

Numa retrospectiva centrada em Cambridge, algumas das origens desse movimento podem ser encontradas na análise lingüística adotada por alguns filósofos da década de 1950, que tendiam a apresentar os pensamentos como proposições que requerem um número limitado de modos de validação. Outros, nas teorias dos atos de fala (ou de discurso – *speech-acts*) desenvolvidas em Oxford e outros lugares mais ou menos na mesma época, tendiam a apresentar os pensamentos como elocuções atuantes sobre aqueles que as ouvem, e até mesmo sobre aqueles que as enunciam. Ambas as visões tendiam a concentrar a atenção sobre a grande variedade de coisas que podiam ser ditas ou reconhecidas como tendo sido ditas, e sobre a diversidade de contextos lingüísticos que iriam determinar o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito. É bastante óbvio o que os historiadores do pensamento político andaram fazendo com essas concepções que lhes eram assim oferecidas. Mas é curioso, em retrospecto – e talvez uma indicação da dificuldade de se conseguir que os filósofos falem sobre as mesmas coisas que os historiadores –, que a série *Philosophy, Politics and Society*, que Peter Laslett começou a publicar em 1956, se dedicasse quase inteiramente à análise e à investigação de asserções e problemas políticos, e raramente à definição de seu *status* histórico ou à historiografia do debate político³. De modo paradoxal, exata-

3. As três exceções que se pode dizer que confirmam essa regra são J. G. A. Pocock, “The History of Political Thought: A Methodological Enquiry”, em Peter Laslett e W. R. Runciman (orgs.), *Philosophy*,

INTRODUÇÃO

mente ao mesmo tempo em que Laslett anunciava que “por enquanto, de qualquer forma, a filosofia política está morta”⁴, a história do pensamento político, inclusive a filosofia (se é que a filosofia pode ser incluída em algo), estava a ponto de sofrer um revivescimento bastante dramático, graças em grande parte ao próprio Laslett. Foi o trabalho editorial de Laslett sobre os textos de Filmer e Locke⁵ que ensinou a outros, inclusive o presente autor, quais os arcabouços, tanto teóricos quanto históricos, em que eles deveriam situar suas pesquisas.

Neste ponto começava a tomar forma uma historiografia com ênfases bastante características: primeiro, sobre a variedade de “linguagens” em que o debate político pode se desdobrar (um exemplo poderia ser a linguagem do Direito Consuetudinário como componente do que agora conhecemos como antigo constitucionalismo)⁶; e, segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate. A republicação dos textos de Filmer, em 1679, provocou respostas muito diversas em termos lingüísticos como a do *First Treatise*, de Locke, bastante diversa em comparação com o seu *Second Treatise*, ou a dos *Discourses on Government*, de Algernon Sidney, também diversa em relação a ambos, e ao mesmo tempo provocou, naqueles preocupados em replicar mais ao *Freeholder's Grand Inquest*⁷ do que ao *Patriarcha*, respostas ainda de um outro tipo: a controvérsia entre Petyt e Brady, ou a revisão de Harrington por seu colega e colaborador Henry Neville⁸. Todas essas tendências na história do debate político poderiam ser acompanhadas sob o ponto de vista de como elas divergiram e voltaram a convergir; aqui começa a nascer uma história de atores expressando-se e respondendo uns aos outros em um

Politics and Society: Second Series, Oxford, Blackwell, 1962; Quentin Skinner, “‘Social Meaning’ and the Explanation of Social Action”, e John Dunn, “The Identity of the History of the Ideas”, ambas em Peter Laslett, W. G. Runciman e Quentin Skinner (orgs.), *Philosophy, Politics and Society: Fourth Series*, Oxford, Blackwell, 1972.

4. Peter Laslett (org.), *Philosophy, Politics and Society*, Oxford, 1956, p. vii.

5. Peter Laslett (org.), *Patriarcha and Other Political Works of Sir Robert Filmer*, Oxford, Garland, 1949; Peter Laslett (org.), *John Locke: Two Treatises of Government*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960 (ed. rev. 1963).

6. J. G. A. Pocock, *The Ancient Constitution and the Feudal Law: English Historical Thought in the Seventeenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1957.

7. James Tyrrell e William Petyt consideravam essa obra como sendo da mesma tendência que os escritos publicados sob a assinatura de Filmer, dessa forma, não entrarei na atual controvérsia acerca da autoria desses textos. Ver Corinne Comstock Weston, “The Authorship of the *Freeholder's Grand Inquest*”, *English Historical Review*, XCV, 1 (1980), pp. 74-98.

8. Caroline Robbins, (org.), *Two English Republican Tracts*, Londres, Cambridge University Press, 1969.

contexto lingüístico comum, embora diverso. A pergunta por que tudo isso parecia ser uma revolução na historiografia do pensamento político exige que descrevamos o “estado das artes” antes de isso tudo ocorrer, e é difícil fazê-lo sem tocar em alguns pontos delicados. O aspecto mais imediato a mencionar é o de que, desde então, tem sido sentida (e atendida) uma necessidade de redefinição da historiografia do pensamento político e suas implicações, e de definir sua práxis em termos mais rigorosamente históricos.

Tem sido recorrente a noção que *in illo tempore* as disciplinas da teoria política e a história do pensamento político foram sendo confundidas uma com a outra, e que o advento de uma filosofia analítica e da linguagem rigorosamente a-histórica ajudou muito a distingui-las. Mas se, por um lado, os filósofos da linguagem não estavam interessados na escrita da história, os historiadores, por sua vez, demoraram muito a aproximar-se e tirar proveito da filosofia das proposições e dos atos de fala, ou para contribuir com ela. O presente autor tem consciência de que, na época, não tanto aprendeu dos colaboradores de *Philosophy, Politics and Society* quanto descobriu mais tarde que estivera aprendendo com eles: foi a prática que o levou a descobrir as implicações de suas idéias. A análise da pesquisa científica na turbulenta passagem de Popper a Kuhn, e para além deles, teve sua importância, mas foi somente em meados da década de 1960, com a primeira publicação dos textos de Quentin Skinner, que os historiadores do pensamento político começaram a estabelecer e expor a lógica de sua própria pesquisa e a aprofundá-la nas áreas em que ela se aproximava da filosofia da linguagem. Iniciou-se então uma discussão que continua a produzir uma vigorosa e extensa literatura⁹. Seria difícil, e talvez nem mesmo fosse útil, rastrear todos os meandros desse debate ou tentar escrever sua história. Contudo, a necessidade de descrever o atual “estado das artes” nos obriga a expor as suas principais características.

9. Bibliografias completas até o momento de sua compilação podem ser encontradas em Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978 (2 vols.), vol. 1: *The Renaissance*, pp. 285-286; Lotte Mulligan, Judith Richards e John K. Graham, “Intentions and Conventions: A Critique of Quentin Skinner’s Method for the Study of the History of Ideas”, *Political Studies*, XXVI, 1 (1979), pp. 84-98; J. G. A. Pocock, “The Machiavellian Moment Revisited: A Study in History and Ideology”, *Journal of Modern History*, LIII, 1 (1981), pp. 50-51 n. 9; James H. Tully, “The Pen Is a Mighty Sword: Quentin Skinner’s Analysis of Politics”, *British Journal of Political Science*, XIII, 4 (1983), pp. 489-509.

É preciso mencionar que há vários tipos de linguagem — relacionados com informática, pesquisas de marketing, ou algo do gênero — em que a expressão “estado das artes” tem assumido o significado de algo efêmero. Este autor não deseja ser lido nesse sentido. Ele acredita estar realizando um trabalho cujo presente estado pode ser examinado de uma maneira reflexiva, e espera que esta nota possa ser de interesse para os historiadores.

INTRODUÇÃO

O professor Skinner é conhecido por ter feito, em diferentes momentos, dois pronunciamentos sobre os objetivos que um historiador desse tipo deveria perseguir. O primeiro desses pronunciamentos enfatizava a importância de se resgatar as intenções que um autor teria abrigado ao elaborar seu texto. As objeções que têm sido feitas a essa proposta não a destruíram, mas apontaram a necessidade de, sob alguns aspectos, ir além dela. Por exemplo, tem-se questionado se podemos resgatar as intenções do autor a partir da análise de seus textos sem nos tornarmos prisioneiros do círculo hermenêutico. A resposta é que isso pode de fato ser um risco, quando não temos nenhum indício em relação às intenções do autor, além do próprio texto. Na prática, é isso o que acontece algumas vezes, mas nem sempre. Pode haver indícios, não confiáveis e traiçoeiros mas ainda assim utilizáveis, em outros textos do autor ou em sua correspondência privada. O admirável hábito de se preservar as cartas dos grandes homens tem sido corriqueiro entre antiquários ao longo de séculos. Quanto mais provas o historiador puder mobilizar na construção de suas hipóteses acerca das intenções do autor, que poderão então ser aplicadas ao texto ou testadas em confronto com o mesmo, maiores serão as suas chances de escapar do círculo hermenêutico, ou mais círculos desse tipo seus críticos terão de construir na tentativa de desmontar essas hipóteses.

Uma objeção mais perspicaz é a que questiona se um *mens auctoris* pode ser considerado existindo independentemente de seu *sermo*, isto é, se um conjunto de intenções pode ser isolado como algo que existe na mente do autor, a cuja efetivação ele então procederia, escrevendo e publicando seu texto. Será que as intenções não existem somente à medida que são concretizadas na escrita e publicação do texto? Como pode o autor saber o que pensa, ou o que quer dizer, antes de ver o que disse? O autoconhecimento é retrospectivo, e cada autor é sua própria coruja de Minerva. Ainda assim, provas do tipo mencionado no parágrafo anterior podem ocasionalmente ser mobilizadas para mostrar que se pode dizer de um autor, do qual se conhece o suficiente, que ele tinha a sua disposição um certo número de ações possíveis, levando a efeito uma certa variedade de intenções, e que o ato que ele de fato executou e as intenções que ele de fato levou a cabo podem ter diferido de algum outro ato que ele poderia ter efetuado e até mesmo ter cogitado efetuar. Mas a objeção com a qual estamos lidando é mais radical. Ela questiona não apenas que as intenções possam existir antes de ser articuladas em um texto, como também que se possa dizer que elas existem independentemente da linguagem em que o texto será construído. O autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas. Os modos de discurso disponíveis dão-lhe as intenções que ele pode ter, ao proporcionar-lhe os únicos meios de que

ele poderá dispor para efetuá-las. Neste ponto, a objeção que estamos analisando levanta a questão da *langue* bem como a da *parole*, do contexto lingüístico bem como do ato de fala (ou de discurso).

Isso evidentemente constituía apenas parte da polêmica de Skinner. Sua insistência no resgate das intenções do autor tinha, em certa medida, propósitos destrutivos. Era destinada a colocar fora de consideração as intenções que o autor não poderia ter concebido ou levado a efeito porque não disporia da linguagem em que elas pudessem ser expressas, o que o levaria, por conseguinte, ao emprego de alguma outra linguagem que articulasse e realizasse outras intenções. O método de Skinner, portanto, nos impeliu na direção tanto do resgate da linguagem do autor quanto do resgate de suas intenções, bem como a tratá-lo como habitante de um universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite nessas línguas. Isso de forma alguma resulta em reduzir o autor a um mero porta-voz de sua própria linguagem. Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto lingüístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto lingüístico e induzam a modificações e transformações no interior dele. Neste ponto, a história do pensamento político torna-se uma história da fala e do discurso, das interações entre *langue* e *parole*. Sustenta-se não somente que essa história do pensamento político é uma história do discurso, mas que ela tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso.

Parece não haver dúvida, contudo, de que o foco das atenções se deslocou em certa medida do conceito de intenção rumo ao conceito de efetuação. No nível da teoria, isso se reflete nos textos do professor Skinner acerca de atos de fala e temas afins. No nível prático, reflete-se em sua afirmação – em *The Foundations of Modern Political Thought*, o segundo dos dois pronunciamentos mencionados acima – de que se temos de ter uma história do pensamento político construída sobre princípios autenticamente históricos, precisamos ter meios de saber o que um autor “estava fazendo”¹⁰ quando escrevia, ou publicava, um texto. Essas duas palavras contêm uma considerável riqueza de significados. Em inglês coloquial, perguntar o que um ator “estava fazendo” é, com freqüência, o mesmo que perguntar “o que ele pretendia”, ou seja, o que “estava tramando” ou o que “pretendia obter”. Quais eram, em suma, as (por vezes ocultas) estratégias intencionais por trás de suas ações? A noção de intenção certamente não foi abandonada, como fica evidente

10. Skinner, *The Foundations...*, *op. cit.*, vol. 1, p. xi (a abordagem “deve começar a nos proporcionar uma história da teoria política com um caráter genuinamente histórico”) e p. xiii (“ela nos torna possível definir o que seus autores *estavam fazendo* ao escrever” os textos clássicos).

INTRODUÇÃO

também na linguagem – uma predileção, no caso de Skinner – que fala de um autor como alguém que está efetuando este ou aquele “lance”. Mas também achamos possível perguntar se um ator “sabia o que estava fazendo”, sugerindo, com isso, a possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito. Perguntar isso é perguntar qual foi o efeito, para quem e em que ponto no tempo ele se tornou manifesto, e defrontar-se com o fato de que ações efetuadas em um tempo em aberto produzem uma série aberta de efeitos. A pergunta sobre o que um autor estava fazendo pode, portanto, ter uma infinidade de respostas, e é até teoricamente concebível (embora de forma algo figurada) que o autor ainda não tenha terminando de fazer o que estava fazendo. Não precisamos, contudo, indagar se a história pode ou não ter um presente (o que Michael Oakeshott parece negar)¹¹ para perceber que Quentin Skinner empregou sabiamente o pretérito imperfeito contínuo do inglês. Em francês, teria sido suficiente o futuro condicional perfeito, mas falar sobre “o que um autor teria (vindo a fazer) feito” é olhar para o futuro (para nós um passado) do ponto de vista do que ele “estava fazendo”, e não é exatamente o mesmo que falar, do ponto de vista de nosso presente, do que “ele fez” ou (*pace* Oakeshott) “está fazendo”. Não está claro se a ação de um autor chega um dia a terminar ou interromper-se. Mas está claro – e o uso do futuro condicional sublinha isso – que começamos a nos preocupar com a ação indireta do autor, sua ação póstuma, sua ação mediada por uma cadeia de atos subsequentes. É a consequência inevitável de se admitir a paridade entre contexto e ação, entre *langue* e *parole*.

Tem-se dito, em objeção à posição de Skinner, que as palavras de um autor não são dele próprio, que a linguagem que ele usa para efetivar suas intenções pode ser tomada dele e utilizada por terceiros em vista de outros efeitos. Até certo ponto isso é inerente à natureza da própria linguagem. A linguagem que um autor emprega já está em uso. Foi utilizada e está sendo utilizada para enunciar intenções outras que não as suas. Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada. Mas o mesmo que ele fez com outros autores e suas linguagens pode ser feito com ele e sua linguagem. As mudanças que ele procurou imprimir às convenções lingüísticas que o rodeiam podem não conseguir impedir que a linguagem continue a ser usada nas formas convencionais que ele teve a intenção de modificar, e

11. Ver Michael Oakeshott, *On History and Other Essays*, Oxford, Blackwell, 1983, e a resenha do presente autor no *Times Literary Supplement*, Londres, 21 de outubro de 1983, p. 1,155.

isso pode ser o suficiente para anular ou distorcer os efeitos de sua enunciação. Ademais, mesmo quando um autor tem êxito em inovar, isto é, em emitir seu discurso de maneira a incitar outros a responder a ele de uma maneira até então não convencional, não se segue disso que ele conseguirá controlar as respostas dos outros. Eles podem – e usualmente o farão – atribuir, à sua enunciação e à sua inovação, consequências e implicações que talvez ele não pretendesse, ou não quisesse, reconhecer, e eles lhe responderão nos termos determinados por essas atribuições, mantendo ou modificando as convenções do discurso que eles vêem como direta ou indiretamente afetadas pela enunciação real ou atribuída ao autor. E, até aqui, estamos imaginando somente as ações dos contemporâneos respondendo ao autor, isto é, dos que habitam o mesmo contexto histórico e lingüístico. As linguagens têm como atributo a continuidade, tanto quanto a transformação. Mesmo quando modificadas pelo uso em contextos específicos, elas sobrevivem aos contextos nos quais foram modificadas e impõem sobre os atores dos contextos subsequentes as restrições para as quais a inovação e a modificação serão as necessárias, porém imprevisíveis, respostas. O texto, ademais, preserva as enunciações do autor em uma forma rígida e literal e as transmite para contextos subsequentes, onde elas estimulam naqueles que respondem interpretações que, embora radicais, deturpadoras e anacrônicas, não teriam sido efetuadas se o texto não tivesse atuado sobre eles. O que o autor “estava fazendo”, portanto, inclui o suscitar em terceiros respostas que o autor não pode controlar nem prever, algumas das quais se efetuarão em contextos completamente diversos daqueles em que ele “estava fazendo” aquilo que talvez soubesse que estava fazendo. A fórmula de Skinner define um momento na história das interações entre *parole e langue*, mas o define, ao mesmo tempo, como um momento aberto no tempo.

II

Uma revisão do “estado das artes” deve a esta altura apresentar uma explanação de sua práxis. Descrever não é prescrever, e o que se segue é uma exposição de algumas das práticas que o historiador do discurso político se verá empregando¹², mais do que uma rigorosa recomendação para segui-las nessa ordem. Contu-

12. A língua inglesa não conta com um pronome de terceira pessoa sem gênero. Ao escrever sobre autores *na* história do discurso político, em sua maioria, homens, não me sinto constrangido ao empregar o pronome masculino, mas quando se trata dos autores *dessa* história (os historiadores), ocorre-me um grande número de destacados nomes femininos que me lembram que o pronome bem poderia estar no feminino.

INTRODUÇÃO

do, na perspectiva aqui sugerida, parece ser uma necessidade prioritária estabelecer a linguagem ou linguagens em que determinada passagem do discurso político estava sendo desenvolvida. Essas “linguagens” terão sido, a rigor, sublinguagens, idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica) e retóricas mais do que linguagens no sentido étnico, embora não seja incomum encontrar no início da história moderna textos políglotas que combinam a língua vernácula com o latim, o grego e até o hebraico. Estaremos preocupados sobretudo com os idiomas ou os modos de discurso existentes no interior de uma determinada língua vernácula. Essas linguagens irão variar no seu grau de autonomia e estabilidade. De “idiomas” elas se converterão gradativamente em “estilos”, rumo a um ponto no qual a distinção aqui traçada entre *langue* e *parole* pode chegar a se perder. Mas nós estamos em busca de modos de discurso estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador. Isso nos possibilitará considerar o modo pelo qual os jogadores exploraram as regras uns contra os outros, e, no devido tempo, como atuaram *sobre* as regras com o resultado de alterá-las.

Esses idiomas ou jogos de linguagem variam também na origem e, conseqüentemente, em conteúdo e caráter. Alguns terão se originado nas práticas institucionais da sociedade em questão: como os jargões profissionais de juristas, teólogos, filósofos, comerciantes, e todos aqueles que, por alguma razão, se tornaram reconhecidos como integrantes da prática política e entraram para o discurso político. Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes do universo do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso. Mas serão encontradas outras linguagens, cujo caráter é mais retórico do que institucional. Será possível perceber que elas se originaram como modos de argumentação no interior do próprio processo evolutivo do discurso político, como novos modos inventados, ou como velhos modos transformados pela constante ação da fala sobre a língua, da *parole* sobre a *langue*. Talvez, na busca das origens desses modos de argumentação, não seja tão necessário investigar fora do *continuum* do discurso político. Da mesma forma, não há nada que possa impedir que linguagens da categoria anterior, originadas fora da tendência geral do discurso político, entrem no processo de transformação que acabamos de descrever e sofram as transformações que engendram novos idiomas e novos modos de argumentação. Disso tudo, segue-se que a linguagem geral do discurso em qualquer época determinada – embora isso possa ser particularmente verdadeiro no que concerne ao início da modernidade na Europa e Grã-Bretanha – pode exibir uma textura extremamente

rica e complexa. Uma ampla variedade de idiomas pode ter penetrado nela, e esses idiomas podem estar interagindo entre si para produzir uma história complexa.

Cada uma dessas linguagens, sejam quais forem suas origens, exercerá o tipo de força que tem sido chamada de paradigmática (embora o trabalho de depuração desse termo não tenha se mostrado muito proveitoso). Ou seja, cada uma delas contribuirá com informações selecionadas como relevantes ao exercício e à natureza da política, e favorecerá a definição de problemas e valores políticos de uma determinada forma, e não de outra. Cada uma, portanto, favorecerá determinadas distribuições de prioridades e, conseqüentemente, de autoridade. Se um determinado conceito de autoridade estiver em discussão – como é provável que ocorra no discurso político –, uma determinada linguagem apresentará a “autoridade” como emergindo de certa forma e possuindo certo caráter, e não de outra forma e com outro caráter. Contudo, uma vez que tenhamos definido o discurso político como um discurso que se serve de uma série de “linguagens” e modos de argumentação provenientes de diversas origens, estaremos comprometidos com a suposição da presença de uma série dessas estruturas paradigmáticas, distribuindo e definindo a autoridade de diversas maneiras e a qualquer momento. Disso se segue – o que de qualquer forma é quase evidente – que a linguagem política é por natureza ambivalente. Ela consiste na enunciação do que tem sido chamado de proposições e “conceitos essencialmente contestados”¹³ e no emprego simultâneo de linguagens que favorecem a enunciação de proposições diversas e contrárias. Mas disso ainda se segue – o que é quase, mas não exatamente, a mesma coisa – que qualquer texto ou enunciação em um discurso político sofisticado é, por natureza, polivalente. Ele consiste no emprego de uma textura de linguagens capaz de dizer coisas diferentes e de proporcionar maneiras diversas de dizer as coisas, na exploração dessas diferenças na retórica e na prática, e em sua exploração e possivelmente sua resolução na teoria e na análise crítica. Quando diversas dessas linguagens são encontradas em determinado texto, pode-se inferir que uma determinada enunciação poderá ser nele efetuada e interpretada – e o mesmo vale no que se refere ao seu efeito – em mais de uma dessas linguagens ao mesmo tempo. E não é de forma alguma impossível que determinado padrão de discurso possa migrar, ou ser traduzido, de uma linguagem para outra presente no mesmo texto, trazendo implicações do contexto anterior para as do novo contexto. E o autor pode mover-se em meio a esses padrões de polivalência, empregando-os e recombinaando-os de acordo com sua própria habilidade. O que a um pesquisador pode parecer a geração de mal-

13. Quanto a esse termo, proposto por W. B. Gallie, em 1956, ver William E. Connolly, *The Terms of Political Discourse*, 2 ed., Princeton, NJ, Princeton University Press, 1983.

entendidos e confusões lingüísticas, a outro pode parecer a geração de retórica, literatura e história do discurso.

Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura lingüística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto propor ou “dizer”. A determinação de até que ponto o emprego que o autor faz desses idiomas era incomum vem mais tarde. O historiador persegue sua primeira meta, lendo extensivamente a literatura da época e aguçando sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos diversos idiomas. Em certo grau, portanto, seu processo de aprendizado é um processo de familiarização, mas ele não pode permanecer meramente passivo e receptivo à linguagem (ou linguagens) que lê e, com freqüência, deve empregar certos procedimentos de detecção que lhe tornam possível a construir e validar hipóteses, no sentido de estabelecer que tais e tais linguagens estavam sendo empregadas e podiam ser empregadas de tais e tais maneiras. Nessa linha de trabalho, ele terá inevitavelmente de se defrontar com problemas de interpretação, de tendência ideológica e com o círculo hermenêutico. Que indícios tem ele da presença de determinada linguagem nos textos que analisa, além de sua própria engenhosidade em detectá-la neles? Não está ele programado, por aspectos marcantes provenientes de sua própria cultura, para detectar aspectos marcantes análogos na literatura do passado e inventar “linguagens” hipotéticas nas quais eles supostamente teriam sido expressos? Pode ele ir da afirmação de que leu certa linguagem nos textos de uma cultura do passado para a de que essa linguagem existia como recurso disponível para os que efetuavam atos de enunciação nessa mesma cultura?

De modo característico, o historiador está interessado nas ações de outros agentes que não ele próprio, e não deseja ser o autor de seu próprio passado tanto quanto deseja desvelar as ações de outros autores na história e da história. Essa é provavelmente uma das razões por que suas políticas são intrinsecamente liberais, mais do que voltadas para a práxis. No tipo de investigação que aqui examinamos, o historiador está menos interessado no “estilo” ou modo de enunciação de um determinado autor do que na “linguagem” ou modo de enunciação disponível a uma série de autores e com uma série de propósitos, e suas provas para sustentar que tal ou tal “linguagem” existia como recurso cultural para determinados atores da história – e não como mero resultado da ação de seu olhar interpretativo – tendem a estar relacionadas ao número de atores que ele puder mostrar terem operado nesse meio expressivo e ao número de atos que ele puder mostrar que eles efetuaram. Quanto mais ele puder provar (a) que diversos autores empregaram o mesmo idioma e nele efetuaram enunciações diversas

e até mesmo contrárias, (b) que o idioma é recorrente em textos e contextos além daqueles em que foi detectado pela primeira vez, e (c) que os autores expressaram em palavras sua consciência de que estavam empregando tal idioma e desenvolveram linguagens críticas e de segunda ordem para comentar ou regular o emprego desse idioma – tanto mais a confiança desse historiador em seu próprio método aumentará. Evidentemente, talvez ele não possa provar que toda a massa de indícios de que dispõe não é fruto de sua engenhosidade como intérprete, mas ele tampouco pode provar que não está dormindo e sonhando toda sua existência aparente. Quanto maior o número e a diversidade de *performances* ele puder relatar, mais as hipóteses erigidas por aqueles que pretendem aprisioná-lo no círculo hermenêutico deverão terminar por se assemelhar a um universo ptolomaico, formado de mais ciclos e epiciclos do que o necessário para satisfazer a mente sensata de Afonso o Sábio. Em suma, mais esse universo exibirá as desvantagens da irrefutabilidade.

O problema da interpretação vem novamente à tona de forma mais urgente, quando temos em vista que o historiador estuda linguagens para poder lê-las, mas não para falar ou escrever nelas. Seus próprios textos não serão compostos como pastiches dos vários idiomas que eles interpretam, e sim linguagens que ele cria para poder descrever e explicar os mecanismos desses idiomas. Se, na terminologia de Collingwood, ele aprendeu a “repensar os pensamentos” de terceiros, a linguagem na qual ele reitera as enunciações desses terceiros não será a que eles usam, mas a sua própria. Ela será explicativa no sentido de buscar constantemente tornar explícito o implícito, trazer à luz pressuposições sobre as quais repousava a linguagem dos outros, rastrear e pôr em palavras implicações e insinuações que, no texto original, podem ter permanecido não-ditas, apontar convenções e regularidades que indiquem o que podia e o que não podia ser dito nessa linguagem e que indiquem de que maneiras a linguagem *qua* paradigma favoreceu, impôs ou proibiu seus usuários de falar e pensar. Em uma medida realmente considerável, a linguagem do historiador terá o caráter de um prognóstico sob hipoteca. Ela o capacitará a determinar o que ele espera que um usuário convencional da linguagem sob análise teria dito em circunstâncias específicas, para melhor estudar o que foi de fato dito sob essas circunstâncias. Quando o prognóstico é desmentido pelos fatos e o ato de fala efetuado não é o esperado, pode ser que as convenções da linguagem necessitem de maior exame de que as circunstâncias em que a linguagem foi utilizada fossem diferentes das supostas pelo historiador, de que a linguagem empregada não seja precisamente a linguagem que ele esperava, ou, a mais interessante de todas as possibilidades, de que estivessem ocorrendo inovações e mudanças na linguagem.

Será nesses momentos que o historiador se sentirá mais seguro de que não será meramente um prisioneiro da sua própria engenhosidade interpretativa, mas

permanece o fato de que seus textos sobre a linguagem de terceiros serão elaborados, em grande parte, em uma paralinguagem ou metalinguagem criada para explicitar o implícito e apresentar a história de um discurso como uma espécie de diálogo entre suas insinuações e potencialidades, no qual o que nem sempre foi dito será dito pelo historiador. Dizer que o historiador com frequência, embora não invariavelmente, apresenta a linguagem na forma de um modelo ideal – um modelo por meio do qual ele realiza suas explorações e experimentos – não faz dele um idealista. Dado que ele está, em última análise, preocupado com as *performances* de agentes outros que não ele próprio, o historiador está constantemente atento às ocasiões em que a explicação da linguagem foi efetuada por atores da história que ele está estudando. Ou seja, ocasiões em que os próprios usuários da linguagem comentam seu uso criticamente, reflexivamente, por meio de linguagens de segunda ordem, por eles desenvolvidas com esse propósito. Trata-se de ocasiões nas quais os atores passaram do discurso simples para o discurso continuado e modificado pelo uso de meios que incluem a teoria, mas serão também ocasiões que oferecerão ao historiador informações que o capacitarão a controlar suas hipóteses anteriores e a construir outras novas. A explicação das linguagens que ele aprendeu a ler é seu meio de levar adiante suas investigações, simultaneamente em duas direções: na dos contextos em que a linguagem foi enunciada e na dos atos de fala e de enunciação efetuados no e sobre o contexto oferecido pela própria linguagem e outros contextos em que ela se situava. Ele procurará, em seguida, observar a *parole* agindo sobre a *langue*: sobre as convenções e implicações da linguagem, sobre outros atores como usuários da linguagem, sobre atores em quaisquer outros contextos, de cuja existência ele possa se sentir persuadido, e possivelmente sobre esses mesmos contextos. A linguagem, no sentido em que estamos usando o termo, é a chave do historiador tanto para o ato de fala quanto para o contexto.

Já vimos que os textos que ele estuda podem se revelar como constituídos a partir de muitos idiomas e linguagens. O historiador sente-se constantemente surpreso e encantado com a descoberta de linguagens familiares em textos igualmente familiares, nos quais elas ainda não haviam sido notadas – a linguagem de exegese profética no *Leviatã*¹⁴, a de documento de denúncia em *Reflections on the Revolution in France*¹⁵ –, embora fazer essas descobertas nem sempre aumente seu respeito pelo

14. "Time, History and Eschatology in the Thought of Thomas Hobbes", em J. H. Elliott e H. G. Koenigsberger (orgs.), *The Diversity of History: Essays in Honour of Sir Herbert Butterfield*, Londres, Routledge and K. Paul, 1970, reimpresso em J. G. A. Pocock, *Politics, Language and Time: Essays in Political Thought and History*, Nova Iorque, Atheneum, 1971.

15. Ver capítulo "A Economia Política na Análise de Burke da Revolução Francesa".

conhecimento anterior. Mas se uma proposição deriva sua validade da linguagem em que é efetuada, e pelo menos parte de sua historicidade deriva de sua ação sobre a mesma linguagem, segue-se que um texto composto por muitas linguagens não somente pode dizer muitas coisas de muitas maneiras, mas pode também ser um meio de ação em igualmente muitas histórias. Ele pode ser fragmentado em muitos atos efetuados na história de tantas linguagens quanto as que estão presentes no texto. Reconhecer esse fato envolverá o historiador com alguns radicais, embora nem sempre irreversíveis, experimentos de desconstrução, mas antes de poder levá-los adiante ou examinar suas implicações, ele necessitará de meios para entender como um ato de fala, enunciação ou autoria, efetuado em uma certa linguagem, pode atuar sobre ela e introduzir inovações nela. Sua atenção voltar-se-á agora da *langue* para a *parole*, para o ato efetuado sobre e no interior de um contexto. Mas o conhecimento do contexto continua sendo necessário para o conhecimento da inovação.

III

Cada um dos idiomas distintos de que um texto pode ser composto é um contexto por direito próprio: uma maneira de falar que procura prescrever que coisas podem ser ditas através dela, que precede o ato de fala efetuado dentro de suas prescrições e pode perdurar mais do que ele. Esperamos que um idioma seja complexo e sofisticado, que tenha se formado ao longo do tempo, sob a pressão de um grande número de convenções e contingências em combinação, e que contenha ao menos alguns elementos de uma linguagem de segunda ordem que permitam aos seus usuários refletir sobre as implicações de seu uso. O processo de “aprendizado” desse idioma, que acaba de ser descrito, pode, portanto, ser considerado um processo de aprendizado de suas características, recursos e limitações como modo de enunciação que facilita a efetuação de alguns tipos de atos de fala e inibe a de outros. Qualquer ato efetuado nele pode ser visto como exploratório, explorando, recombinaando e desafiando as possibilidades de enunciação em que ele consiste. Mas a linguagem é referencial e alude a vários objetos. Ela alude a elementos de uma experiência da qual ela provém e com os quais ela torna possível lidar, e de uma linguagem corrente no discurso público de uma sociedade institucional e política, pode-se esperar que ela aluda a instituições, autoridades, valores simbólicos e acontecimentos registrados que ela apresenta como parte da política dessa sociedade e dos quais deriva muito do seu próprio caráter. Uma “linguagem” no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um

INTRODUÇÃO

tema de discussão prescrito para o discurso político. Neste ponto, podemos ver que cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. Contudo, neste mesmo ponto, somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida.

Dado que cada uma dessas linguagens levou tempo para se formar, ela deve necessariamente apresentar uma dimensão histórica. Ela deve possuir e prescrever um passado constituído pelas configurações sociais, acontecimentos históricos, valores reconhecidos e modos de pensar sobre os quais ele pode falar. Ela discursa acerca de uma política da qual o caráter de passado não pode ser totalmente extirpado. O historiador, portanto, não pode satisfazer facilmente à exigência, que frequentemente lhe é feita, de apresentar os atos de fala (discurso) política como determinados (na terminologia criticada por Oakeshott) pelas exigências “primordiais” de um “presente de ação prática”¹⁶. É difícil isolar ou explicar o presente com uma pureza prática imediata, pois a linguagem o caracteriza como um discurso carregado de insinuações do passado. O discurso político obviamente é prático e animado por necessidades do presente, mas não obstante está constantemente envolvido em um esforço por descobrir quais são as necessidades presentes da prática, e as mentes mais vigorosas que o utilizam estão constantemente explorando a tensão entre os usos lingüísticos estabelecidos e a necessidade de usar as palavras de novas maneiras. O historiador tem a sua própria relação com essa tensão. Ele sabe quais normas a linguagem que ele está estudando usualmente implicava, mas ele pode possuir também algum conhecimento independente de que essas normas e a sociedade que elas pressupunham estavam mudando, de um modo e por razões que a linguagem até então não tivera meios de reconhecer. O historiador irá, portanto, procurar os indícios de que as palavras estavam sendo usadas de novas maneiras, como resultado de novas experiências, e estavam dando origem a novos problemas e possibilidades no discurso da linguagem sob estudo. Será uma dificuldade para ele, no entanto, o fato de que nada nessa linguagem denota mudanças em seu contexto histórico de modo tão satisfatório quanto o faz a linguagem que está disponível a ele como historiador, mas que não está disponível aos atores cujas linguagem e história ele está estudando. Diante de problemas como o de até que ponto se pode usar categorias do século XX para explicar categorias em uso no século XVII, o historiador pode impor a si mesmo a disciplina de explicar somente como as mudanças na linguagem do século XVII indicavam mudanças no contexto histórico, que mudanças eram indicadas e que mudanças ocorriam nos modos de indicar es-

16. Ver nota 11, neste capítulo.

sas mudanças. Dado que a linguagem dos atores do século XVII respondia ao seu contexto histórico de modo diferente da forma pela qual responde a linguagem que ele próprio utiliza, pode haver um longo caminho a percorrer antes que o discurso do século XVII, interpretado em seu contexto, lhe proporcione a oportunidade de usar as categorias de explicação histórica que ele desejaria usar – e, em alguns casos, essa oportunidade pode nunca aparecer. Mas o historiador do discurso não pode tirar de uma linguagem aquilo que nunca esteve nela.

O presente de necessidades práticas em que os atores do passado se encontravam não é imediatamente acessível, dado que deve chegar até nós pela mediação da linguagem que eles usavam. Mas isso não significa que não seja acessível. A partir dos textos que eles escreveram, a partir de nosso conhecimento da linguagem que usavam, das comunidades de debate às quais pertenciam, dos programas de ação que foram colocados em prática e da história do período em geral, freqüentemente é possível formular hipóteses referentes às necessidades que eles tinham e às estratégias que desejavam levar adiante, e testar essas hipóteses usando-as para interpretar as intenções e as ações dos próprios textos. Estamos interessados, contudo, menos na “prática” do texto do que em sua *performance* discursiva. Ninguém tentou identificar os mil cavalheiros cujas mentes Hobbes certa vez afirmou¹⁷ terem forjado uma conscienciosa obediência ao governo da *Commonwealth*, nem nos diria muito sobre o *Leviatã* saber se eles realmente existiram. Não nos importa muito saber se os primeiros leitores de *Il Principe* (fossem quem fossem) estavam dispostos a aceitar ou rejeitar a legitimidade do governo restaurado dos Medici, especialmente considerando-se que a obra parece capaz de operar em ambas as direções. O que nos importa é estudar as diferenças que *Il Principe* e o *Leviatã* representaram diante das premissas sobre as quais o discurso político era efetivado. Isso significa dizer, evidentemente, que somos historiadores do discurso, não do comportamento, mas significa também ler Maquiavel e Hobbes como eram lidos por todos aqueles cuja resposta a esses autores possuímos em forma escrita. Essas respostas estão, sem exceção, preocupadas, não com suas conseqüências políticas práticas, mas com os desafios que esses textos colocam às estruturas normais do discurso. A história do discurso não é uma seleção arbitrária nossa. Ela se revela por si mesma na literatura.

A *performance* do texto é sua *performance* como *parole* em um contexto de *langue*. Esse contexto pode simplesmente dar continuidade às convenções atuantes na linguagem. Ele pode servir para nos indicar que essa linguagem continuava a ser

17. Thomas Hobbes, *Six Lessons to the Professors of the Mathematics* (...) (1656); ver William Molesworth (org.), *The English Works of Thomas Hobbes*, Londres, J. Bohn, 1839-1845 (11 vols.), vol. 7, pp. 335-336, 343-347.

usada em um mundo que estava em mudança e que estava começando a mudá-la. Ou ele pode atuar tanto sobre quanto na linguagem que é seu meio, inovando de maneiras que trazem mudanças maiores ou menores, mais ou menos radicais, no uso da linguagem ou da linguagem de segunda ordem que discorre sobre essa linguagem (falo aqui, por uma questão de simplicidade, como se cada texto fosse escrito em apenas uma das linguagens disponíveis no discurso, em vez de em várias). O historiador precisa, portanto, de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto lingüístico e, em particular, como atua e inova sobre ele.

Quando um autor efetua um ato dessa natureza, costumamos dizer que ele executou um “lance”. A expressão sugere jogo e manobra tática, e nossa compreensão de “o que ele estava fazendo” quando executou seu lance depende portanto, em grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante. Esperamos que seu texto indique tal situação, uma situação da qual temos algum conhecimento independente por meio de outras fontes. A situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contexto político, tal como ele o percebia ou vivia. É claramente possível, mas não claramente necessário, que essa situação se estenda até o nível das relações entre as classes sociais. Mas a situação prática também abrange a situação lingüística: a situação resultante das restrições e oportunidades impostas sobre o autor pela linguagem ou linguagens disponíveis para seu uso, e freqüentemente – talvez predominantemente – é nesse contexto (ou nesse setor do contexto) que o historiador do discurso vislumbra a execução do “lance” do autor. As linguagens são os objetos tanto quanto os instrumentos da consciência, e a linguagem pública de uma sociedade comumente inclui linguagens de segunda ordem com as quais os atores comentam as linguagens que estão empregando. Dependendo da medida em que isso acontece, a linguagem é objetivada como parte da situação prática, e um autor executando um “lance” em resposta a alguma necessidade prática pode não estar meramente usando alguma linguagem de uma nova maneira, mas propondo que ela seja usada de uma nova maneira e comentando os usos lingüísticos de sua sociedade, ou até a natureza da linguagem em si mesma. É nesse ponto que o historiador do discurso deve ver a filosofia e a ação mais como coexistentes do que como coisas separáveis: Hobbes ou Locke tanto como filósofos quanto como panfletistas.

Seja qual for o idioma ou a linguagem em que o lance foi efetuado, seja qual for o nível de consciência que tal lance pressupõe, seja qual for a combinação entre retórica e teoria, prática e filosofia que ele pareça ter envolvido, o historiador rastreia

as maneiras pelas quais esse lance pode ter rearranjado, ou tentado rearranjar, as possibilidades lingüísticas abertas ao autor e aos co-usuários da linguagem. Qualquer resultado que o historiador consiga obter nessa direção fornecerá grande parte de sua resposta à pergunta sobre o que o autor “estava fazendo”. A fim de obter conhecimentos acerca de como um ato de fala pode modificar ou inovar a linguagem em que se efetua, provavelmente é melhor começar com enunciações de um nível prático, retórico ou argumentativo relativamente simples. Contudo, também parece ser melhor ter-se em mente que o ato de fala pode ser efetuado em um contexto composto por várias linguagens em uso simultâneo (sejam elas vistas como linguagens de primeira ordem, interagindo umas com as outras, ou linguagens de segunda ordem interagindo com as linguagens sobre as quais discorrem). Se quisermos imaginar um ato de fala inovando sobre e no interior de um único idioma desvinculado de outros – e pode ser necessário fazer isso –, devemos imaginá-lo efetuando ou propondo uma mudança em algum dos usos desse idioma: uma drástica inversão, talvez, no sentido de um termo-chave. Mas uma mudança confinada a um único idioma pode alterar apenas os usos já presentes nele, e devemos imaginar esses lances simples, mas de amplo efeito, como uma inversão de signos de valores: uma proposta de que o que era anteriormente considerado ruim seja, agora, considerado bom, ou vice-versa. Há alguns exemplos bem conhecidos desse *adikos logos* em nossas histórias, embora em geral seu impacto seja forte o bastante para gerar instantaneamente uma linguagem de segunda ordem, aumentando o número de idiomas em uso.

Podemos, neste estágio, voltar-nos para o contexto da experiência, mais que para o da linguagem, e supor algum termo em um único idioma, costumeiramente usado para denotar algum componente da experiência, sendo usado para denotar um componente não-costumeiro, ou para associar algo costumeiro com algo não-costumeiro, ou, de forma mais genérica, para falar de algo costumeiro de uma maneira não-costumeira. Uma vez que introduzimos o contexto da experiência (e o conceito de experiência), devemos reconhecer que tais inovações podem ser vistas tanto como “lances” deliberadamente executados¹⁸ quanto como mudanças no uso da linguagem, surgidas de um modo do qual o autor estava mais ou menos inconsciente e que, de fato, necessitaram de um número indefinido de atos de fala para ser efetuadas. Há vastas áreas obscuras a ser aqui exploradas. Por outro lado, uma

18. Um notável, para não dizer flagrante, exemplo é a declaração de James Madison, no décimo dos *Federalist Papers*, de que a palavra “república” denota um Estado governado por representantes dos cidadãos, ao passo que um Estado governado pelos próprios cidadãos seria uma “democracia”. A força da afirmação de Madison era meramente retroativa: ele declarava que esse era – não que deveria ser – o uso normal.

INTRODUÇÃO

vez que reintroduzimos o conceito de linguagem de segunda ordem – que é provável que se introduza por si próprio toda vez que um ator se torna consciente de que um lance está sendo executado –, reentramos no domínio em que a linguagem transmite a consciência de sua própria existência e passa a consistir em uma série de idiomas concomitantes, dos quais as linguagens de primeira ordem coexistentes não podem, como já vimos, ser excluídas. O contexto lingüístico reafirma a si próprio e interage com crescente complexidade com o contexto da experiência.

O historiador parte agora em busca dos modos pelos quais um ato de fala pode inovar sobre e no interior de um contexto constituído por várias linguagens em interação – ou, de forma mais direta, dos modos pelos quais ele pode inovar em várias linguagens ao mesmo tempo. “Lances” desse tipo serão lances de tradução, de passagem direta ou indireta de uma linguagem disponível para outra. Um termo crucial, um *topos* ou um padrão de enunciação, pode ser traduzido do contexto de um idioma para o de outro. Isto é, pode ser simplesmente deslocado para um novo contexto e deixado ali, para nele sofrer as modificações que tiver de sofrer. Um problema ou tema normalmente considerado por meio da aplicação de um determinado idioma pode ser considerado por meio da aplicação de outro, e isso pode trazer consigo a implicação, subsequente explicitada, de que esse problema ou tema faz parte de um contexto de experiência diferente daquele ao qual foi anteriormente atribuído. Quanto mais rica a diversidade de idiomas ou linguagens de que um discurso público é composto, mais variados, complexos e sutis são os “lances” desse tipo que podem ser executados. Esses lances podem ser retóricos e implícitos, executados sem alarde e deixados produzindo seus efeitos, ou podem ser explícitos e teóricos, explicados e justificados por meio de alguma linguagem crítica, criada para justificar e elaborar seu caráter. E sabe-se que o uso de linguagens de segunda ordem dá início a uma escalada com poucos limites, se é que há algum limite. Todos os recursos de retórica, crítica, metodologia, epistemologia e metafísica estarão, portanto, à disposição do sofisticado ator no campo do discurso “multilíngüe”. Se não estiverem imediatamente disponíveis, ele terá meios e motivação para tentar inventá-los por si próprio. Há um progresso exponencial rumo ao surgimento – embora seja uma questão de contingência histórica se isso se consumará ou não – do ator lingüístico, plenamente consciente de seus atos e dos efeitos dos mesmos, o “teórico épico”, descrito por Sheldon Wolin¹⁹, que almeja explicar e

19. Sheldon S. Wolin, “Political Theory as a Vocation”, *American Political Science Review*, LXIII, 4 (1969), pp. 1.062-1.082, e *Hobbes and the Epic Tradition of Political Theory*, Los Angeles, William Andrews Clark Memorial Library, University of California, 1970. Para comentários, ver John G. Gunnell, *Political Theory: Tradition and Interpretation*, Cambridge, Mass., Winthrop Publishers, 1979, pp. 51-57, 136-159.

justificar todos os seus lances e inovações e propor um reordenamento radical da linguagem e da filosofia. Tais seres surgem de tempos em tempos nos registros históricos. Hobbes foi um deles, embora Maquiavel provavelmente não.

Isso não significa que a *performance* do teórico épico não esteja historicamente condicionada. Significa apenas que ela se auto-elabora sem nenhum limite que se manifeste de imediato. Torna-se agora um problema importante para o historiador distinguir entre o que o autor poderia ter feito e o que ele de fato fez, já que mesmo as capacidades daquele que teoriza sobre uma época não implicam intenção em todos os casos. Mas atingimos um ponto em que parece improvável que a compreensão do historiador seja facilitada pela construção de uma tipologia de lances que, em princípio, podem ser efetuados, ou inovações que podem ser realizadas. As variações possíveis parecem diversificadas demais para poder ser classificadas de uma maneira econômica e proveitosa, embora, ainda assim, algum trabalho teórico útil possa ser feito nessa direção. O historiador provavelmente passará a situar os textos do autor em seus contextos. Comparando o que ele poderia ter feito com o que efetivamente fez, o historiador tentará uma explicação exaustiva dos lances que o autor executou, das inovações que realizou e das mensagens acerca da experiência e da linguagem que se pode mostrar que ele transmitiu. Isso constituirá um relatório de “o que ele estava fazendo”, desde que essas palavras possam ser restringidas à denotação das *performances* do autor na elaboração de seu texto.

IV

Agentes atuam sobre outros agentes, os quais, por sua vez, efetuam atos em resposta aos deles, e quando ação e resposta são efetuadas através do meio da linguagem, não podemos absolutamente distinguir a *performance* do autor da resposta do leitor. É verdade que nem sempre é isso o que acontece na literatura política. O manuscrito do autor pode permanecer em um arquivo por centenas de anos, antes de ser publicado – como ocorreu com os relatórios de Clarke dos debates de Putney e com a maior parte dos trabalhos de Guicciardini – e, com relação ao período anterior à publicação, temos de pensar no texto menos como uma *performance* que como um documento, menos como um ato²⁰ do que como um indício de que um certo estágio de consciência, e de uso da linguagem, existia em um tempo determinável. Na verdade, sempre podemos deter nosso estudo do texto no ponto em

20. “Menos... que” não significa “não... mas”.

INTRODUÇÃO

que ele nos mostra o estado de consciência do autor e de sua capacidade para articulá-la, e há certos tipos de atos de fala que estão confinados à expressão e à articulação da consciência. Um autor pode ter escrito meramente a e para si mesmo, ou ter feito um registro privado de pensamentos que desejava ocultar dos outros. Textos escritos dessa maneira não perdem por isso o caráter de ações históricas efetuadas por agentes conscientes de seu papel e de sua ação. Mas o discurso é comumente público, e os autores comumente publicam seus trabalhos, embora o ato de escrever um texto e o ato de publicá-lo possam ser coisas muito diferentes, porque efetuadas em situações diversas. Os *Treatises of Government*, de Locke, atualmente oferecem o mais famoso exemplo disso. A história do discurso está interessada nos atos de fala que se tornam conhecidos e que evocam respostas, com elocuções que são modificadas à medida que se tornam perlocuções, conforme a maneira como os receptores respondam a elas, e com respostas que tomam a forma de novos atos de fala e de textos em resposta. O próprio leitor se torna um autor, e é exigido do historiador um complexo tipo de *Rezeptionsgeschichte*.

Estamos em um ponto em que a história do discurso diverge da história da consciência. Temos o texto do autor, um artefato cultural dotado de uma certa finalidade, e ao situar isso nos contextos fornecidos por sua linguagem e experiência, podemos dizer o que foi que ele “fez” até o momento de completar seu texto (ou publicá-lo, se chegou a esse ponto). Podemos avaliar sua intenção, *performance*, lances e inovações, da forma como se apresentavam nesse momento, e estabelecer o que ele “estivera fazendo” até esse ponto. Mas perguntar o que ele “estava fazendo” é empregar o pretérito imperfeito e formular uma pergunta aberta no tempo. Há respostas que ainda não demos, e não poderemos dar, enquanto não soubermos o que o autor fez a outros e às linguagens em que ele e os outros desenvolveram seu discurso. A fim de saber isso, precisamos ter atos discursivos efetuados por outros, em resposta ao dele e, em particular, às inovações na linguagem que os seus atos tinham realizado ou começado a realizar. Devemos saber que mudanças ocorreram no discurso dos outros, à medida que respondiam às enunciações desse autor e executavam lances em resposta aos lances dele. Nesse ponto, nos movemos do autor para o leitor, mas o leitor visto como autor. Porque, caso não sejam efetuadas no meio – discurso escrito e publicado – que o próprio autor empregou, as respostas do leitor nada terão a nos dizer. Há duas razões para isso, ou melhor, há dois sentidos em que isso é verdadeiro. É verdade que somos compelidos a trabalhar somente com as provas que sobreviveram para nosso uso, e, portanto, respostas a um texto que nunca foram emitidas, ou foram emitidas apenas no discurso falado e não registrado, são virtualmente impossíveis de se resgatar. E é também verdade que um autor que trabalhou em um meio escrito pode ser visto como al-

guém trabalhando sobre esse meio, alguém que tentou modificar as coisas que podiam ser ditas e feitas nele. Portanto, as mudanças que ele induziu nas *performances* de outros autores nesse mesmo meio podem na verdade ser mudanças que ele pretendeu realizar e realizou, ou (se em contradição com suas intenções) realizou sem querer. Não precisamos, portanto, nos desculpar por um elitismo pouco representativo, que estuda somente os leitores cujas respostas foram verbalizadas, registradas e apresentadas. A *mentalité* da silenciosa e desarticulada maioria deve, sem dúvida, ser rastreada e, se possível, resgatada. Ela pode conter importantes informações para os historiadores. Mas a história das *mentalités* não é o mesmo que a história do discurso.

O historiador começa agora a concentrar sua atenção sobre outros textos, escritos e publicados pelos que leram o texto considerado em primeira instância e que estavam respondendo direta ou indiretamente a ele. Sua principal necessidade é compreender como as inovações do primeiro autor, selecionadas em meio ao restante de seus atos de fala, puderam se impor aos leitores, de maneira a compeli-los a respostas congruentes com essas inovações. Ele começa por pressupor que uma enunciação atua sobre a consciência de seu receptor, que o que é lido não pode ser des-lido. Há algo de unilateral no ato de comunicação²¹, que não se realiza por completo entre adultos em comum acordo. Ao emitir palavras em seu campo auditivo, ao injetar manuscritos, impressos ou imagens em seu campo de atenção, eu imponho a você, sem o seu consentimento, informações que você não poderá ignorar. Eu solicitei a sua resposta, e também procurei determiná-la. Eu de fato determinei que será a um ato meu e a uma informação introduzida por mim que você deverá responder, e quanto mais complexa e inteligível a informação imposta por esse ato de estupro verbal – essa penetração da sua consciência sem o seu consentimento – mais eu terei tentado determinar qual deve ser a sua resposta. É verdade que, se nós dois partilharmos um meio de comunicação que consiste numa estrutura de convenções em comum, você terá mais daquela liberdade que vem do consentimento prévio com relação à forma que meus atos possam assumir. Mas, justamente por essa razão, será difícil para você resistir ao reconhecimento de qualquer desafio ou inovação introduzido por mim com relação a essas convenções, e você terá de responder a essa inovação, ao reconhecê-la e compreendê-la. Tampouco é provável (a menos que você seja um burocrata stalinista) que você consi-

21. Para uma leitura suplementar, ver Pocock, "Verbalising a Political Act: Towards a Politics of Language", *Political Theory*, I, 1 (1973), pp. 27-45, e "Political Ideas as Historical Events: Political Philosophers as Historical Actors", em Melvin Richter (org.), *Political Theory and Political Education*, Princeton, Princeton University Press, 1980.

INTRODUÇÃO

ga responder simplesmente reiterando as convenções discursivas vigentes, como se eu jamais as houvesse desafiado. Claro que tentativas desse tipo são feitas, e algumas vezes têm êxito, mas elas fracassam em razão diretamente proporcional à sua consciência de que eu disse algo a que você deseja replicar. É mais provável que você responda ao meu lance com um outro lance seu em resposta, e mesmo que esse seu lance em resposta tenha a intenção de restaurar as convenções que eu desafiei, ele conterà e registrará a sua percepção de que eu disse algo sem precedentes e irá, nessa mesma medida, conter algo seu também sem precedentes. À minha injeção de vinho novo, você responderá apresentando vinho velho em novas garrafas. O que eu “estava fazendo” inclui obrigar você a fazer algo e, em parte, determinar o que esse algo deve ser.

Mas a linguagem fornecerá a você recursos para determinar sua própria resposta. Se houver uma relação de senhor-escravo entre nós, sua resposta poderá ser efetuada em uma linguagem que aceita e perpetua a minha manipulação lingüística sobre você²². Mas relacionamentos desse tipo não são nem simples nem estáveis, e o seu entendimento do papel de escravo pode não coincidir com o meu, de maneira que mesmo o servilismo da sua resposta será perturbador para mim e perverterá a minha linguagem (a literatura sobre a escravatura versa em grande parte sobre isso). Quanto mais sua linguagem, partilhada comigo, permite a você articular sua percepção do mundo, mais as convenções e paradigmas que ela contém permitirão a você assimilar meu discurso e se desviar das minhas inovações – embora, paradoxalmente, esses possam ser também os meios de enfatizar e dramatizar minhas inovações e torná-las não-ignoráveis. E, uma vez que tenha começado a verbalizar sua resposta à minha enunciação, você começará a adquirir a liberdade de ação que surge do que Stanley Fish denominou de “a infinita capacidade da linguagem de ser apropriada”²³. O intérprete e contra-autor começa a “ler” o texto, tomando para si as palavras e os atos de fala que ele contém e reiterando-os de maneiras e em contextos de sua própria escolha, de forma que eles se incorporam aos seus atos de fala. Ao expor esse processo, tendemos a falar de autor e leitor como se eles estivessem em uma relação de antagonismo, mas o processo é essencialmente o mesmo quando se trata de uma relação entre mestre e discípulo, sem falar na relação

22. Para uma leitura suplementar acerca da linguagem da literatura do absolutismo e comentários sobre suas estratégias manipulatórias, com referências às teorias do presente autor, ver Jonathan Goldberg, *James I and the Politics of Literature: Jonson, Shakespeare, Donne and their Contemporaries*, Baltimore, John Hopkins University Press, 1983.

23. Stanley Fish, *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretative Communities*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1980, p. 305.

entre senhor e escravo. O leitor adquire uma capacidade de executar “lances” não totalmente diferentes dos “lances” que vimos ser executados pelo autor, sejam ou não esses lances vistos como lances em resposta às inovações do autor. Os recursos de retórica, argumentação e crítica do autor passam a lhe pertencer, assim como os de qualquer outro agente da linguagem. Ele pode alterar o sentido de termos, deslocá-los de um contexto idiomático para outro, selecionar e rearranjar a ordem dos vários idiomas a partir dos quais o autor compôs seu texto e alterar os elementos do contexto de experiência ao qual se considera que os componentes do discurso original estão se referindo. Em suma, todo e qualquer ato de fala que o texto tenha efetuado pode ser re-efetuado pelo leitor de maneiras não idênticas às que o autor pretendeu. Eles podem também tornar-se a oportunidade para a *performance* de novos atos de fala por parte do leitor, quando este se torna autor. Nessa matriz, fica fácil ver como a inovação realizada pelo autor pode ser – como já vimos por que deve ser – replicada com a contra-inovação de quem responde. Há até mesmo um sentido em que quem responde – vamos imaginá-lo como um discípulo – não pode escapar de ter de tratar o texto dessa maneira, já que não sendo o autor, não pode utilizar a linguagem do autor exatamente como este o fez. E se quem responde for confrontado com um texto cujo autor já está morto há séculos, ele inevitavelmente adquire a liberdade de interpretá-lo em um contexto histórico que o autor não imaginou e em um contexto lingüístico que inclui idiomas com que o autor nunca teve contato.

A história do discurso torna-se agora visível como uma história da *traditio*, no sentido de transmissão, e, ainda mais, de tradução. Textos compostos de *langues* e *paroles*, de estruturas de linguagem estáveis e de atos de fala e inovações que as modificam são transmitidos e reiterados, e seus componentes são rigorosamente transmitidos e reiterados, primeiro por atores não-idênticos em contextos históricos partilhados e depois por atores em contextos historicamente desconectados. Sua história é, primeiro, a da constante adaptação, tradução e *re-performance* do texto, em uma sucessão de contextos, e por uma sucessão de agentes; e, segundo, sob um exame mais minucioso, a das inovações e modificações efetuadas em tantos idiomas distinguíveis quantos os que originalmente se articulavam para formar o texto e que, subseqüentemente, formaram a sucessão de contextos lingüísticos em que o texto foi interpretado. O que o autor “está fazendo”, portanto, revela-se como algo que está em continuidade e mudança – o que pode ser mais ou menos drástico, radical e “original” – a *performance* de uma diversidade indefinida de atos de fala em uma diversidade indefinida de contextos, tanto de linguagem quanto de experiência histórica. É, diante disso, improvável que todas essas histórias possam ser circunscritas em uma única história. Talvez seja sábio o costume italiano de cha-

INTRODUÇÃO

mar a história póstuma de um autor de sua *fortuna*, assim como o costume francês de chamá-la de *travail*²⁴.

V

Agora passa a ser importante decidir se e quando poderemos fechar o “contexto aberto no tempo” de Skinner: parar de dizer que um autor “estava fazendo” aquelas coisas que se efetuavam por tradução, modificação e discussão de um texto originalmente seu. Essa questão aparentemente verbal envolve necessariamente a totalidade do problema da autoridade e da interpretação. Stanley Fish argumenta que pode-se dizer que um texto não exerce nenhuma autoridade sobre aqueles que o interpretam, mas, ao contrário, dissolve-se no *continuum* de interpretações a que uma vez deu origem. O historiador não tomará isso como uma proposta normativa. Os intérpretes podem legitimamente se comportar da maneira pressuposta por essa asserção, e o historiador não ficará em absoluto surpreso, ao descobri-los se comportando dessa forma, na história. Mas ele tampouco ficará surpreso ao descobrir – na verdade ele acha que já sabe – que as comunidades humanas na história têm, algumas vezes, atribuído uma autoridade extraordinária, e até mesmo divina, a certos textos, que elas os têm mantido em formas textuais estáveis por séculos, e mesmo milênios, e têm discutido as várias maneiras pelas quais eles podem ser estabelecidos e discutidos sob a premissa de que eles possuem a autoridade que lhes foi atribuída²⁵. Quando isso acontece, tem-se em mãos um texto que faz parte do gênero próprio ao historiador, no sentido de que ele pode observar a constância de um artefato literário de uma certa autoridade e *durée* e pode se pôr a investigar as ocorrências históricas que acompanharam essa constância. Há um manifesto sentido contextual no fato de que nenhuma aplicação ou interpretação de um texto dotado de autoridade é exatamente igual à de qualquer outro texto, porque cada um é efetuado por um conjunto específico de atores no interior de (e sobre) um conjunto específico de contingências ou circunstâncias. Mas isso não fará o historiador pen-

24. Giuliano Procacci, *Studi sulla Fortuna del Machiavelli*, Roma, 1965; Claude Lefort, *Le Travail de l'Oeuvre. Machiavel*, Paris, Gallimard, 1972.

25. Fish obviamente irá argumentar que a atribuição de autoridade é um ato interpretativo, e que o texto nunca pode ser desvincilhado dos atos daqueles que lhe atribuem autoridade. Concorro com isso, mas desejo manter que (a) o texto, persistindo ao longo do tempo como um artefato dotado de autoridade, está entre as determinantes de tais atos, e (b) que o texto pode ser, e em história frequentemente é, discernido como um complexo de atribuições prévias de autoridade, dentre as quais pode, possivelmente, figurar a afirmação de autoridade do próprio autor com relação ao seu texto.

sar que o texto desapareceu. Se for do tipo apropriado, o texto poderá sustentar a existência – ou talvez seja suficiente dizer a aparência – de um certo conjunto de fórmulas e paradigmas, que serão aplicados, cada vez que a autoridade do texto for evocada. Pode acontecer, evidentemente, que os princípios requeiram uma reexposição, a cada vez que tiverem de ser aplicados, e que cada exposição do princípio esteja em interação com a exposição do caso ao qual ele deve ser aplicado. Mas o exegeta pode ser lingüisticamente capaz de abstrair o princípio e expô-lo de uma forma ideal, cada vez que o aplicar, e acerca de certos textos, tem-se afirmado, durante longos períodos, que eles realmente sustentam princípios que podem ser, e *de facto* têm sido, assim expostos. O historiador nota que os textos dotados de autoridade variam em termos do grau em que esse rigor abstrato é reivindicado para eles: a *lex scripta* difere da *lex non scripta*, os *Analíticos Posteriores*, do *I Ching* (que parece ser uma matriz operacional infinitamente flexível, razão pela qual sua autoridade não é reivindicada em nenhuma outra base que não a da sua flexibilidade). À luz de tais fatos, o historiador não estará excessivamente interessado em dissolver o princípio na sua aplicação, ou em mostrar que é falsa a reivindicação de que ele pode ser repetidamente abstraído e reexposto. Não é de sua alçada acusar os atores de sua história de má fé, até que eles próprios comecem a acusar-se uns aos outros.

O historiador está agora reconhecendo a constância, em certas seqüências históricas, de certos paradigmas, institucionalizados em certos textos. Ele reconhece que cada aplicação de um paradigma é única, e que nenhum paradigma pode ser completamente desconectado de sua aplicação. Não obstante, é parte do caráter de um paradigma, tal como o historiador está usando a palavra, o fato de que ele pode ser desconectado de sua aplicação o suficiente para ser exposto e discutido em uma linguagem de segunda ordem. Se isso pode acontecer uma vez, pode acontecer de novo, e poderemos pular mais de uma vez no mesmo rio de segunda ordem. Admitir que isso pode acontecer mais de uma vez é deixar em aberto à investigação histórica a questão de quantas vezes isso terá acontecido em certas seqüências históricas, isto é, por quanto tempo essas seqüências mantiveram um certo tipo de continuidade. É provável que toda a força motivadora e toda a tendência de seu método – que consiste, como já vimos, na multiplicação dos agentes, dos atos desses agentes e dos contextos nos quais eles atuaram – levem o historiador a supor que qualquer paradigma será assimilado de maneira fortuita, em uma *moyenne durée* relativa. Mas se a *moyenne durée* acabar por se mostrar relativamente *longue*, ele se sentirá surpreso, mas não desmentido. A longevidade dos paradigmas não é predeterminada, e a duração da história do discurso escrito tem estado mais próxima de dois milênios que de três, na maioria das culturas em que ele é encontrado.

INTRODUÇÃO

O texto pode ter tido um autor, e os paradigmas que ele transmitiu ao longo do tempo podem ter sido nele estabelecidos pelas *performances* intencionais desse autor. Suponhamos – o que já vimos ser improvável na maioria dos casos, mas não impossível em todos – que (a) o texto transmitiu paradigmas relativamente estáveis por um longo período de tempo, e (b) que é possível provar que esses paradigmas foram contínuos ou congruentes com – ter levado a efeito – intenções que se pode dizer que eram as do autor. Não haverá, em certo sentido, a possibilidade de se afirmar que as intenções do autor continuaram a exercer autoridade ao longo desse período, que elas continuaram a ser efetuadas, que o autor “esteve fazendo” coisas muito depois de sua morte? Claramente, o idioma da ação póstuma deve ser, em parte, figurado e metafórico, mas a metáfora pode mostrar que suas intenções estavam sendo efetuadas por meio da persistência de seu texto e das ações dos que o mantiveram dotado de autoridade. Poderíamos acrescentar que seus próprios atos de fala e *performances* textuais desempenharam um papel em induzir outros a considerá-los como dotados de autoridade e a mantê-los na forma paradigmática. A afirmação de que ainda estamos sob a ação de (deveríamos ousar dizer “influência”?) Platão, Confúcio, Hegel ou Marx adquiriria então o sentido de algo verificável. Isso poderia ser investigado, e o resultado da investigação não seria predeterminado.

VI

Ao ampliar a investigação no sentido dessas possibilidades, estou, sem dúvida, trabalhando a contrapelo a natureza de um tipo de investigação que normalmente se concentra na multiplicidade de *performances* de uma multiplicidade de agentes, que o discurso, aliado à persistência dos textos, torna possível. Para muitos críticos, esse método parece perigosamente desconstrutor dos textos, da filosofia, das tradições e, até mesmo, dos autores. Uma vez que um autor completou seu texto (e que esse texto sobreviveu), pode-se dizer que temos o texto não meramente como uma matriz para a *performance* de diversos atos de fala, mas como uma série complexa de exposições e afirmações, talvez abrangendo centenas de páginas impressas, aparentemente produzidas por uma única mente poderosa, preocupada em argumentar em um alto nível de abstração e organização e, portanto, imbuídas da unidade retórica, lógica e metodológica que esse autor lhes impôs. Então aparecem estudiosos do texto, cuja preocupação é descobrir os postulados ou os princípios – não imediatamente aparentes ao olhar do leitor, mas exigindo técnicas de reconstituição – que dotam o texto da unidade que se presume que ele te-

desconstruir

nha possuído ou buscando possuir²⁶. Se esses estudiosos estão preocupados em recuperar o ato ou a intenção do autor de dotar seu texto, ou textos, de unidade, eles estão fazendo uma pergunta histórica para a qual pode ser encontrada uma resposta, embora também seja uma pergunta histórica a de se o autor realmente tinha alguma intenção dessa natureza. Uma coisa é lidar com Thomas Hobbes, que afirmava, desde suas primeiras publicações, estar embarcando em uma empreitada filosófica de um tipo específico, e outra é lidar com Edmund Burke, que proferiu discursos e escreveu panfletos em uma série de ocasiões no decorrer de uma ativa vida política. A afirmação de que os trabalhos deste último estão animados por uma unidade conceitual e filosófica requer um tipo de justificativa diferente da requerida pela mesma afirmação com relação ao primeiro. Nem todos os grandes intelectos que se envolveram no discurso político se envolveram, direta ou indiretamente, em uma teorização política sistemática.

Se, por outro lado, aparecem estudiosos em busca de um princípio que garanta unidade ao texto, independentemente de se é possível ou não demonstrar que o autor teve a intenção de desenvolver qualquer princípio desse tipo, esses estudiosos podem ter deixado de encarar o texto como um problema de reconstrução da *performance* do autor e podem estar olhando para ele somente como um problema de análise conceitual. Se eles simplesmente afirmam que o texto pode fazer sentido dessa maneira e que não importa se o autor ou o leitor anterior jamais os interpretou dessa mesma maneira, eles estão nos dizendo que sua empreitada filosófica não os obriga a estudar as ações de nenhum agente histórico. Depois do quê, eles terão apenas de se abster – e isso pode não ser fácil – de inadvertidamente falar como se estivessem afinal descrevendo as ações de agentes históricos e escrevendo história com a mão desocupada. Frequentar as reuniões da Hume Society sempre resulta em encontrar muitas afirmações feitas da maneira acima descrita, e com tal clareza que o único problema que resta é o de distinguir entre a palavra “hume” usada para denotar um ator na história e a palavra “hume” usada para denotar um ator em um cenário filosófico.

O historiador, convidado a examinar um texto, ou um grupo de textos, como um corpo único de argumentações, irá perguntar por meio de que atos, efetuados em que momentos e em que contextos, o texto foi animado ou dotado da unidade que lhe é atribuída. Se o historiador ouvir falar da existência de algum postulado, à luz do qual o texto pode ser visto como portador de tal unidade, ele irá indagar por informações concernentes à presença e à ação desse postulado na história. Ele poderá constatar que esse postulado estava presente na *langue* que o autor do texto usou,

26. Ver Howard Warrender, “Political Theory and Historiography: A Reply to Professor Skinner”, *Historical Journal*, XXII, 4, (1979), pp. 931-940.

INTRODUÇÃO

ou que esse postulado foi estabelecido pelo autor, à medida que ele articulava sua *parole*. Em ambos os casos, o historiador terá retornado o postulado ao contexto oferecido pelo ato de fala, pela linguagem e pelo discurso, mas ele se verá requisitado por seu interlocutor a considerar o postulado em relação com os vários atos de fala efetuados pelo autor durante o período de tempo e nos vários contextos da ação discursiva envolvidos na elaboração do texto, ou textos, do autor. Ele estará, em outras palavras, sendo requisitado a considerar o autor efetuando somente aqueles atos que eram necessários para completar o texto e dotá-lo de seja lá qual for a unidade que ele possuir, isto é, o autor atuando sobre o texto e sobre as suas próprias percepções e *performances*, ao fazê-lo. Nesse estágio, o historiador buscará provas de que o autor não só pretendeu produzir um texto coerente, mas também compreendeu o que constituiria a sua coerência. Dado que o historiador treina a si mesmo para pensar a respeito do discurso político como multilíngüe e polivalente, ele irá querer se assegurar de que o autor teve, não só o desejo, mas também os meios para organizar seu texto como uma única e coerente *parole*. E dado que ele também treina a si mesmo para pensar nas ações e percepções como efetuadas em momentos separados no tempo, ele irá querer saber em que momentos o autor se viu organizando seu texto sobre a base do postulado mencionado. Terá o autor estabelecido o postulado como uma definição de suas intenções desde o início de seu trabalho? Terá percebido que tal postulado existia, e que ele estava dando-lhe corpo, somente à medida que seu trabalho evoluía? Terá ele descoberto que havia organizado seu trabalho com base em tal postulado somente quando seus textos estavam concluídos e ele os observou retrospectivamente?²⁷ Todas essas perguntas podem ser respondidas afirmativamente, e podem ser respondidas em várias combinações. Mas o historiador quer se assegurar não somente de que elas podem ser respondidas, mas também de que são as perguntas certas a se formular a respeito do texto que ele tem diante de si.

Vamos supor agora que todas essas questões tenham sido satisfatoriamente respondidas: que se demonstrou que o autor teve a intenção e efetivou a produção de um corpo de escritos de acordo com os postulados que ele intencionalmente tomou base. O último momento em que ele poderia ter tido essa intenção e poderia tê-la efetivado foi o da finalização de seu texto, mas nesse momento, e até ele, o autor foi considerado somente alguém em diálogo com seu texto e consigo mesmo. Podemos ter considerado suas interações com as “linguagens” em que escreveu o texto e com outros textos e autores a quem respondeu escrevendo-o. Não obstante, pergun-

27. Se assim for, a pergunta de “o quê ele estava (esteve) fazendo” é uma pergunta que o próprio historiador achou necessário formular.

tar a respeito da *performance* de um autor ao investir seu texto de unidade é perguntar a respeito de sua *performance* sobre e no interior de seu texto, e nada mais. O que ele “pretendeu”, o que ele “estava fazendo”, era algo já encerrado a partir do momento em que o texto foi concluído, e é como se o texto – e nos ajudará imensamente se assim for – pudesse ser considerado um ato puramente solitário, uma articulação da consciência do autor, e nada mais, um diálogo consigo mesmo e com ninguém mais. Vamos supor que seja esse o caso: que um texto jamais descoberto tenha ficado no fundo de uma gaveta e nunca tenha sido lido por ninguém por centenas de anos, até ser desenterrado e publicado (casos assim são raros, mas não desconhecidos). Deveríamos então estudá-lo como um solilóquio ou um caderno pessoal de pensamentos: uma comunicação do autor com o seu *self*. Caso assim seja, não deixa de se tratar de um ato, mas, deixando de ser um ato de comunicação com o outro, torna-se antes o registro de um estado, um indício de que, em um momento determinado, o estágio da linguagem permitia a articulação de determinados estados de consciência. Não passamos de uma linguagem pública para uma linguagem privada com tanta simplicidade assim, porque há escritos altamente privados de homens profundamente solitários – os trabalhos de Guicciardini oferecem alguns exemplos –, expressos em uma linguagem fortemente pública e retórica, e, embora não se possa dizer, de escritos não transmitidos, que eles transformaram a linguagem, não há nenhuma razão para que não se possa dizer que indicavam que ela estava mudando. A escrita soliloquista não se desvia da história do discurso, mas ocupa nela um lugar muito especial. De fato, existe um sentido em que quanto mais um texto desempenha a função de expressão ou reflexão, mais ele nos capacita a desviar o olhar da história do discurso e o dirigir para a história do pensamento. Dado que o estudo da literatura política na história tem se baseado no paradigma da filosofia mais que no da retórica, nós nos acostumamos a tratar os textos como filosofia: a isolá-los como uma expressão da consciência de seus autores e a explorar os estados de consciência que eles articulam. Visto que uma grande quantidade de textos é filosófica e foi composta com esse fim, e visto que é legítimo e válido tratar quase qualquer texto como a articulação de um estado mental mais do que como a efetivação de um ato de comunicação, esse método tem sido e continuará a ser empregado para o aprofundamento de nossa compreensão. A exigência de que cada texto seja considerado, exclusiva ou primariamente, um contribuinte para a ação política é equivocada. Talvez ela apenas pareça ter sido proposta²⁸.

28. Ver Richard Ashcraft, “On the Problem of Methodology and the Nature of Political Theory”, *Political Theory*, III, 1 (1975), pp. 5-25, em especial, pp. 17-20; discutido em Mark Goldie, “Obligations, Utopias, and their Historical Context”, *Historical Journal*, XXVI, 3, (1983), pp. 727-746.

Ainda assim, os autores comunicam as articulações de suas consciências. Não somente a filosofia tem sido, desde seu alvorecer, tão dialogística quanto soliloquista, mas também os filósofos, tendo composto textos de uma complexidade tão grande que podemos lê-los e analisá-los apenas como auto-suficientes, os levaram aos copistas ou aos editores e os despejaram sobre públicos, cujo tamanho e constituição eles não poderiam controlar por muito tempo. E houve autores extremamente solitários, aparentemente preocupados apenas com a introspecção do *self* sobre o *self*, que não somente providenciaram para que suas meditações fossem impressas, mas também o fizeram tanto com intenções políticas quanto filosóficas. Para um Guicciardini podemos encontrar um Montaigne, um La Rochefoucauld, um Rousseau²⁹. Mesmo Guicciardini pode ter tido a intenção de se comunicar com um outro Guicciardini. Neste ponto, o nosso estudo do ato de discursar deve se converter em um estudo do ato de publicar, o que não é completamente idêntico. Pois, como já vimos, um texto escrito sem a intenção de publicação pode ser expresso em uma linguagem pública e pode até mesmo executar lances e inovações nessa linguagem. O ato da publicação assegura que essas inovações se tornem conhecidas por terceiros, mas pode de início tentar controlar ou limitar quem esses terceiros devem ser. O autor que age no sentido de garantir uma circulação limitada para os seus textos está tentando delimitar seu “público”. O autor que incumbe um editor de expor seus trabalhos à venda no mercado não está. Conhecem-se casos de autores cujos trabalhos foram escritos em uma linguagem “dupla”, transmitindo uma mensagem exotérica para um público leitor aberto e, ao mesmo tempo, uma mensagem esotérica para um público restrito. Podemos até mesmo examinar o caso de um autor que impediu que parte de suas obras fosse publicada e perguntarmo-nos o que ele “pretendeu” com esse ato de não comunicação ou desinformação, como fez recentemente David Wootton, com as secretas e ímpias notas de Paolo Sarpi (mas como, afinal, elas foram copiadas?)³⁰.

Não obstante a publicação em circuito fechado e a “escrita secreta”, o ato de comunicação expõe nossos textos a leitores que irão interpretá-los a partir de pon-

29. Ver Nannerl O. Keohane, *Philosophy and the State in France*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1980. Essa autora caracteriza como “individualismo” esse tipo introspectivo de pensamento político, preocupado com a identidade e a consciência do *self* na sociedade política.

30. David Wootton, *Paolo Sarpi: Between Renaissance and Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983. Ele defende, *inter alia* (p. 4), “uma história da ilusão intelectual”, não muito diferente da “escrita secreta” celebrizada por Leo Strauss. Se tais fenômenos não têm precisamente uma história, eles com frequência ocorrem em situações históricas. Como Goldberg (nota 20, neste capítulo), Wootton está interessado nas possibilidades manipulatórias da linguagem, mais do que nas discursivas. Mas não se pode manipular a totalidade de um público por todo o tempo.

tos de referência que não são os nossos, e o ato da publicação, no sentido normal de “tornar público”, representa um abandono da tentativa de determinar quem esses leitores devem ser, ao mesmo tempo em que tenta maximizar o número de leitores sobre os quais nossos escritos devem atuar. É preciso que seja dito, portanto, que a publicação como tentativa de determinar os pensamentos da posteridade frustra a si mesma. A partir do momento da publicação, têm início as desconstruções da história, e só nos resta perseguir os *continua* de interpretação e tradução e de discussões de segunda ordem acerca da interpretação e da tradução que tão deficientemente denominamos de “tradições” (John G. Gunnell nos advertiu, com razão, contra a suposição de uma “tradição”, sempre que detectamos uma sequência)³¹. Aqui, o historiador que descrevi começa a ocupar seu espaço, com sua atenção voltada para as seletividades na leitura e na interpretação e sua propensão a decompor a “história” de um texto na efetivação de muitas mutações em muitos idiomas e contextos, processo para o qual o texto, por vezes, parece ser pouco mais que uma matriz ou a sinalização em uma estrada a ser trilhada. Mas, entre os diversos fenômenos de interpretação recorrentes, já notamos o hábito de investir de uma autoridade canônica textos e grupos de textos, e devemos ficar atentos com relação não somente à desconstrução mas também à reconstituição, feita pelos leitores, de textos dotados de autoridade, alguns dos quais investem tais textos de uma coerência e unidade para a qual o historiador olha com certa desconfiança, mas que – como não é totalmente inconcebível – pode se revelar, em alguns casos, ter sido neles instilada pelos próprios autores dos textos. Dominick La Capra tem defendido uma história de como textos vistos como unidades operam na história³², e estamos preparados para ver os textos tanto como comunidades interpretativas quanto como veículos de autoridade. É justamente porque tantas coisas podem caber sob o título “tradição” que devemos estar atentos ao uso da palavra.

Agora já decomposemos o texto, e subseqüentemente o recombinaemos, como sendo a efetuação tanto de uma articulação da consciência do autor quanto de um ato de comunicação em um *continuum* discursivo que envolve outros atores. São esses *continua* (algumas vezes equivocadamente denominados de “tradições”) que o historiador deve estudar, se quiser entender as ações e as respostas, as inovações

31. Gunnell, *Political Theory: Tradition and Interpretation*, op. cit., pp. 85-90 e no texto em geral; ver também o intercâmbio de ensaios entre Gunnell e o presente autor, “Political Theory, Methodology and Myth”, *Annals of Scholarship*, I, 4 (1981), pp. 3-62.

32. Dominick LaCapra, “Rethinking Intellectual History and Reading Texts”, *History and Theory*, XIX, 3 (1980), pp. 245-276. Reimpresso em LaCapra, *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*, Ithaca, N. Y., Cornell University Press, 1983.

INTRODUÇÃO

e acontecimentos, as mudanças e os processos que constituem a história do discurso, embora isso não signifique que o texto como artefato isolado não vá lhe fornecer informações válidas sobre o que estava se passando na história das linguagens no momento em que foi escrito. Boa parte da atenção do historiador se focalizará, portanto, em textos submetidos a um processo de interpretação e desconstrução, à medida que vão sendo absorvidos na história do discurso. Contudo, isso não implica uma negação por parte do historiador de que um texto possa ter atuado em determinados momentos na história com aquela unidade que lhe é atribuída como obra artística ou filosófica. Quando o historiador encontra um “grande” texto – como ocorre com o presente autor uma ou duas vezes nos ensaios que se seguem –, ele sabe que o adjetivo indica, primeiro, que o texto foi investido de elevada autoridade ou *status* de adversário por atores da história sob estudo; e, segundo, que o texto foi reconhecido como possuidor de uma excepcional coerência e interesse, por críticos, teóricos, filósofos e (aqui ele hesita) historiadores da comunidade acadêmica à qual ele próprio pertence. Ele sabe, ademais, que terá de enfrentar a tarefa de se mover entre uma exploração da estrutura do texto como um artefato de existência sincrônica e uma exploração de sua ocorrência e *performance* como um incidente em um *continuum* diacrônico de discurso. O fato de que esses dois modos de realidade raramente sejam idênticos constitui o que pode ser denominado como *das Second Treatiseproblem*.

VII

Os *continua* de discurso, que exibem inúmeras discontinuidades abruptas, ocupam o centro das atenções do historiador e se manifestam a ele como histórias da linguagem ocorrendo em contextos que a história da experiência proporciona. Há uma constante e justificada afirmação de que as duas histórias estariam conectadas: de que a linguagem usada pelos atores de uma sociedade seria feita para gerar informações concernentes ao que essa sociedade estava vivenciando, e – já que temos de nos adaptar a algo próximo a uma absoluta prioridade da experiência social – que a linguagem seria apresentada, tanto quanto possível, como o efeito de tal experiência. Aqui, o historiador tem de conceder uma certa autonomia à linguagem, e isso perturba os que não conseguem perceber a diferença entre autonomia e abstração. Por ver as linguagens como algo que vai se formando ao longo do tempo, em resposta a muitas pressões externas e internas, o historiador não supõe que a linguagem do momento simplesmente denota, reflete ou é um efeito da experiência desse momento. Mais propriamente, ela interage com a experiência e fornece

as categorias, a gramática e a mentalidade por meio das quais a experiência tem de ser reconhecida e articulada. Ao estudá-la, o historiador aprende como os integrantes de uma sociedade eram capazes de perceber a experiência, que experiências eles eram capazes de perceber e que respostas à experiência eles eram capazes de articular e, conseqüentemente, efetivar. Como historiador do discurso, é tarefa sua estudar o que aconteceu com o discurso (inclusive a teoria) no processo da experiência, e dessa forma, que é uma entre várias, ele aprende muito acerca da experiência dos que são objeto de seu estudo.

O historiador é, sem dúvida, perfeitamente consciente de que as coisas acontecem aos seres humanos antes de ser verbalizadas, embora não antes de eles possuírem os meios de verbalizá-las, e que pode-se ver a linguagem se transformando sob o efeito de pressões que se originam fora dela. Mas esse processo leva tempo, e é tarefa do historiador estudar os processos pelos quais os seres humanos adquirem novos meios de verbalização e novas maneiras de utilizar os que eles já possuem. Eles o fazem, envolvendo-se em discursos e debates uns com os outros, conduzidos no *medium* de linguagens carregadas de paradigmas, convenções, usos e linguagens de segunda ordem desenvolvidas para discutir tais usos. Isso é o bastante para fazer com que o processo de resposta à nova experiência leve tempo e seja fragmentado em muitos processos, ocorrendo de diferentes maneiras e a diferentes velocidades. A velha noção de que a linguagem (ou a consciência) “reflete” a sociedade parece ao historiador uma afirmativa que não presta suficiente atenção ao tempo. A linguagem reflete a si mesma e fala extensamente sobre si mesma. A resposta à nova experiência toma a forma de uma descoberta e uma discussão de novas dificuldades na linguagem. Em vez de se supor um único espelho refletindo acontecimentos de um mundo exterior, no momento de sua ocorrência, seria melhor supor um sistema de espelhos voltados para dentro e para fora em diversos ângulos, de maneira a refletir as ocorrências do mundo espelhado, em grande parte, através dos diversos modos como se refletem uns aos outros. Uma discussão entre os observadores de espelhos tem, portanto, uma certa relação com o modo como os espelhos se refletem uns aos outros, mesmo antes de essa discussão se focalizar sobre a possibilidade de haver algo de novo no campo de visão. Melhor ainda seria supor que os espelhos estão dispostos tanto diacrônica quanto sincronicamente, de maneira que, enquanto alguns deles compartilham o mesmo momento no tempo, outros estejam situados em seu passado e seu futuro. Isso nos permitiria reconhecer que a percepção do novo se realiza ao longo do tempo, e na forma de um debate sobre o tempo. O animal histórico lida com a experiência, discutindo os antigos modos de percebê-la, como uma preliminar necessária para erigir novos modos, que então servem de meios para perceber tanto a nova experiência quanto os velhos modos de percepção.

O historiador, portanto, espera que a relação entre linguagem e experiência seja diacrônica, ambivalente e problemática. A tensão entre velho e novo, entre *langue* e *parole* seria o bastante para garantir isso, mas há ainda o fato adicional de que os jogos de linguagem existem para ser jogados por jogadores não idênticos, de maneira que mesmo atores usando as mesmas palavras têm de parar e indagar o que querem dizer com elas. Isso parece explicar o surgimento de linguagens de segunda ordem (embora outras condições, tais como instrução e cultura, talvez tenham de ser satisfeitas antes de essas linguagens de segunda ordem poderem ser socialmente possíveis) e também parece fazer com que, nas histórias com as quais o historiador vai obtendo familiaridade, a relação normal entre linguagem e experiência seja ambivalente – no sentido de que as palavras denotam, e tem-se consciência de que denotam, diferentes coisas ao mesmo tempo – e problemática – no sentido de que o debate a respeito de como elas podem ser usadas para denotar as coisas é ininterrupto. Uma sociedade sofisticada o bastante para ter linguagens de segunda ordem normalmente responderá a novas experiências realizando debates sobre os problemas que vêm à tona em seu discurso. O historiador do discurso terá, portanto, de trabalhar do lado de fora das faculdades discursivas de que dispõem por seus atores, voltado para o que ele vê (e seus atores viram) como novos elementos na experiência desses atores, e as insinuações da linguagem deles podem, ou talvez jamais possam, estar em intersecção com as da linguagem que ele emprega para escrever a história da experiência deles. Traduzir as percepções de Gerrard Winstanley nas de Christopher Hill é uma empreitada extremamente problemática, enfrentada com muita coragem.

O que tudo isso revela é a peculiar importância dessa paralinguagem já descrita, que o historiador emprega para explicar as implicações da linguagem, cuja história, composta pelas *performances* realizadas nessa linguagem, ele está procurando escrever. Agora vemos que o historiador emprega essa paralinguagem de duas maneiras, concomitantes porém distinguíveis entre si. Em primeiro lugar, ele a emprega para erigir hipóteses, isto é, ele afirma que a linguagem carregava certas implicações que tanto ampliavam quanto definiam as maneiras como ela podia ser usada. Ele articula essas implicações de forma a mostrar quais eram as possibilidades normais da linguagem, de maneira que, caso encontremos as anomalias e as inovações que acompanham a mudança paradigmática, teremos condições de reconhecê-las, reiterá-las e começar a observar como vieram a ser efetuadas. Isso fornece ao historiador a matriz necessária para lidar com os momentos em que ele vê sendo efetuadas as enunciações e as respostas, os lances e os lances em resposta, as inovações e as inovações em resposta, nas quais, tem-se afirmado, consistem as histórias das *paroles* atuando sobre e no interior das *langues*. As proposições no interior das quais a ma-

triz pode ser resolvida são hipóteses, no sentido de que afirmam o que o historiador espera que tenha acontecido, e devemos compará-las com a linguagem preservada dos textos, a fim de ver se acreditamos que isso foi o que de fato ocorreu. A curto prazo, o modelo oferecido pela paralinguagem é completamente viável.

O problema do longo prazo, contudo, surge quando o historiador deseja escrever diacronicamente e em forma narrativa: isto é, quando deseja escrever uma história do discurso, na forma do padrão mutante de alguma linguagem ou constelação de linguagens, e de seus usos e potencialidades, no decorrer de um longo período de tempo. Ele não pode parar para testar suas hipóteses, a cada vez que um dos atores de sua narrativa realizar um lance. Economia à parte, ele pode desejar apresentar relatos de transformações no uso da linguagem, de significado tão restrito e, no entanto, distribuídos por um tão longo período no tempo, que eles não poderão ser associados aos lances efetuados por atores identificáveis em momentos específicos. Ele será levado a escrever em termos que irão sugerir um diálogo em andamento entre as implicações das linguagens tornadas explícitas em sua paralinguagem, e dessa forma sua história será ideal e escrita como se tivesse acontecido no mundo que a paralinguagem delinea.

Exemplos disso serão encontrados nos ensaios que se seguem. “Virtudes, Direitos e Maneiras: Um Modelo para Historiadores do Pensamento Político” supõe a existência de um diálogo entre os conceitos de “virtude” e “direito”, e entre seus postulados implícitos, diálogo que teria estado em vigência durante alguns séculos no contexto de um discurso político europeu imaginado como disperso num amplo espaço e como relativamente estável ao longo do tempo. O caráter ideal dessa narrativa, no entanto, é circunscrito pela segunda parte de seu título, onde fica claramente explícito que se trata de um modelo, isto é, um conjunto de hipóteses genéricas, constituindo uma matriz na qual, sugere-se, as *performances* de atores específicos da história do discurso podem ser situadas, a fim de se ver até que ponto o modelo funciona na explicação das suas ações. O modelo tentará também se aproximar ao máximo de um relato da realidade, desde que se aceite que havia um modo de discurso comum à Europa Ocidental, no qual os termos-chave e suas implicações ocorriam repetidamente e eram discutidos. Ou seja, o modelo apresenta hipóteses acerca da existência de um *continuum* e de *performances* de atores. O capítulo denominado “Modalidades do Tempo Político e do Tempo Histórico na Inglaterra do Início do Século XVIII”, emprega um modelo de um tipo bem diferente. Ele supõe que a situação intelectual dos atores na época estabelecida pode ser caracterizada em certos termos e como emergindo de certas condições, e que suas *performances* podem ser interpretadas como uma resposta a essa situação por meio de certas estratégias que supostamente estariam disponíveis na época. O mesmo procedimento foi seguido

INTRODUÇÃO

nos capítulos iniciais de *The Machiavellian Moment*, do presente autor³³, onde foi proposta uma situação-modelo e afirmou-se que certas histórias que podiam ser acompanhadas empiricamente, ou certos *continua* de discurso, teriam provindo dela. Tratava-se, evidentemente, de nada mais que a estratégia corriqueira de explanação histórica, por meio da qual seleciona-se uma situação e sustenta-se que os comportamentos dos atores são inteligíveis no interior dela. Tais estratégias expõem as hipóteses ao tipo de crítica elaborado como o adequado a elas.

VIII

Concluirei aqui com algumas observações sobre o “estado das artes” na esfera da história britânica. Em *The Machiavellian Moment*, enfatizei a força da reação *Old Whig* e *Tory*, e a da *Commonwealth* e *Country* contra o regime financeiro (por extensão, “mercantilista”) oligárquico e imperialista, que se instaurou depois de 1688 e 1714, e sustentei que a teorização acerca desse regime e da sociedade que o acompanhava tinha de ser construída sobre novos modos de raciocínio, forjados com dificuldade, diante da presença de paradigmas em contraposição. Alguns leitores objetaram que, não obstante, essa teoria já existia, embora seja difícil entender como isso poderia ser uma objeção. Suspeitamos que sua verdadeira queixa fosse a de que *The Machiavellian Moment* apresenta o surgimento de uma ideologia mercantilista como algo accidental, ao passo que eles pretendem que ela teria sido primordial – uma simples e direta história de sucesso, um acompanhamento natural e sem distorções para o crescimento de uma sociedade mercantilista. Afirmando no Capítulo 4 ter escrito um relato mais dialético e menos *Whig* do que isso. Em todo caso, os ensaios que se seguem estão preocupados sobretudo com autores do século XVIII que expuseram os valores comerciais do liberalismo *Whig* e os valores da aristocracia *Whig*, e a rápida modernização tanto da sociedade quanto da compreensão social que o regime oligárquico presenciou e levou a cabo. Eles estão preocupados em explorar, e de certa forma dissipar, o paradoxo de que a oligarquia e a modernidade estavam correlacionadas, e não eram propriamente antitéticas.

Sendo um estudo histórico do liberalismo *Whig*, o livro é, sob alguns aspectos, uma história *Whig*. Ele parte do princípio de que o regime *Whig* foi um fato crucial na história britânica moderna. O regime consolidou (a um alto custo) o par-

33. J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, Princeton University Press, 1975.

lamentarismo e estabeleceu a relação imperialista e exterior com a Europa, cuja perda ainda hoje deixa a Grã-Bretanha atordoada. Este estudo não expressa nenhuma nostalgia pela velha ordem *Whig*, que foi descrita em tons profundamente irônicos pela maioria de seus partidários, mas leva essa ordem a sério: não a sério o bastante para os marxistas não-dogmáticos, mas excessivamente a sério para os marxistas *Tories*. A mente *Tory* do século XVIII era uma estranha mistura de idéias jacobitas e republicanas, e muito dessa ambivalência sobrevive na historiografia “anti-Whig” dos dias de hoje. Estes ensaios alinham-se com os trabalhos de intérpretes mais recentes, ao apresentar o período oligárquico como envolvido em um efervescente e desenfreado debate sobre si mesmo. “A profunda paz dos augustanos” é um sonho de historiadores, que se dissipou, e nós estudamos a era em que autores ingleses e escoceses se envolveram, pela primeira vez, em uma discussão totalmente secular sobre sua sociedade e seus destinos, um ponto a partir do qual a história intelectual britânica pôde começar a ser escrita. Ainda assim, apresentar um regime oligárquico como um sistema governamental com discussão e autocritica é, sob certos aspectos, paradoxal, e o historiador do discurso é sempre acusado de maximizar a importância de seu tema. Os que formulam essa acusação, no entanto, raramente se perguntam o que significa a presença de um discurso.

Os historiadores que sublinham, com muita justiça, até que ponto o regime *Whig* era uma ditadura de grupos e classes dominantes são tentados a ver o domínio como reprimido e silencioso. Privados de meios para articular uma consciência radical, eles se vêem obrigados a aceitar o discurso de seus governantes ou a formular fora dele modos de oposição semiótica e simbólica (daí, o debate acerca de até que ponto o crime seria uma forma de protesto social)³⁴. Mas essa oligarquia era manifestamente incompetente no que se refere ao controle do pensamento. As figuras de destaque e as massas algumas vezes gritavam juntas e, outras vezes, atiravam-se umas contra as outras, e não temos por que considerar elite e cultura popular como duas coisas refratárias a uma interação e trânsito entre si. É verdade que os grandes radicais antinômicos do Interregno parecem ter sido pouco conhecidos no século XVIII – embora isso possa ser objeto de maior exame –, mas foi mantido vivo, por alguns grupos pouco promissores da oposição, o suficiente da “boa e velha causa”, para tornar a contribuição *Tory* ao radicalismo político mais recente uma questão muito real. Enquanto a elite está debatendo seu próprio tama-

34. Ver Douglas Hay, Peter Linebaugh, John G. Rule, E. P. Thompson e Cal Winslow, *Albion's Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England*, Londres, A. Lane, 1975; John Brewer e John Styles (orgs.), *An Ungovernable People: The English and their Law in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1980.

INTRODUÇÃO

nho, composição e relação com as massas, as massas podem muito bem estar prestando atenção, e a oligarquia *Whig* não era uma classe dominante, mas uma oligarquia no interior das classes dominantes, o que deu origem a esse debate.

O último ponto é relevante também para os historiadores da ala direita – bem mais à direita que Edmund Burke – que desconfiam da atribuição de qualquer papel importante ao debate sobre princípios. A historiografia pós-namieriana corre o risco de se revestir da crença de que não existe realidade alguma, a não ser a realidade da alta política, e de que a prática da alta política sempre tem êxito na redução do discurso à insignificância: uma crença, não distante de uma religião, atualmente assumida no que veio a ser o estilo Peterhouse – austero, irrefutável e arcano. Mas se os aristocráticos políticos da Inglaterra tivessem sido uma força dominante, austera e insolente a ponto de sua prática ser realmente impermeável ao discurso, uma revolução contra ela teria sido feita. Sem dúvida, podemos examinar a prática da alta política com tal minuciosidade que não veremos a articulação de temas desempenhando papel algum nela. Embora esse tipo de política estivesse sendo praticado na Grã-Bretanha *Whig*, havia um constante e acalorado debate sobre questões como por que essa política estava em vigência, quais eram suas precondições e efeitos sociais e se era realmente necessário que a nação fosse governada dessa maneira. E nesse debate, o regime aristocrático era tão fervorosamente defendido quanto era criticado, e por mentes e argumentos igualmente poderosos. Havia discurso bem como prática, e o discurso deve, mais cedo ou mais tarde, fornecer à prática algum de seus contextos, o que é a razão pela qual os teóricos do século XVIII constantemente debatiam o papel da opinião no governo³⁵.

Porque a Grã-Bretanha *Whig* era um sistema governamental altamente impregnado de discurso, uma oligarquia em que a natureza da oligarquia era debatida em um espaço público maior do que a própria oligarquia, podemos ter uma história do discurso *Whig*. Há ainda mais um sentido em que a história do discurso é por sua própria natureza o que conhecemos como “história *Whig*”. Trata-se de uma história de enunciações e respostas emitidas por agentes relativamente autônomos. A história do discurso não é uma história modernista da consciência organizada em torno de pólos como repressão e liberação, solidão e comunidade, falsa consciência e natureza da espécie. Ela olha para um mundo em que quem fala pode modelar seu próprio discurso, e sua enunciação não pode determinar totalmente a res-

35. Ver J. A. W. Gunn, “Public Spirit to Public Opinion”, em seu *Beyond Liberty and Property: The Process of Self-Recognition in Eighteenth-Century Political Thought*, Kingston, McGill-Queen's University Press, 1983.

posta. O mundo do historiador é habitado por agentes responsáveis, mesmo quando eles são corruptos ou paranóicos, e o historiador toma distância deles como seus iguais, distinguindo a narração sobre as ações deles da *performance* dele próprio. Escrever história dessa maneira é ideologicamente liberal, e o historiador também pode admitir isso. Ele está pressupondo uma sociedade em que um indivíduo pode fazer uma enunciação, e outro pode enunciar uma réplica, efetuada de um ponto de vista que não é o mesmo do primeiro ator. Houve, e há, sociedades em que essa condição é satisfeita em vários graus, e essas são as sociedades nas quais o discurso tem uma história.

O CONCEITO DE LINGUAGEM E O *MÉTIER D'HISTORIEN*:

*Algumas Considerações sobre a Prática**

Este ensaio pretende ser a exposição de uma determinada prática e de algumas de suas implicações. E, dado que não se pode apresentar uma prática sem também apresentar uma teoria, é minha esperança – visto que estamos todos, em alguma medida, inseridos em uma prática em comum – permanecer, tanto quanto possível, do lado da metateoria. Não pretendo me ver afirmando e defendendo uma teoria geral da linguagem e de como ela atua na política ou na história e, menos ainda, apresentando o meu tipo de historiador como sendo ele próprio um ator ou agente histórico¹. Todas essas questões são reais e, de tempos em tempos, exigem consideração. Proponho, contudo, deixá-las aflorar – se aflorarem – a partir das implicações do que vou aqui dizer a respeito do que nós, como historiadores fazemos. O *métier d'historien*, da forma como uso o termo, é primordialmente o seu ofício ou a sua prática. Sua vocação e sua importância, sua experiência da história ou sua ação nela, são para mim questões de auto-descoberta, a ser encaradas em um tempo ainda, até certo ponto, exclusivamente nosso. Tenho a esperança,

* Extraído de J. G. H. Pocock, *Politics, Language, and Time: Essays on Political Thought and History*, Chicago, University of Chicago Press, 1989, pp. 19-21.

1. Tenho consciência de que os pronomes na língua inglesa tendem ao masculino, e de que não existe nenhum uso satisfatório do idioma que evite essa tendência. Digo isso, tendo em mente Judith Shklar, Caroline Robbins, Nannerl Keohane, Margaret Jacob, Joyce Appleby, Lois Schwoerer, Corinne Weston e muitos outros nomes – nomes que exigem igualdade de tratamento e inibem, pela profusão, qualquer intenção de desprezá-los.

ao proceder dessa maneira, de descobrir algo a respeito de nosso discurso em comum, do qual todos nós partilhamos.

A palavra discurso fornece o meu ponto de partida. O conceito de uma linguagem política implica, para mim, que o que antigamente era conhecido – e por uma questão de convenção ainda é – como história do pensamento político, é agora mais precisamente descrito como história do discurso político. Os atores de nossa história estavam, é claro, pensando – e com frequência arduamente. Muitos deles pertenciam a *intelligentsias* especialmente treinadas para pensar de maneiras diversificadas. Mas para poder dar a eles ou ao seu pensamento uma história, precisamos apresentar uma atividade ou uma continuidade de ação, constituída por coisas sendo feitas e coisas acontecendo, por ações e *performances*, bem como as condições sob as quais essas ações e *performances* foram representadas e realizadas. Condições que, além do mais, foram direta ou indiretamente modificadas pelas ações efetuadas sob e sobre elas. Suporemos, portanto, um campo de estudos constituído por atos de discurso, sejam eles orais, manuscritos ou impressos, e pelas condições ou contextos em que esses atos foram emitidos. E passando imediatamente para o conceito de linguagem, afirmamos nossa convicção de que um dos contextos primários em que um ato de enunciação é efetuado é aquele oferecido pelo modo de discurso institucionalizado que o torna possível. Para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*. Não estamos dizendo que o contexto lingüístico seja o único contexto que confere ao ato de fala um sentido e uma história – embora fatalmente venhamos a ser acusados de ter dito isso. Dizemos apenas que esse é um contexto promissor para se começar. Que conseqüências desencadearmos contra nós mesmos, ao escolher esse ponto de partida, e não qualquer outro, é algo que descobriremos mais tarde. Por enquanto, ao insistir em que o pensamento deve ser enunciado para poder ter uma história, e que tal história pode ser vista como uma interação entre o ato de fala e a linguagem, demos o primeiro e crucial passo, embora não o último – *le premier pas qui coûte* – na direção da construção de nossa história como uma história do discurso.

O termo inglês *language* é tanto proteiforme quanto subdivisível. Podemos usar o termo *language* para nos referir a uma das grandes estruturas etnicamente diferenciadas da fala humana – o inglês, o hopi ou o chinês –, não obstante o historiador do discurso político usualmente não pense nessas línguas como “linguagens políticas” ou como linguagens que têm uma história criada pelos atos de enunciação políticos nelas efetuados. Talvez devêssemos prestar mais atenção do que

implica linguagens políticas

prestamos ao fato, e a suas implicações, de que o discurso político no início da Europa moderna era multilíngüe. Não é incomum encontrar um tratado de política escrito parte em língua vernácula, parte em latim, parte em grego e parte em hebraico, e podemos nos perguntar se essas línguas eram politicamente diferenciadas. Deveríamos prestar também mais atenção do que prestamos ao fenômeno da tradução e questionar se a história do *Leviatã* de Hobbes em inglês é igual à sua história em latim. A resposta será sim e não. Mas, no geral, línguas etnicamente diferenciadas não são as categorias cruciais de nosso estudo, e quando falamos em “linguagens (*languages*) do pensamento político” ou “linguagens (*languages*) da política”, temos em mente algo mais. Os títulos dos capítulos deste livro² indicam que nos preocuparemos com idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica), retóricas, vocabulários especializados e gramáticas, modos de discursar ou falar sobre a política que foram criados e difundidos e, muito mais importante, empregados no discurso político do início da Europa moderna. Permitam-me fazer uma pausa para assinalar um perigo óbvio. Desejamos estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas. Contudo, se permitirmos que os limites entre *parole* e *langue* se tornem muito fluidos, qualquer enunciação que mantenha por muito tempo um estilo individual poderá ser confundida com a língua em que foi enunciada. Se desejamos postular uma “linguagem”, em princípio, deverá ser possível a pelo menos dois autores utilizá-la. Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto.

Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo. Pode existir um número indefinido dessas sublinguagens no interior de uma determinada língua, e elas podem, conseqüentemente, ser encontradas dentro de um único texto monoglota. Pois essas maneiras de falar, embora com frequência profundamente divergentes, não costumam ter êxito em se excluir umas às outras. Embora possamos pensar nelas como tendo a natureza de paradigmas, porque operam como paradigmas na estruturação do pensamento e da fala de uma certa maneira, buscando assim inviabilizar que o pensamento e a fala sejam estruturados de outras maneiras, não devemos, no entanto, descrevê-las como paradigmas, se o termo implicar que a inviabilização foi efetuada com êxito. Dado que não é muito claro se “paradigma” implica ou não esta última

2. Trata-se da obra de onde foi extraído o presente ensaio: J. G. H. Pocock, *Politics, Language, and Time*, op.cit. (N. T.).

asserção, o uso do termo se torna desvantajoso. Algumas linguagens têm sucesso em excluir as outras. No entanto, o discurso político é tipicamente poliglota, o discurso da caverna de Platão sobre a confusão de línguas.

O historiador do discurso político que começa a surgir nesta exposição de sua prática³ investe seu tempo aprendendo as “linguagens”, idiomas, retóricas ou paradigmas em que tal discurso se realizou, ao mesmo tempo estudando os atos de enunciação que foram emitidos nessas “linguagens”, ou na linguagem formada de um composto delas. É extremamente comum, embora talvez não necessário, constatar que esses atos na linguagem foram organizados na forma de textos. Quase igualmente comum – embora ainda menos necessário – é constatar que esses textos têm autores, a respeito dos quais pode haver ou não informações disponíveis providas de fontes limitadas ou não limitadas aos textos. O historiador deve mover-se de *langue* para *parole*, do aprender as linguagens para o determinar os atos de enunciação que foram efetuados “dentro” delas. Depois do quê, ele começará a pesquisar em busca dos efeitos desses atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao comportamento de outros agentes que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificamente “sobre” as linguagens “dentro” das quais esses atos foram efetuados.

Seguem-se disso certas conseqüências. Primeiro: a *histoire* que nosso historiador escreve será fortemente *événementielle*, porque ele está interessado nos atos efetuados e nos contextos no interior dos quais e sobre os quais eles foram efetuados. A *Moyenne durée* entra com o contexto lingüístico, mas não está confinada a ele. Na *longue durée* ele está interessado somente na medida em que ela é verbalizada e, dessa forma, penetra na *moyenne durée*.

Segundo: a história que ele escreve será fortemente textual, feita de enunciações e respostas escritas e impressas (a maioria dos leitores dessas enunciações sendo, como veremos, conhecida do historiador, porque eles, por sua vez, se tornaram autores). É uma história do discurso e da *performance* mais que de estados de consciência (embora, como veremos, não os exclua). Ele escreve a história das *mentalités*, somente na medida em que elas são articuladas no discurso, na enunciação e na resposta publicista e polêmica, isto é, num nível de comportamento relativamente sofisticado e de troca e transformação relativamente dinâmicas. Perseguir as *mentalités* (uma nobre caçada) o levaria mais para o interior da *moyenne durée*, rumo à *longue durée*. Pode haver nesse ponto elementos que não afloram, de forma alguma, no dis-

3. Aproximadamente os cinco ou seis parágrafos que se seguem a partir deste ponto, e mais uma ou duas passagens do texto, baseiam-se em material que preparei para seminários realizados no Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, em San Diego, durante o trimestre de primavera de 1983. Agradeço a Tracy Strong, Charles Natanson e outros por seus comentários e críticas.

método

curso. Mas os indícios que falam de sua existência podem ser de uma espécie que será mais apropriadamente estudada por algum outro tipo de especialista. Este historiador não se sente envergonhado em recorrer à divisão do trabalho.

Terceiro: será também uma história da retórica, e não tanto da gramática, do conteúdo afetivo e efetivo do discurso, e não tanto de sua estrutura. Essa é uma afirmação que estabelece um destaque e uma prioridade. O historiador poderá até se ver lidando com questões de gramática e de estrutura, mas ele supõe haver um nível de profundidade no qual as estruturas não são percebidas, empregadas na retórica ou discutidas na teoria. Nessa profundidade, há a *longue durée* – e nada mais – e ele não desce até esse ponto. Não porque ache ser impossível, mas porque acredita ser trabalho para outra pessoa. Em profundidades nas quais nenhum organismo auto-propulsor nada, ele não está seguro de que haja alguma história, apenas matéria e energia primordiais. E ele tem “o seu próprio abacaxi para descascar” e “suas próprias histórias” para contar – equivalentes em seu universo ao que Alcebiades fez e sofreu.

O historiador é, em larga medida, um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos lingüísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos. Posso dizer a partir de minha própria experiência – e deverei elaborar esse ponto mais adiante – que ele irá se acostumando a encontrar muitas camadas desses contextos no interior do mesmo texto, e ficará constantemente surpreso e fascinado com a descoberta em textos conhecidos, onde sua presença passara despercebida, de linguagens que se tornaram familiares a partir de outras fontes. Tais descobertas nem sempre aumentam sua estima pelo modo como tais textos foram lidos antes dele. Ele se torna consciente e alerta para com as linguagens que descobre por meio de uma ampla leitura de textos de todos os tipos, em resultado da qual ele detecta a presença dessas linguagens e passa a “aprendê-las” tal como se aprende uma língua, isto é, ao tornar-se cada vez mais habituado ler nessas linguagens (mas não a falar nessas linguagens ou a escrever nelas), ele vem a saber que coisas podem ser enunciadas nelas e como essas coisas são nelas expressas. Há importantes problemas de interpretação e historicidade que vêm à tona nesse ponto e que terão de ser considerados. Mas a preocupação central deste volume⁴ requer que nos voltemos primeiro para a questão de como essas linguagens, idiomas ou retóricas podem ser definidos como um fenômeno histórico.

Se indago a mim mesmo sobre exemplos do tipo de linguagem que tenho em mente, as primeiras que me ocorrem – não por serem privilegiadas ou paradigmáticas, mas por serem típicas – são: a linguagem da escolástica medieval, a da Renas-

4. Ver nota 2.

→ cença emblemática, a da exegese bíblica, a do Direito Consuetudinário, a do Direito Civil, a do republicanismo clássico, a do radicalismo *commonwealth*. A lista acima sofre a influência de meus próprios estudos, mas estes me impelem a querer tentar ir além desses exemplos. Dos itens que a compõem até o momento, vários deles são, sem dúvida, altamente institucionais. Eles podem ser reconhecidos de imediato como linguagens empregadas por comunidades específicas em seu discurso profissional, articulando suas atividades e as práticas institucionais em que estavam envolvidas. É importante o fato de que o discurso político tenha sido desenvolvido em tão grande medida por clérigos e juristas, e nos modos de discurso que eles tinham condições de impor aos outros. Pois as *intelligentsias* não se dirigem somente aos seus próprios membros, mas impõem suas linguagens esotéricas sobre uma variedade de grupos leigos e públicos leigos, algumas vezes para o desprazer em uníssono destes últimos. A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais, a história de como os estudiosos profissionais se envolveram na administração dos assuntos de terceiros e os obrigaram a discursar nas linguagens que eles haviam desenvolvido. Mas, ao mesmo tempo, é também a história de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes, de maneira a modificar seus efeitos, ou de como desenvolveram uma retórica de hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si. Nessa linha de raciocínio, podemos vislumbrar o uso antinômico da linguagem: o uso, pelos governados, da linguagem dos governantes, de maneira a esvaziá-la de seus significados e reverter seus efeitos. Apropriação e expropriação são aspectos importantes do que temos a estudar. Digo isso, porque sou constantemente acusado de negar a importância desses aspectos por aqueles para os quais nunca consigo mostrá-los como importantes o bastante.

→ É importante que o estudo da linguagem política tome como ponto de partida as linguagens dos grupos governantes, que articulam seus interesses e são tendenciosos a favor deles. Mas é também importante o fato de que, quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas preocupações. Essa diversificação terá origem no interior do grupo governante, onde comumente há um intenso debate em andamento. Mas ela pode não permanecer confinada aos limites da *intelligentsia*, da profissão ou seja qual for seu grupo de origem. Podemos encontrar casos em que uma linguagem foi difundida para além dos limites do relacionamento original entre governantes e governados, no qual ela foi criada: casos em que estará sendo enunciada por outros governantes para outros governados, por governantes incertos quanto a quem estão

governando, por governados incertos de quem os governa ou com que autoridade, e até mesmo por revolucionários usando-a em seus esforços por derrubar um governo. Há exemplos abundantes no início da Modernidade européia, mesmo dessa última possibilidade. A difusão de uma linguagem pode ser uma história muito diferente da sua criação.

O historiador da linguagem política descobrirá que a linguagem tem uma política própria. Mas demorar-se sobre esse ponto, por mais importante que ele possa ser, é distanciar-se da experiência do historiador de descobrir linguagens latentes nos textos que tem diante de si – justamente o que me dispus a descrever aqui. Entre os idiomas que emergem do texto, o historiador constatou que alguns são linguagens de corporações profissionais, articulando as práticas que as tornaram poderosas e que dotaram seu discurso de autoridade na sociedade – e o tornaram passível de ser imposto sobre outros. Mas sua experiência não se detém nesse ponto. A uma pequena distância do caso que acabamos de supor, por exemplo, ele pode encontrar a linguagem de livros sagrados ou dotados de autoridade – a Bíblia, o Órganon, o Códex, o Talmud, o Corão, os Seis Clássicos – e a daqueles que a empregam em seu discurso. Se ele tivesse de se preocupar com a atividade lingüística de exegetas profissionais credenciados ou ligados a instituições, a situação não seria muito diferente. Mas ele pode, aos poucos, ver-se lidando, em vez disso, com uma rede ou comunidade de homens de letras, profissionais ou diletantes, já estabelecidos ou *arrivistes*, que empregam as linguagens de grupos profissionais, sem necessariamente pertencer a elas, e são capazes, primeiro, de adaptar esses idiomas ou retóricas aos objetivos de seu próprio discurso, e segundo, de gerar e desenvolver idiomas e retóricas próprias, no curso desse processo. Ele agora se verá lidando com idiomas gerados menos pela prática profissional do que pela retórica do discurso: com modos de discurso formulados no interior da discussão de temas e problemas específicos, ou com estilos de discurso que perpetuam os estilos de poderosos e idiossincráticos autores – um Burke ou um Hegel, um Leo Strauss ou um Michael Oakeshott. Alguns desses autores terão sido institucionalizados como autoridades servindo aos propósitos de exegetas profissionais, outros não. E a importância histórica de um autor não é medida apenas por seu êxito em criar um modo de discurso – podemos pensar em alguém que tenha escrito em um idioma hobbesiano, pelo menos em inglês? O fato é que o historiador está lidando agora, não com as linguagens entrelaçadas de uma série de *intelligentsias* em ação, mas com uma única, embora múltipla, comunidade de discurso, exercendo uma atividade que só pode ser caracterizada como retórica ou literatura, e que a linguagem do discurso político, embora ainda possamos decompô-la em uma multiplicidade de sub-linguagens ou idiomas, deve agora ser vista como passível de gerar esses idiomas

no interior da atividade do seu próprio discurso, bem como de tomar de empréstimo, ou ser invadida por, idiomas originados em outras comunidades de discurso. No início do século XVIII, o jornalismo e as belas-letas, no final, a economia clássica, entraram com impacto na estrutura do discurso político inglês, mas, ao mesmo tempo, surgiram o idioma de Burke e o de Bentham (criado muito mais deliberadamente), que, ambos – se se preferir, de modo muito mais óbvio, o primeiro –, podem ser vistos como nascidos de mudanças no interior dos padrões mutantes da retórica ou do discurso político.

As camadas de contextos lingüísticos que o nosso historiador-arqueólogo traz à tona são, portanto, de caráter muito heterogêneo. Algumas são linguagens da prática profissional, que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso político é comumente realizado. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica da política, como resultado de lances ou *performances* operadas pelos autores e atores no âmbito da política. Enfatizar o primeiro tipo de linguagem é enfatizar a estrutura social, é sublinhar que estamos focalizando um discurso articulado por clérigos, juristas, humanistas, professores, ou talvez grupos leigos e, ocasionalmente, pelas heresias definidas por sua exclusão de uma ou outra dessas categorias. Enfatizar o último tipo, é enfatizar o discurso, é sublinhar que estamos olhando para um discurso articulado por locutores atuando no interior de uma atividade em andamento, atividade de debate e discussão, de retórica e teoria, efetuando atos cujo contexto é o do próprio discurso. O que queremos dizer com a criação e a difusão de linguagens políticas irá variar conforme adotarmos uma ou outra dessas perspectivas, em grande parte legítimas. A produção social de linguagens implica um grupo de prioridades, e a produção retórica implica outro. O historiador-arqueólogo, no entanto, descobrindo, uma após a outra, as camadas de linguagens que um texto contém, vê-se obrigado a adotar ambas as perspectivas. Ao menos para ele, elas não são categoricamente distintas.

Nós supomos que essas linguagens são possíveis de ser dispostas ao longo de uma escala que vai do altamente institucional e estranho à linguagem ao altamente pessoal e idiossincrático. Contudo, como veremos, esses dois pólos não são mutuamente excludentes. À medida que nos aproximamos do último pólo, no entanto, encontramos, em uma forma cada vez mais aguda, o problema relativo ao que significa falar de uma linguagem como um fenômeno histórico identificável. Ou seja, quanto mais lidamos com estilos individuais de enunciação, com a criação de indivíduos identificáveis em situações identificáveis, maior se torna o perigo de confundir *parole* com *langue* e interpretação com identificação. Não devemos dizer que encontramos uma nova “linguagem” apenas porque encontramos um estilo de

enunciação altamente individual, que carrega as suas próprias implicações e sugere a sua própria prática. Menos ainda, porque meramente encontramos um novo estilo, no qual podemos nós mesmos ler as enunciações de pessoas que discursaram no passado e atribuir modos e níveis de significado a elas, pois fazer isso é reduzir toda a história a um texto que existe apenas na medida em que podemos interpretá-lo. O historiador que estou supondo almeja estar seguro, ou tão seguro quanto possível, de que uma “linguagem” ou “contexto lingüístico”, que ele afirma ter descoberto ou desvelado, existia *eigentlich* antes de sua descoberta. Ele busca meios de provar que essa descoberta não é uma mera invenção sua, já que sabe que *invenire* pode significar tanto encontrar quanto forjar. Essa meta pode ser perseguida de várias maneiras.

A confiança do historiador em que uma “linguagem” não é um produto de sua própria mente pode aumentar: (a) à medida que ele puder demonstrar que diferentes autores operaram diferentes atos na mesma linguagem, respondendo uns aos outros por meio dela e empregando-a como *medium* e como modo de discurso; (b) à medida que ele puder demonstrar que cada qual discutiu o uso que os demais fizeram dela, que eles inventaram linguagens de segunda ordem para criticar seu uso e que a identificaram, verbal e explicitamente, como uma linguagem que estavam utilizando (isso pode ser chamado de teste de Monsieur Jourdain); (c) à medida que ele puder prever as implicações, as insinuações, os efeitos paradigmáticos, as problemáticas etc. que o uso de uma determinada linguagem teria acarretado em situações específicas, e mostrar que suas previsões se realizaram ou, mais interessante, foram desmentidas (isso pode ser chamado de teste experimental); (d) à medida que ele vivenciar surpresa, seguida de satisfação, diante da descoberta de uma linguagem familiar em lugares em que não esperaria encontrá-la (isso pode ser chamado de teste da intuição afortunada); (e) à medida que ele deixar de considerar linguagens não disponíveis para os autores sob análise (o teste do anacronismo).

O historiador aprende uma linguagem a fim de poder lê-la, não para escrever nela. Seus próprios textos não serão compostos de pastiches das várias linguagens que ele aprendeu, como o *The Sotweed Factor*, de John Barth, mas elaborados com linguagens interpretativas que ele desenvolveu e nas quais aprendeu a escrever, cada uma destinada a expor e articular, em uma espécie de paráfrase, os pressupostos, insinuações etc., explícitos e implícitos, em uma ou mais das linguagens que ele aprendeu a ler. Ele está envolvido em uma espécie de diálogo, segundo a famosa fórmula de Collingwood: aprender a linguagem de outrem para poder “repensar seus pensamentos”. Mas a linguagem em que o historiador expressará os pensamentos de outrem, depois de repensá-los, será a sua, não a de outrem. Isso deixa espaço tanto para o distanciamento crítico quanto para o histórico. A linguagem do histo-

riador contém seus próprios recursos para afirmar tanto que ele está interpretando adequadamente a *parole* de outrem quanto que essa *parole* estava de fato sendo desenvolvida naquela *langue*, ou na seleção e na combinação de *langues* à qual o historiador atribuiu essa *parole*. Essa será a sua resposta a quaisquer extremismos que possa encontrar acerca da intraduzibilidade ou da ilegibilidade dos textos. Ele afirma ter capacidade de demonstrar em que diversidade de linguagens um texto foi escrito e subseqüentemente lido, bem como a de distinguir entre essas linguagens e aquelas em que o texto em questão não foi e não poderia ter sido escrito nem lido em uma época determinada.

Mas tudo isso implica sua capacidade de reinstitucionalizar linguagens: de mostrar que os modos de enunciação que à primeira vista podem parecer altamente idiossincráticos já eram, ou se tornaram subseqüentemente, fontes conhecidas e reconhecidas da comunidade de discurso, “linguagens disponíveis”, como diz o jargão, que eram utilizadas e, em certa medida, reconhecidas como utilizáveis por mais de um ator dessa comunidade. Uma linguagem deve ser (coisa que um estilo não precisa) um jogo reconhecidamente aberto a mais de um jogador. Uma vez que reconhecemos isso, contudo, torna-se mais crucial do que nunca a distinção já traçada entre a criação e a difusão social e a criação e difusão retórica de linguagens. Quando podemos demonstrar que uma determinada linguagem originou-se fora do universo do discurso político, em alguma prática social ou profissional, e então penetrou nesse universo em circunstâncias mais ou menos específicas, afirmar que ela possuía um caráter institucional e estava disponível para os propósitos de vários atores no jogo lingüístico é mais fácil que fazer essa mesma afirmação quando temos uma linguagem nascida no interior desse universo, nos atos de discurso e lances e estratégias retóricas dos jogadores do jogo, pois, neste último caso, enfrentamos o problema de ter de mostrar como os lances do ator deram origem a instituições lingüísticas, e sempre haverá aqueles que enfatizam a singularidade de cada lance, a ponto de desaparecer a instituição na qual ele foi efetuado e que ele ajudou a formar. Tem-se questionado⁵ – e acho que deve-se mesmo questionar, e não me sinto comprometido com nenhuma resposta em particular – se a mentalidade “consuetudinária” (da *common law*) inglesa era na verdade tão monoliticamente insular quanto sugeri em *The Ancient Constitution and the Feudal Law*, publicado em 1957. Mas o efeito dessa crítica é tornar a doutrina da antiga constituição explicável como algo com bem menos *mentalité* e muito mais “lance”. Se, como agora se sustenta,

5. Seria possível apresentar uma bibliografia com relação a este ponto, abrangendo os trabalhos de Donald R. Kelley, G. R. Elton, Kevin Sharpe e outros. Limito-me contudo a citar: Richard Tuck, *Natural Rights Theories: Their Origin and Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

os ingleses do século XVII não estavam cegos por sua insularidade, a ponto de não ter consciência de que o direito romano e o direito feudal existiam e podiam ter desfrutado, ou ainda desfrutar, de autoridade na Inglaterra, então a pressuposição de que eles nunca haviam deles desfrutado deveria ter sido menos uma pressuposição e mais uma asserção: um argumento para o qual deve haver um contra-argumento, um paradigma a ser estabelecido por meio da exclusão de seu oposto. Sir Edward Coke, esse grande oráculo da lei, pareceria menos o porta-voz por meio do qual uma *mentalité* se articulava do que um poderoso advogado e bem-sucedido argumentador, empregando o discurso, a caneta e a prensa para induzir seus ouvintes e leitores a adotar uma posição para a qual já estavam, sem dúvida alguma, predispostos de várias maneiras (não estamos afirmando que *mentalité* ou ideologia não existam), e para a qual sabiam, mas deviam negar, que poderia ser apresentada uma alternativa. O ato de fala se tornaria proeminente com relação à situação lingüística.

Uma boa quantidade de provas recentemente apresentadas depõe em favor dessa revisão, e eu encaro esse fato de modo otimista, visto que não tenho nenhum compromisso com explicações do tipo *mentalité* e, na verdade, sinto-me inclinado a ver as situações lingüísticas do início do período moderno mais como multilíngues do que como monolíticas. Deixando de lado o problema da insularidade, é óbvio que uma *mentalité* pode ser estabelecida com muita facilidade, se pensarmos apenas nas operações normais de uma língua, e não nos atos de fala efetuados no interior dela e sobre ela, se desprezarmos a *parole* em favor da *langue*. Mas, em algum ponto do debate sobre a historiografia inglesa, posso entrever essa poderosa escola de historiadores para a qual não existe outra realidade a não ser a da alta política, e todos os fenômenos históricos são redutíveis aos lances de membros desse círculo restrito, que joga o jogo da perpétua aventura do governo oligárquico⁶. Se eles estivessem certos, haveria somente *parole* e nunca *langue*, e o êxito ou fracasso de cada lance seria determinado no âmbito da *durée bien moyenne* do atual estado do jogo, nunca dentro dos contextos mais duráveis oferecidos por estruturas sociais ou lingüísticas. Estou interessado em defender uma apresentação da história do discurso que o situe entre *parole* e *langue*, entre ato de fala e contexto lingüístico. E me sinto estimulado pela proposta de revisão da minha antiga interpretação, porque ela acentua a perspectiva sob a qual o que apresentei como uma linguagem pode ser visto em processo de modificação e até mesmo sendo estabelecido pela *performance* de atos de fala.

6. "The Endless Adventure" é o título de um antigo espécime (1912) desse gênero, de F. S. Oliver, centrado na política inglesa, de Harley a Walpole. Entre os praticantes pós-naméricanos estão G. R. Elton (às vezes) e Maurice Cowling (com muito mais frequência).

Mas isso nos faz voltar ao ponto em que “criação e difusão de linguagens” devem ser vistas em andamento no interior da atividade discursiva, bem como nas interações entre o discurso e outros fenômenos sociais. Nosso historiador, empenhado em identificar os contextos lingüísticos em que os atos de fala são emitidos, deve estar em condições de estudar a criação de linguagens em qualquer lugar no contexto social, e sua difusão no interior da atividade do discurso político. Mas ele deve também estar equipado com os meios necessários para mostrar que a *performance* de atos de fala não modifica meramente a linguagem, mas leva à criação e à difusão de novas linguagens, no sentido que atribuímos ao termo. Existe a geração de linguagens pelas atividades, práticas e contextos da sociedade, e existe a geração de linguagens pelas interações entre *langue* e *parole* em uma seqüência de discurso em andamento. Podemos considerar o último como um caso especial do anterior, mas não como seu epifenômeno, uma vez que admitimos que a linguagem é uma atividade contínua, que estabelece as suas próprias regras e, até mesmo, determina as maneiras como essas regras podem ser alteradas. É do *métier* de nosso historiador aprender uma série de linguagens e estabelecê-las como contextos em que são efetuados os atos de enunciação. Ele precisa agora de meios para entender como os atos modificam os contextos nos quais são efetuados, e como algumas dessas modificações conduzem à criação e à difusão de novas linguagens e novos contextos. Além do mais, ele está típica, mas não necessariamente, envolvido no estudo da história de uma literatura, isto é, uma forma de discurso desenvolvida por meio da produção de textos escritos e impressos, que ele se esforça por expor como acontecimentos nessa história, como *paroles* ou atos de enunciação altamente complexos, inteligíveis em termos das *langues* das quais provieram e de seus efeitos sobre essas *langues* e sobre os mundos em que foram escritos e enunciados. Compreender como *paroles* desse tipo modificam a *langue*, e como, em alguns casos, ajudam a criar e difundir novos idiomas de discurso, é uma parte importante de seu esforço.

Nós o vimos em seu papel de arqueólogo, desvelando as linguagens ou idiomas do discurso como as diversas camadas contextuais em que, pode-se demonstrar, o texto foi composto de modo a atuar em todas elas concomitantemente. Esses idiomas nasceram de uma diversidade de fontes e podem provir de sociedades e momentos históricos não mais existentes (pode tratar-se de um momento importante no desenvolvimento do autoconhecimento histórico, quando se constata ser isso o que ocorre). Cada um desses idiomas era específico para a *performance* de atos e para a transmissão de mensagens peculiares a eles mesmos. Mas debatedores e retóricos competentes foram completamente capazes de mesclar as camadas, de entrelaçar os diversos idiomas em um único texto e uma única, porém complexa, seqüência de discurso. Nos casos em que isso aconteceu, o texto deve ser visto como a efetuação simultânea de

uma série de enunciações, e o historiador – cessando neste ponto de ser um arqueólogo – deve indagar se o texto efetua uma série unitária de atos ou uma série plural e heterogênea. Sob várias perspectivas, inclusive a histórica, essas possibilidades não são mutuamente excludentes. Podemos, por exemplo, pensar no autor, caso se trate de uma presença suficientemente dominante, como uma Penélope de dia, entrelaçando os idiomas em uma única peça de tapeçaria e criando uma imagem unitária; mas também podemos perfeitamente pensar nos leitores do texto (que de forma alguma precisam ser tão sofisticados quanto o autor) como uma Penélope de noite, desfiando o desenho e reduzindo-o a uma seleção de idiomas e enunciações. Há autores astutos o bastante para prever e explorar a diversidade das respostas dos leitores, mas nenhum, suspeitamos, que tenha sido capaz de prever todas as respostas que seu texto viria a provocar. Tanto o passado quanto o futuro de um texto, vistos historicamente, nos fornecem campo para sublinhar a diversidade e a heterogeneidade das enunciações que ele pode estar efetuando ou ter efetuado. Para o teórico político, isso significa que a linguagem da política é intrinsecamente ambivalente. Como afirmou William Connolly⁷, ela consiste na enunciação de proposições essencialmente polêmicas. Para o historiador, isso significa que qualquer texto pode ser um ator em uma série indefinida de processos lingüísticos, de interações entre enunciação e contexto. Foi sábio, da parte de Quentin Skinner, empregar o pretérito imperfeito e contínuo do inglês ao estabelecer que devemos saber o que um autor “estava fazendo” quando publicou um texto determinado⁸. Porque, se o que ele “estava fazendo” inclui, e até mesmo privilegia, o que ele pretendia efetuar, não somente suas intenções e *performances* podem ter sido diversas e até mesmo divergentes entre si, mas também o que ele “teria de fato feito” pode se mostrar quase exponencialmente distante de qualquer *performance* que ele tivesse pretendido. A história consiste em grande parte de *performances* não intencionadas, e a passagem da intenção para a *performance* requer tanto o pretérito imperfeito quanto o condicional.

Nosso historiador, cessando completamente de ser um arqueólogo, busca meios de demonstrar como a *parole* agiu sobre a *langue*. Nós o supomos capaz de mostrar que qualquer texto foi verbalizado e realizado em uma diversidade de idiomas, cada qual constituindo um modo convencional de enunciação e exercendo uma força paradigmática. A partir disso, e a partir de seu conhecimento das situações históricas e dos contextos em que o autor estava situado e às quais sua enunciação se vinculava, ele pode apresentar uma explicação precisa de uma variedade de atos de fala que texto e autor podem ter visado e/ou realizado. Ele passa, então, a discrimi-

7. William E. Connolly, *The Terms of Political Discourse*, op. cit.

8. Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, op. cit., vol. I, “Introdução”.

nar esses atos, visados e realizados em cada um dos vários idiomas dos textos, ou em todos eles juntos, entre os mais rotineiros – a enunciação de convenções – e os mais específicos: a aplicação de convenções.

Quando as convenções, os paradigmas e as diretrizes de que se pode considerar composta uma linguagem política são aplicados a – e no âmbito de – circunstâncias políticas e históricas outras que as circunstâncias que elas convencionalmente pressupõem, pode-se observar dois processos ocorrendo. Primeiro, o vinho novo sendo despejado em velhas garrafas: as novas circunstâncias e os problemas relativos ao pensamento e à ação que elas geram serão assimilados às circunstâncias pressupostas pelas velhas convenções, de maneira que estas últimas poderão continuar a governá-las – dos velhos campos há de vir o novo trigo, como gostava de afirmar Sir Edward Coke, que compreendia bem esse processo. Ao historiador, esse processo parecerá fascinante de se observar, pois ele destaca os pressupostos da linguagem mais antiga, informa ao historiador que tipo de universo seus usuários eram estimulados a supor estar habitando, e o capacita a elaborar avaliações sobre as situações históricas em que essa linguagem se formou e em que era usada. Ele não é tão rigoroso como historiador, a ponto de presumir que a tentativa de despejar vinho novo em velhas garrafas seja invariavelmente um fracasso ou geradora de falsa consciência. Algumas vezes será, e outras não, e alguns paradigmas e linguagens apresentam continuidade em meio a transformações que se estendem por longos períodos. Mas é desnecessário dizer que há um processo no sentido contrário. As novas circunstâncias geram tensões nas velhas convenções, a linguagem acaba sendo usada de novas maneiras, ocorrem transformações na linguagem em uso, e é possível imaginar esse processo conduzindo à criação e à difusão de novas linguagens – embora o exato significado dessa frase ainda precise ser especificado. Nosso historiador tentará estudar as seqüências em que tais fenômenos podem ser observados, e há dois preceitos que pode valer a pena aqui apresentar.

O primeiro deles estabelece que a criação de uma nova linguagem pode ter lugar na tentativa de manter a velha linguagem, não menos que na tentativa de mudá-la. Podem-se encontrar casos em que uma deliberada e consciente ênfase na mudança, na ação e na modernidade está presente nas estratégias dos que defendem uma ordem tradicional, e faz parte da lógica do conceito de tradição que assim seja. O outro preceito estabelece que, dado que o uso de qualquer linguagem pode ser mais ou menos difundido, o número de atores e a diversidade de seus atos envolvidos nesses processos podem diferir bastante. Algumas mudanças lingüísticas podem parecer causadas por uma coincidência ou consenso de atos de fala efetuados por tantos atores, em tantas situações lingüísticas e com intenções tão diversas, que torna-se mais fácil pensar as transformações na linguagem como ocor-

rências fortuitas, mais do que como resultado de intenção, como produto da heterogeneidade de fins, mais do que como o trabalho de atores principais identificáveis que podem ser mostrados em sua ação de efetuar inovações na *langue*, por meio da enunciação de *paroles* agregadoras ou desagregadoras, e em sua ação de impor inovações e uma nova linguagem sobre os outros. Por outro lado, parece que esses conspícuos atores de fato aparecem na história. Eles adquirem, algumas vezes com bastante rapidez, o *status* de autoridades que devem ser seguidas ou de adversários que devem ser refutados, e não é em absoluto impossível imaginar alguns tipos de transformações lingüísticas como tendo sido causadas por enunciações de atores identificáveis e pelas respostas que lhes deram outros atores não menos identificáveis. Algumas vezes, é verdade, essa imagem revela-se uma ilusão historiográfica. Temos tendência a selecionar indivíduos ilustres e atribuir-lhes papéis principais ou importantes que nem sempre eles ocuparam. Mas se tais papéis lhes tiverem sido atribuídos, não por historiadores, mas por aqueles que os historiadores estudam, a situação muda de figura. Certamente precisamos de meios para perguntar se Maquiavel, Hobbes ou Locke desempenharam na história o papel que convencionalmente lhes é atribuído. Mas precisamos também de meios para compreender como as mudanças na linguagem política podem ser vistas como tendo sido causadas por enunciações e respostas emitidas por atores individuais. Precisamos tanto da morfologia da *langue* quanto da dinâmica da *parole*. 357
c

Pensamos, portanto, em um indivíduo que tem algo a dizer sobre e no interior de uma situação altamente específica e, sob certos aspectos, sem precedentes, mas cuja enunciação seja orientada e restringida pelas regras ou convenções das várias linguagens disponíveis para seu uso. (As diretrizes impostas por essas linguagens estão em desacordo com os impulsos e as restrições que vêm à tona com as afirmações constatáveis do autor.) E estas, por sua vez, vêm à tona, evidentemente, de diversas maneiras. Pode haver algo na situação, conhecido ou desconhecido ou mais ou menos conhecido para o enunciante, de que seja difícil falar em qualquer uma das maneiras convencionais. Ou ele pode estar em um dilema casuístico ou retórico, que talvez lhe tenha sido imposto pelos atos de fala de algum adversário em uma discussão. Ou sua reflexão – possivelmente sua profunda e complexa reflexão moral, epistemológica ou metafísica – sobre a sua própria afirmação e sobre as afirmações de outros, na situação imediata, pode tê-lo persuadido de que deveria ser efetuada alguma pequena ou drástica mudança nas convenções e nos pressupostos da linguagem. Podemos pensar – é importante estar em condições de pensar – em sua *parole* como uma resposta a pressões impostas sobre ele pelas *paroles* de outros. Mas, se temos de escrever história em termos das interações entre *parole* e *langue*, é importante ver sua *parole* como uma resposta às convenções da *langue* que ele b.2
c

está usando e das quais ele está mais ou menos consciente. Os jogadores efetuam seus atos de fala de acordo com as regras do jogo. Algumas vezes, eles discutem as regras do jogo e desenvolvem linguagens de segunda ordem para conduzir essa discussão. Estas, por sua vez, possuem regras que podem estar sujeitas a inovações, e uma mudança nessas regras pode implicar uma mudança nas regras de acordo com as quais os atos de fala são efetuados nas linguagens de primeira ordem. Uma mudança nas regras do jogo lingüístico, provocada por algum ato de fala, pode ser tanto prévia quanto posterior a qualquer efeito que esse ato possa ter sobre qualquer participante do jogo. No entanto, todos os atos são efetuados por jogadores.

Mas ainda não explicamos como tais inovações podem se efetuar e, menos ainda, como podem resultar na criação e na difusão de novas linguagens. Como um orador ou autor inovador enuncia uma *parole* nova é algo evidentemente difícil de categorizar, não só devido ao caráter vago do termo “novo” como também devido à enorme flexibilidade da própria linguagem. Quentin Skinner nos habituou a ver um autor como alguém que efetua um “lance”, e o número e a variedade de “lances” possíveis é tão grande quanto os recursos da própria retórica. A Europa do início da era moderna era uma civilização altamente retórica. Mas um “lance” não era só aquele viabilizado, por mais inesperado que fosse para o adversário, pelas regras de um determinado jogo. Podia ser também, dado que estamos na história, um “lance” que tivesse o efeito de alterar as regras – seja como William Webb Ellis, pegando a bola e correndo com ela, seja como Sócrates e Thomas Hobbes, sugerindo que o jogo estava sendo jogado com as regras erradas. Podemos, portanto, definir a inovação verbal como uma inovação que sugere, e conforme sua força impõe, alguma mudança nas regras ou nas convenções da linguagem política: ela pode propor alguma alteração nos signos de valor – um tratamento daquilo que antes era ruim como bom, ou vice-versa – ou pode propor deslocar a discussão de um termo ou problema do contexto lingüístico em que ele vinha sendo convencionalmente discutido para algum outro contexto conhecido mas, até então, não considerado apropriado para essa discussão. O emprego de Maquiavel do termo *virtù* é um exemplo de ambos os tipos de “lance”, e há, evidentemente, muitos outros tipos. É preciso assinalar que tais atos sugerindo a inovação de alguma regra ou paradigma podem ser efetuados explícita ou implicitamente, aberta ou veladamente, intencional ou involuntariamente, e muito dependerá da *Rezeption* e da resposta de leitor. O leitor e intérprete também pode ter os recursos da retórica à sua disposição. Muitos autores acabaram por se revelar inovadores mais radicais do que pretendiam ser ou admitiram ser.

15
→ Como podem essas *paroles* inovadoras provocar o nascimento de novas linguagens? É uma questão que devemos discutir, se estamos dispostos a considerar o

processo como originado por atos específicos de indivíduos específicos. Pode haver muitas maneiras de responder a essa pergunta. Visualizemos o nosso autor como alguém que propôs alguma mudança nas regras de um determinado jogo lingüístico. Pode-se seguir disso – desde que ele seja suficiente público – que o jogo nunca mais será o mesmo, porque aqueles que desejam manter as velhas regras o fazem, não reiterando-as, como se o inovador nunca houvesse existido, mas respondendo-lhe e refutando suas propostas. E dado que os que respondem a um adversário devem fazê-lo aceitando sua linguagem e seus pressupostos, mesmo que seja como um prelúdio para debater e negar sua aceitabilidade, um inovador suficientemente ressonante ou escandaloso terá êxito em impor a nova linguagem e as novas regras ao jogo lingüístico, embora, com frequência, de maneiras não congruentes com suas intenções. Alguns grandes inovadores, como Platão ou Marx, criam e difundem novas linguagens graças ao fato de se tornarem autoridades. Outros, como Maquiavel ou Hobbes, graças ao fato de se tornarem adversários, pois para refutá-los se faz necessário que nasçam novas linguagens. E tais autores, deve-se lembrar, são inovadores tanto no campo contextual quanto no textual. Eles sugerem novos modos de discurso que são percebidos como carregados de implicações inovadoras em contextos lingüísticos que não aqueles em que haviam discursado de início. Eles são, portanto, lidos e respostas lhes são dadas, e suas *paroles* têm conseqüências que afetam a *langue* em contextos que não precisam necessariamente ter figurado entre suas intenções. Negar que se teve uma intenção pode não ser impossibilitar um efeito.

Mas estou falando aqui de transformações na linguagem: da criação e da difusão da nova linguagem no geral e no singular. Uma vez que admitimos o termo “criação e difusão de linguagens”, o uso do plural, ou a expressão específica, embora indefinida, “uma linguagem”, nos leva a vislumbrar um tipo mais concreto de fenômeno. As linguagens, nesse sentido plural, devem ser difundidas, bem como criadas. Elas devem se tornar recursos disponíveis para a emissão de atos de fala que não aqueles por meio dos quais foram criadas, ser elas próprias convenções sujeitas a inovações e mudanças, *langues*, em suma, mais do que simples seqüências de *paroles*. Como uma retórica maquiaveliana ou anti-maquiaveliana se institucionalizou nesse sentido, como se tornou um idioma ou linguagem disponível para os propósitos de outros, além de Maquiavel e dos que lhe responderam imediatamente (se é que houve alguém que lhe respondesse imediatamente), não é uma questão fácil de responder. Parece haver ao menos duas maneiras de se buscar essa resposta. A primeira é discursiva: ao “aprender uma linguagem”, no sentido que tentei descrever, aprendemos a reconhecê-la em qualquer lugar em que ela apareça e a notar sua presença em uma diversidade de textos e contextos, alguns dos quais po-

como
Filmes
↓
locute

15
c

dem ser muito diferentes daqueles em que a vimos formulada pela primeira vez. Nesse caminho, o historiador pode se ver estudando a difusão de uma linguagem por todo um campo de discurso em constante ampliação e mudança, até atingir o ponto em que se pode dizer que tal linguagem não é meramente o idioma partilhado por uma série de debatedores, mas um recurso difundido e disponível, a ponto de ser conhecido de, e poder entrar no discurso de, pessoas envolvidas em discussões que não as pessoas para as quais ela fora originalmente criada. Neste ponto, a linguagem assume um papel metafórico, bem como paradigmático: quais – deve-se perguntar – os efeitos da discussão de um problema em uma linguagem, originados em algum outro ponto do discurso social, que sugeriam que o problema pertencia a uma determinada família de problemas? Os efeitos terão sido sentidos pela linguagem tanto quanto pelo problema.

A vantagem de se estudar dessa maneira a difusão e a criação de uma linguagem está em que isso possibilita ao historiador mapear o campo do discurso e estudar a ação e a transformação se efetuando nele. A desvantagem está em que isso virtualmente confina o estudo – embora o campo seja tão vasto que esse confinamento nem sempre é percebido – à história do discurso registrado: a uma história de textos, literatura e debates interdisciplinares, na qual a resposta a um ato de escrita e publicação é constatável somente quando essa resposta é, por sua vez, outro ato de escrita e publicação. Não é preciso que disso se siga que os únicos atores dessa história sejam publicistas, embora em geral o sejam. As linguagens que o historiador aprende podem aparecer no discurso escrito privado, se algum deles tiver sobrevivido – o público penetra no privado –, ou nos registros escritos de discursos orais, nos quais a história do período inicial da Inglaterra moderna felizmente é rica: diários parlamentares, julgamentos políticos, os debates de Putney. Temos uma dívida para com a taquigrafia, vale lembrar, e também com o tipo móvel. Mas a história do discurso entre os *literati* – a história do texto dialogando com outro texto – não nos fornece a história, seja lá qual for ela, da *langue* e da *parole* no universo da linguagem oralmente transmitida. Não é fácil obter vestígios dessa história, mas eles existem. Quando o historiador que estou descrevendo tem algum desses vestígios em mãos, ele indaga como o discurso oral pode ter interagido com o discurso impresso, o da cultura popular com o da cultura especializada, e outras perguntas do gênero. Se continuar sendo um historiador do discurso da elite, ele irá admitir que está estudando o discurso de grupos sociais poderosos e limitados. Ele irá também sustentar que o discurso desses grupos mostra o discurso público em toda a sua diversidade, mudando sob as pressões impostas pela tipografia, pela controvérsia e por altos níveis de autoconsciência. Dentro de limites evidentes, o debate entre os *literati* do grupo governante oferece uma crítica eficaz e es-

clarecedora dos valores desse mesmo grupo, e nosso historiador poderá optar por dedicar uma boa parte de seu tempo ao estudo de sua história.

Começamos a encontrar aqui uma gama adicional de significados para o estudo da difusão e da institucionalização das linguagens: o estudo das estruturas materiais e sociais por meio das quais elas se disseminaram. Aqui, técnicas como a da *histoire du livre* têm muito a oferecer. Saber quantas cópias da *Encyclopédie* foram compradas e quando, onde, e – se tivermos sorte – por quem foram compradas pode proporcionar uma boa quantidade de informações, embora isso não nos revele se, e menos ainda como, os compradores leram o livro, ou como articularam suas respostas, se é que deram alguma resposta. É preciso lembrar, também, que eles podem ter comprado o livro com outros fins em mente. O que essa abordagem pode fazer pelo historiador cujo *métier* estive descrevendo é aguçar sua consciência com relação aos espaços, campos e estruturas de comunicação no interior dos quais as linguagens políticas foram criadas e difundidas. Ele precisa, eu sugeria, de uma melhor geografia do discurso político do início da Europa moderna: uma noção precisa dos territórios e limites em que certas linguagens estavam distribuídas e certos paradigmas tinham autoridade, de modo que o discurso público de um *pays*, Estado ou província poderia implicar uma gramática, metafísica e ideologia parecidas, ou mais provavelmente não parecidas, com as implicadas por outro *pays*, Estado ou província. Claro que há aqui uma dupla perspectiva. Até mesmo o Jano inglês tinha duas faces. A cultura política era internacional tanto quanto regional, e devemos levar em conta o que aconteceu quando Grotius foi lido em Londres, ou Hobbes em Leiden, Locke em Nápoles ou Montesquieu na Filadélfia. Mas tais problemas devem ser enfrentados não somente com uma reflexão sobre a história da cultura de um em comparação à de outro, mas com uma reflexão sobre o fato de que o discurso político tem lugar em uma diversidade de situações e espaços comunicativos. Os que leram o *Leviatã* em Londres durante a década de 1650, conheceram-no no mundo de George Thomason, em meio a uma explosão tipográfica e social e a uma crise revolucionária no discurso e na consciência. Os que o leram na Holanda conheceram-no, a despeito de tudo o que já ouvimos no sentido contrário, no ambiente distinto, mas de forma alguma brando ou neutro, das salas de conferência das universidades, nas quais era lido e discutido em latim (não sei se existia um discurso panfletário holandês – ao passo que certamente havia um inglês, no qual Hobbes desempenhou um importante papel). Isso significa que o *Leviatã* tem muitas histórias, e figura na criação e na difusão de linguagens através de muitos tipos de contexto.

O historiador da criação e da difusão de linguagens políticas é, tal como o descrevi, um historiador das interações entre *parole* e *langue*. Ele está interessado

na *parole*, em grande medida, na maneira como ela atua sobre a *langue*, como atua para ocasionar na *langue* mudanças classificáveis como uma estrutura institucional do discurso público, disponível para os diversos e freqüentemente conflitantes propósitos de muitos atores em um universo discursivo. Isso não satisfaz completamente, e acho que nunca satisfará, àqueles cuja exigência com relação ao historiador da *parole* é a de que ela seja mostrada atuando a partir de, sobre e no interior de uma situação altamente específica, composta de relações sociais e atos históricos. Mas devemos ter cuidado com a falácia de exigir o imediato, onde o mediato deve bastar. O discurso atua sobre pessoas; os textos atuam sobre leitores; mas essa ação efetua-se algumas vezes sincronicamente, através das respostas nitidamente imediatas dos ouvintes ou leitores e, outras vezes, diacronicamente, pela eficácia da *parole* em levá-los a aceitar uma mudança nos usos, nas regras e nas implicações, reconhecidas ou implícitas, da *langue*. Ao estudar a criação e a difusão de linguagens, estamos comprometidos com processos que têm de ser vistos diacronicamente, por mais que sejam constituídos por *performances* ocorrendo sincronicamente. As linguagens são poderosas estruturas mediatárias, e atuar sobre elas e no interior delas é atuar sobre pessoas, talvez imediatamente, mas também por meio de uma transformação dos seus meios de mediação, o que, com freqüência, é feito de maneira indireta e leva tempo. Certamente devemos estudar as transformações no discurso na medida em que elas geram transformações na prática, mas há sempre um intervalo no tempo, suficiente para gerar heterogeneidade no efeito.)

VIRTUDES, DIREITOS E MANEIRAS*

Um Modelo para Historiadores do Pensamento Político

A história do pensamento político é, por tradição, profundamente afetada pelo estudo da lei. Nos últimos anos, contudo, têm ocorrido algumas interessantes ondulações e oscilações. Maneiras ou modos de falar sobre a política que estavam bastante distantes da linguagem jurídica têm recebido destaque no estudo da história, e embora haja sinais de que a historiografia do pensamento político está retrocedendo rumo ao que defenderei ser o paradigma centrado na lei no qual ela tem sido tradicionalmente desenvolvida, é uma convicção fundamental de todos nós que a agulha nunca retorna ao seu ponto de partida e que, portanto, deve-se esperar alguma transformação no paradigma. O título deste ensaio tem a intenção de circunscrever a transformação que pode ter ocorrido.

Quem consultar qualquer obra clássica a respeito desse tema – Carlyle, Sabine, Wolin – constatará que a história do pensamento político, pelo menos dos estóicos aos historicistas, organiza-se, em grande medida, em torno das noções de Deus, natureza e lei. O indivíduo é visto como habitante de um cosmos regido por princípios racionais e morais, essenciais a sua existência, que são da natureza do *nomos*, e a esses sistemas, filosoficamente concebidos ou divinamente revelados, são assimilados os corpos de jurisprudência elaborados pelos seres humanos. O próprio Deus é

* Extraído de J. G. A. Pocock, *Virtue, Commerce, and History*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 37-50.

visto como uma *lex loquens*, e mesmo o Seu papel como o autor de inescrutável Graça não prejudica muito essa imagem. Filosofia e fé tornam-se modos de conhecer e reconhecer a lei, resultando em que a jurisprudência proporciona o acesso a quase todas as mais sublimes formas de experiência intelectual. Tudo isso é familiar, a ponto de ser muito raramente expresso, e esse paradigma organiza com muita eficiência uma vasta quantidade de conhecimentos bastante duráveis. Contudo, há elementos com uma realidade histórica pertinente, nos quais ele não se encaixa e que ele pode chegar a distorcer – sem mencionar o fato de que há civilizações, como a chinesa, que ele simplesmente nos obriga a ignorar¹. Existem pensadores que, como Maquiavel, não exibem qualquer relação com o paradigma do Direito Natural, e com respeito aos quais somos, portanto, obrigados a presumir que pretenderam negá-lo ou subvertê-lo. Transformações nos estilos dominantes do pensamento político ocorrem no interior do paradigma e são tratadas como prova de sua destruição a partir de seu próprio interior ou de sua exaustão a partir do exterior, dando-se pouca atenção à possibilidade de que talvez nunca tivessem feito parte dele. Pressupostos normativos afloram aqui e ali, e o historiador é levado ou a celebrar ou a deplorar a mudança do naturalismo para o historicismo, enquanto no centro do processo surge uma atormentada, embora estranhamente triunfante, entidade com o nome de liberalismo, denunciada pelos naturalistas como insuficientemente natural e pelos historicistas como insuficientemente histórica, e justificada por alguns de seus defensores sobre bases em grande parte independentes da natureza ou da história, não obstante lhe seja atribuído por todos os três – em decorrência de sua preocupação nela centrada – um lugar na história muito mais central (como mostrarei) do que tem ocupado de fato.

Fiz com que um pequeno pelotão de espantalhos desfilasse à contramarcha diante de nós, mas não creio que tenha causado grandes estragos aos pressupostos organizadores no interior dos quais a história do pensamento político tem-se desenvolvido. Recentemente, contudo – e na busca de uma, hoje predominante, técnica de descoberta e recapitulação de vocabulários e idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica) nos quais o pensamento político foi articulado no decurso de sua história –, surgiram apresentações dessa história em que o paradigma do Direito Natural ocupa apenas parte do palco, e aprendemos a falar em idiomas não redutíveis às linguagens conjuntas da filosofia e da jurisprudência. Proponho reapresentar um relato de algumas partes dessa história recentemente construída e, então, formular algumas perguntas sobre o papel da lei na formação da mentalidade política ocidental.

1. Ver a recente publicação, Kung-chuan Hsiao, *A History of Chinese Political Thought*, (vol. 1: *From the Beginning to the Sixth Century A.D.*), trad. F. W. Mote, Princeton, N. J., Princeton University Press, 1979.

O fato central nessa historiografia recente tem sido o papel crucial atribuído ao que ora é denominado de humanismo cívico, ora de republicanismo clássico². Continuo a sentir uma certa preferência pelo primeiro termo, apesar das numerosas objeções que lhe são feitas. Essas objeções provêm de confusões ocasionadas pela existência de inúmeras maneiras de se usar a palavra “humanismo” e um forte desejo de consolidá-las, em resultado do quê, sempre que um estudioso emprega o termo “humanismo cívico”, um outro objeta que o humanismo nem sempre foi cívico. Contudo, a afirmação de “republicanismo clássico” tem algo de humanista em si mesma. Ela implica a afirmação de que o *homo* é naturalmente um cidadão e mais plenamente ele mesmo, quando vive em um *vivere civile*, e diversas reesquematizações da história e técnicas de estudo humanistas são mobilizadas em torno dessa afirmação, sempre que ela é feita.

O que me importa neste ensaio, contudo, é situar o modo cívico-humanista de discursar sobre política ao lado do modo filosófico e jurídico, já que é nesse ponto que a historiografia recente tem sido problemática de um modo mais instigante. Embora eu veja o livro de Baron como um início crucial, nem por isso me sinto obrigado a retomar as controvérsias que ele provocou. No entanto, uma objeção levantada contra sua tese, por Riesenbergs³ e outros, foi a de que a cidadania nas repúblicas italianas era, em sua maior parte, definida mais propriamente em termos jurisdicionais e jurídicos do que em termos oriundos de um vocabulário humanista da *vita activa* e do *vivere civile*. Uma comuna italiana era uma entidade jurídica habitada por pessoas sujeitas a direitos e obrigações. Defini-las e definir a autoridade que as protegia era definir o cidadão e sua cidade, e a prática, na medida em que contraposta aos princípios da cidadania, era conduzida nessa linguagem.

Os que estavam preocupados em expor e explorar a linguagem do republicanismo clássico replicavam que, embora não se possa negar que isso seja verdadeiro, os dois vocabulários são excepcionalmente descontínuos entre si. Francesco Guicciardini, por exemplo, era doutor em Direito Civil e exercia suas atividades como tal. Ainda assim, em seus textos, a linguagem da virtude republicana é regularmente empregada, embora de maneira autodestrutiva, ao passo que a linguagem da jurisprudência mal aparece e, menos ainda, como instrumento da teoria política

2. Hans Baron, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, 2. ed., Princeton, N. J., Princeton University Press, 1966; J. G. A. Pocock, *The Machiavellian Moment*, *op. cit.*, “*The Machiavellian Moment Revisited: A Study in History and Ideology*”, *Journal of Modern History*, LIII, 1 (1981), pp. 49-72. Quentin Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, (vol. 1: *The Renaissance*; vol. 2: *The Age of Reformation*), *op. cit.*

3. Peter N. Riesenbergs, “Civism and Roman Law in Fourteenth-Century Italian Society”, *Explorations in Economic History*, VII, 1-2 (1969), pp. 237-254.

normativa. Algo muito semelhante pode ser dito a respeito de Maquiavel, embora ele não fosse, até onde sabemos, versado no conhecimento da lei. O argumento de que Guicciardini e Maquiavel eram ideólogos idealistas, sem contato com a realidade cívica, não parece muito convincente, apesar de não haver nada que não se possa esperar que um historiador sistematicamente anti-intelectual venha a argumentar mais cedo ou mais tarde. E, embora esteja agora em andamento uma tentativa de se interpretar Maquiavel no contexto do Direito Civil romano, ela terá de evitar a armadilha de afirmar que, embora ele nunca diga nada que seja sobre a lei ou que seja expresso em seu vocabulário, seu silêncio é sinal de uma tentativa de destruir a jurisprudência ignorando-a e falando em outros termos.

Temos então dois vocabulários em que o pensamento político tem-se desenvolvido que são marcadamente descontínuos entre si, porque tomam como premissas valores distintos, encontram problemas distintos e empregam distintas estratégias de discurso e de argumentação. Sua descontinuidade torna-se ainda mais notável quando os vemos sendo utilizados no mesmo contexto e para propósitos congruentes. E, de fato, Skinner, no primeiro volume de seu *Foundations*, mostrou que, desde fins do século XIII, a reivindicação de independência republicana italiana era emitida simultaneamente nos modos republicano e jurídico. De Bartolus em diante, foram encontrados meios de argumentar que uma república era *sibi princeps* e adquiria *imperium mixtum* ou *merum* sobre seus cidadãos e território. De Brunetto Latini em diante, argumentava-se que uma república deve reivindicar a *libertas* como o pré-requisito para exercer para si e para seus cidadãos aquela independência e virtude cívicas que constituíam a melhor vida terrena possível para os homens. A palavra *libertas* pode ser encontrada em ambos os contextos, embora houvesse uma profunda distinção entre seu uso em um contexto jurídico e em um contexto humanista, um deles vinculado – como assinalou Hexter⁴ – à distinção entre liberdade no sentido negativo e liberdade no sentido positivo.

A lei, pode-se generalizar, é antes do império que da república. Se argumentarmos na tradição de Bartolus, a cidade adquire *libertas* no sentido de *imperium*. Possivelmente, ela a readquire de um *princeps* ou *imperator*. Ela adquire a liberdade de praticar as suas próprias leis. Se o cidadão adquire *libertas*, ele adquire uma “liberdade da cidade” – o sentido original do francês *bourgeoisie* –, liberdade para cuidar de seus próprios assuntos, protegido pelos direitos e pelas imunidades que a lei lhe confere, bem como pelo *imperium*, que decreta e impõe as leis. Mas a liber-

4. J. H. Hexter, resenha sobre *The Machiavellian Moment* publicada em *History and Theory*, XVI (1977), pp. 306-337, reimpressa como o capítulo 6 de *On Historians: Reappraisals of Some of the Makers of Modern History*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1979.

tas desse *bourgeois* não é suficiente para fazer dele um cidadão no sentido grego, um cidadão que governa e é governado. Guicciardini – e aqui talvez (embora não com certeza) ele estivesse pensando como um doutor em leis – assinalaria que se poderia dizer do *popolo* que ele desfruta de *libertà* da opressão dos poderosos *grandi*, mesmo quando não a desfruta no sentido de *partecipazione* no *governo dello stato*⁵. Seria possível, é claro, argumentar que o povo estaria mais seguro dela no primeiro sentido, quando também a tivesse no segundo sentido, mas Guicciardini podia conceber outras maneiras de constituir uma autoridade pública poderosa o bastante para conter a opressão privada. O que importava no referente a uma *repubblica* era o fato de que sua autoridade podia ser *pubblica*. Não obstante, reduzir o nível de participação do cidadão em uma república poderia terminar em sua reconstituição como uma monarquia legal, na qual a *libertas* de cada homem, até mesmo a sua *bourgeoisie*, estaria protegida por uma lei ministrada por um soberano absoluto. Nos últimos instantes de sua vida, o rei Carlos I proclamava, do cadafalso, que a liberdade do povo sob a lei não tinha nada a ver com ter ou não voz no governo. A apresentação jurídica da liberdade era, portanto, negativa. Ela distinguia entre *libertas* e *imperium*, liberdade e autoridade, individualidade e soberania, privado e público. Esse é o seu maior papel na história do pensamento político, e ela desempenha esse papel associando liberdade a direito, ou *ius*.

O vocabulário republicano empregado por *dictatores*, retóricos e humanistas articulava a concepção positiva de liberdade: sustentava que o *homo*, o *animale politicum*, era constituído de tal forma que sua natureza só se completava em uma *vita activa*, praticada em um *vivere civile*, e que a *libertas* consistia em liberdade de restrições contra a prática de tal vida. Conseqüentemente, a cidade deve ter *libertas* no sentido de *imperium*, e o cidadão deve ter participação no *imperium* para governar e ser governado. Somente esse sistema político, dizia Guicciardini, seria uma exceção à regra geral de que o governo é uma forma de dominação violenta sobre os outros⁶. Mas não era fundamental para essa asserção que o cidadão devesse reivindicar direitos ante o *imperium*, do qual ele próprio era um participante. Era por esse motivo que Thomas Hobbes declarava, no século seguinte, que a *libertas* blasonada nas torres de Lucca não impedia que essa cidade exercesse uma soberania absoluta sobre as vidas de seus cidadãos⁷.

James Harrington replicaria que Hobbes confundira as coisas e que a *libertas* dos cidadãos de Lucca consistia em ser membro da república – certa vez, ele cha-

5. Pocock, *The Machiavellian Moment*, op. cit., pp. 126, 142-143, 146 n. 59, 232, 254.

6. *Idem.*, pp. 124-125 e notas 21-22.

7. Thomas Hobbes, *Leviathan* (Londres, 1651), Livro II, cap. 18, qualquer edição.

mou isso de “Rei Povo” – que exercia a soberania⁸. Na verdade, os dois estavam falando linguagens distintas, sem compreender um ao outro. Hobbes argumentava juridicamente: ele sustentava que existiam os direitos, que os direitos constituíam a soberania, e que os direitos não podiam, por conseguinte, ser reivindicados contra a soberania. Mas o vocabulário da lei está quase que totalmente ausente do discurso de Harrington. Ele argumentava como um humanista: sustentava que no animal humano havia algo plantado por Deus, algo que requeria um preenchimento na prática de um autogoverno ativo, e a esse algo – que algumas vezes Harrington estava disposto a chamar de “natureza”, outras de “razão”, e outras de “governo” – ele estava também disposto a dar o absolutamente crucial nome de “virtude”. É central, para o raciocínio que estou desenvolvendo aqui, o fato de que a “virtude” não possa ser satisfatoriamente reduzida ao *status* de um direito ou assimilada ao vocabulário da jurisprudência.

“Virtude” é uma palavra com uma longa história e uma enorme diversidade de significados. Ela poderia ser usada como sinônimo de “natureza”, “essência” ou “característica essencial” – como quando o candidato a doutor de Molière diz que o ópio faz dormir porque tem uma virtude dormitiva. Poderia também carregar o sentido romano-maquiaveliano de uma capacidade para agir no confronto com a *fortuna*. Poderia significar pouco mais do que uma propensão fixa a praticar qualquer um dentre vários códigos éticos, embora em geral se afirmasse que essa propensão exigia uma intensificação por meio da filosofia socrática, ou da Graça cristã, ou de ambas. Tal como foi desenvolvida no vocabulário republicano, a palavra parece ter assumido vários sentidos adicionais. Poderia significar uma devoção ao bem público. Poderia significar a prática, ou as condições para a prática, de relações de igualdade entre cidadãos envolvidos no governar e ser governados. E, por fim, visto que a cidadania era, acima de tudo, um modo de ação e de prática da vida ativa, poderia significar aquela qualidade de comando ativo – praticada nas repúblicas por cidadãos iguais entre si e dedicados ao bem público – que enfrentava a *fortuna* e era conhecida pelos italianos do Renascimento como *virtù*, mas que, como Maquiavel demonstraria, implicava a prática de um código de valores não necessariamente idêntico às virtudes cristãs. Essas virtudes cristãs de forma alguma eram necessariamente políticas, e foi por isso que Montesquieu, no prefácio do *Esprit des Lois*, achou conveniente distinguir entre *vertu morale*, *vertu chrétienne* e *vertu politique*. A terceira era formalmente diferente das outras duas e implicava

8. James Harrington, *The Commonwealth of Oceana*, 1656, em J. G. A. Pocock (org.), *The Political Works of James Harrington*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977, pp. 170-171, 229.

uma devoção à igualdade perante as leis de uma república⁹. Mas devemos agora perguntar em que sentido acabamos de usar a palavra “leis”, pois isso é parte do problema do sentido em que a palavra *lois* era usada por Montesquieu.

A virtude como devoção ao bem público aproximava-se de uma identificação com o conceito de justiça. Se os cidadãos tinham de praticar um bem comum, eles deviam distribuir seus componentes entre si, e deviam distribuir até mesmo os vários modos de participação nessa distribuição. As análises de Aristóteles, Políbio e Cícero demonstraram que esses modos eram altamente variados e podiam ser combinados em uma grande diversidade de padrões complexos. A ciência política no sentido de ciência da *politeia* tomou isso como seu tema. Ademais, um modo particular de participação podia ser visto como o apropriado para um indivíduo social específico: ser próprio a ele, ser-lhe apropriado ou de sua propriedade. As noções de *suum cuique*, de distribuição e justiça, eram, portanto, inerentes à tradição cívica republicana. Mas havia uma série de sentidos em que a concepção republicana ou política de virtude excedia os limites da jurisprudência e, portanto, da justiça como a conceberia um jurista.

A noção de governar e ser governado implicava uma noção de igualdade para a qual a noção de distribuição não era completamente adequada. Quando a um indivíduo era atribuída a sua parte ou papel no processo político-distributivo, apropriada a sua personalidade social, e a outro indivíduo também era atribuída a sua, podia-se dizer que a *cuique* tinha sido atribuído *suum*. Mas o conceito de governar e ser governado requeria que cada um dos dois reconhecesse que, embora sob qualquer padrão, exceto um, as partes atribuídas a cada qual eram proporcionais, mesmo que desiguais, havia, ainda assim, um critério de igualdade (no governar e ser governado) pelo qual cada um continuava sendo o igual do outro e ambos partilhavam da posse de uma personalidade comum e pública. Embora essa igualdade tivesse como pressuposto tanto a distribuição quanto a justiça, havia um sentido em que ela transcendia a ambas e não era distribuível.

Se a *partecipazione* fosse distribuída segundo necessidades socialmente específicas e nada mais, não haveria (diziam os defensores da virtude republicana) *res publica* – em termos aristotélicos, não haveria *polis* – na qual a participação, a igualdade e o governar e ser governado fossem possíveis. A distribuição da autoridade pública como uma questão do direito privado era para eles a definição clássica da corrupção, e sob corrupção não haveria, em última análise, quaisquer direitos. A

9. Charles Secondat, baron de Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, 1751, em *Oeuvres Complètes*, Paris, Gallimard, 1949, p. 4.

igualdade era um imperativo moral, não como uma forma de assegurar o direito de *quisque* ao *suum* – embora ela desempenhasse essa função, entre outras –, mas como o único meio de assegurar a *res publica*: de assegurar que o *imperium* fosse realmente público, e não privado, disfarçado de público.

A república ou *politeia* resolvia o problema da autoridade e da liberdade, fazendo *quisque* participante da autoridade pela qual era governado. Isso implicava relações de igualdade que impunham exigências extremamente severas sobre o indivíduo, mas partindo da premissa de que ele era *kata phūsin* criado para participar de tal cidadania, podia-se dizer que era de sua “natureza”, de sua “essência”, proceder assim. A natureza pode ser desenvolvida, mas não pode ser distribuída. Não se pode distribuir um *telos*, somente os meios de atingi-lo. A virtude não pode, portanto, ser reduzida a uma questão de direito. As leis de uma república – as *lois* obedecidas pela *vertu politique* de Montesquieu – eram, portanto, muito menos *regulae juris*, ou modos de resolução de conflitos, do que *ordini* ou “ordens”. Eram a estrutura formal no interior da qual a natureza política se desenvolvia até seu fim inerente. Esse é o sentido da máxima de Harrington: “Boas ordens tornam homens maus em bons, e más ordens tornam homens bons em maus”¹⁰. Ele dizia isso, não porque não acreditasse que os homens são por natureza bons e políticos, mas, justamente, porque acreditava nisso.

Começa a parecer, no entanto, que a tendência característica da jurisprudência seria a de reduzir o nível de participação e negar a premissa de que o homem é por natureza político. Poderíamos argumentar que isso se dá porque a grande preocupação do jurista concerne àquilo que pode ser distribuído, como coisas e direitos. Se em *suum cuique* lermos *suum* como adjetivo, os substantivos não enunciados são *res* e *ius*. Há ainda muito por dizer com relação aos sentidos que *res* pode assumir no vocabulário jurídico e sobre a história desses significados. Mas, por enquanto, devemos desenvolver a discussão em torno do fato de que, dado que a lei é do império mais que da república, sua atenção se fixa no *commercium* mais que no *politicum*. Enquanto a *polis* e a *res publica* declinavam rumo ao nível da municipalidade, duas coisas aconteciam: o universo ficava impregnado pela lei, cuja soberania tinha um centro extra-cívico, e o cidadão passava a ser definido, não por suas ações e virtudes, mas por seus direitos às coisas e sobre as coisas. Devemos resistir à tentação de definir *res* como objetos materiais, mas um dos grandes valores da jurisprudência na história da cultura mental tem sido sua insistência sobre a questão (e o enriquecimento de nossa compreensão sobre ela) das espessas cama-

10. Harrington, *Oceana* em Pocock (org.), *The Political Works of James Harrington*, op. cit., p. 838.

das de realidade material e social pelas quais o *animale politicum* se vê cercado e a complexa vida normativa que ele deve desenvolver ao distribuir ou administrar as coisas que compõem essas muitas camadas.

A jurisprudência reforçada pela retórica – foi na república que as duas tenderam a se tornar inimigas – foi a principal chave da mente renascentista para a compreensão do mundo das coisas socializadas. Em um ensaio recente, Donald Kelley sugeriu que foram os humanistas jurídicos dessa era que inauguraram uma compreensão moderna da história, e que o papel dos humanistas cívicos tem sido superestimado¹¹. Não é exatamente uma novidade, mas com certeza é verdade, que os juristas, e não os republicanos, foram os primeiros a desenvolver uma história social¹². Sempre se argumentou, contra o cidadão clássico, que ele é, no fundo, um herói trágico, não confiável, que insiste em afirmar que vive no reino da liberdade, e não no da necessidade. É por isso que ele está tão preocupado com bens não distribuíveis como a igualdade e a virtude, e é também por isso que ele se debate constantemente com a *fortuna*. Em *The Machiavellian Moment*, eu estava preocupado em estudar as bases materiais – armas primeiro e propriedade depois – que Maquiavel achou necessárias para situar a virtude no reino da necessidade.

Estou permitindo que minha linguagem se torne arendtiana, porque estou interessado na possibilidade de que a jurisprudência possa ser vista como predominantemente social, preocupada com a administração das coisas e com as relações humanas que se realizam por mediação das coisas, em oposição a um vocabulário cívico do puramente político, orientado para as relações pessoais não mediadas, implicadas pela igualdade e pelo governar e ser governado. Sou também um não-marxista interessado em encontrar circunstâncias sob as quais a linguagem marxista possa ser empregada com validade, e me sinto intrigado com a conexão que parecemos estar desvelando entre lei, liberalismo e *bourgeoisie*. “A um alto preço comprei esta liberdade”, diz o oficial romano nos *Atos dos Apóstolos* (21), segundo a Versão Autorizada¹³. Mas na tradução francesa publicada em Genebra, em 1588, ele diz: “*J'ay acquis ceste bourgeoisie avec une grande somme d'argent*”. Ele está falando da cidadania no limitado sentido de uma liberdade negativa para desfrutar a própria vida e bens, com imunidade contra a ação arbitrária dos servos

11. Donald R. Kelley, “Civil Science in the Renaissance: Jurisprudence Italian Style”, *The Historical Journal*, XXII, 4 (1979), pp. 777-794.

12. J. G. A. Pocock, *The Ancient Constitution and the Feudal Law*, op. cit.; Donald R. Kelley, *The Foundations of Modern Historical Scholarship: Language, Law and History in the French Renaissance*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1970.

13. Hexter, *On Historians: Reappraisals of Some of the Makers of Modern History*, op. cit., pp. 295-296.

do príncipe (ele acaba de descobrir que não pode açoitá-lo São Paulo, porque este também desfruta da *bourgeoisie romaine*). Estamos descobrindo (1) que a liberdade definida pela lei investe o cidadão de direitos, mas não o investe de nenhum papel no *imperium*; (2) que a lei discrimina entre a *libertas*, que dá garantias ao cidadão, e o *imperium* ou *auctoritas* do príncipe ou magistrado que ministra a lei; (3) que a lei define o cidadão em termos do *ius ad rem* e do *ius in re*, que ele adquire por meio de seu papel na posse, transferência e administração das coisas. O Direito Civil nos oferece, então, um individualismo possessivo em uma forma que antecede em muito o início do capitalismo moderno e nos oferece uma antiga forma de separação e recombinação entre autoridade e liberdade que os teóricos políticos chamam de liberalismo. Não é de pouco interesse encontrar a palavra *bourgeoisie* sendo empregada para denotar uma cidadania negativa, consistindo na posse e na transferência de coisas sujeitas à lei e à autoridade soberana, pois isso lança uma luz sobre esse tema pouco estudado que é a história do conceito e substantivo *bourgeoisie* antes de ele adquirir seu significado marxista.

Sociais primeiro e políticos depois, o Direito Civil e o Direito Consuetudinário definem os indivíduos como possuidores, investindo-os de direito e propriedade sobre as coisas e, em última análise (como vemos em Locke), sobre si mesmos. Eles definem a própria lei como uma entidade de dupla face, porque ela é, ao mesmo tempo, o direito do súdito e o domínio do príncipe. Em um recente e notável estudo sobre teorias dos direitos naturais – *Natural Rights Theories: Their Origin and Development* –, Richard Tuck mostrou até onde os indivíduos eram investidos de direitos que deveriam se dobrar completamente ao soberano¹⁴. Tuck está ainda jogando um pólo do pensamento jurídico contra o outro, e está recontando, com renovada sofisticação, a história clássica do que viríamos a chamar de liberalismo: a história de como os direitos se tornaram a precondição, a ocasião e a causa efetiva da soberania, de maneira que a soberania pareceu ser uma criatura dos direitos para cuja proteção ela existia. É impossível negar que seja esse o principal tema da história do pensamento político moderno, em sua fase inicial. Mas, há muito, a principal crítica à síntese liberal tem sido a de que, por ter definido o indivíduo como proprietário e possuidor de direitos, ela não o definiu como possuidor de uma personalidade adequada à participação no autogoverno, resultando em que a tentativa de fundamentar a soberania na personalidade não foi completamente concretizada. Não tenho a intenção de usar a história como um meio de explorar essa crítica normativa, mas devo investigar algumas consequências historiográficas da descoberta

14. Richard Tuck, *Natural Rights Theories: Their Origin and Development*, op. cit.

de que, paralelamente à história do liberalismo, que é uma questão de lei e direito, existiu no decorrer de todo o início da modernidade uma história do humanismo republicano, na qual a personalidade era considerada em termos de virtude.

Em *The Foundations of Modern Political Thought*, Skinner descortinou um cenário dos séculos XIII e XIV, em que as reivindicações de liberdade republicana do jurista e do humanista se desenvolviam lado a lado, até onde podemos ver, sem se sobrepor e, aparentemente, sem colidir umas com as outras. Ele levou sua exploração da política cívico-humanista até o ano 1530, data em que, sustenta-se, essa forma de pensamento foi eclipsada, com a última república florentina. E depois de um estudo do humanismo inglês, de caráter mais ciceroniano, e do humanismo francês, de caráter mais jurídico, ele transpôs o segundo volume de sua história para o eixo prescrito pelo paradigma centrado na lei. Isto é, tornou-se de sua alçada lidar com questões referentes às relações entre autoridades civis e eclesiásticas, da revolta contra a visão católica da ordem divina e do problema da resistência no interior de ordem civil. Essas questões foram discutidas predominantemente nos vocabulários da lei, e mesmo sua matriz filosófica pressupunha que as verdades de ordem divina tinham de ser descritas como leis e, só então, perguntava se essas leis seriam conhecidas por nós como aspectos da natureza divina ou como mandamentos da vontade divina. Skinner enfatizou o papel histórico da adoção ockhamista e sorbonista dessa última posição, e mostrou as maneiras como ela foi proveitosa para as teses proto-protestantes referentes à relação do homem com Deus, para concepções estoicas, mais que aristotélicas, da origem da ordem civil, e para as teorias sobre o centro ativo da autoridade política, nas quais as escolhas entre as alternativas absolutista, populista e individualista tendiam a se tornar mais sinistras¹⁵. Ele pôde, assim, concluir seu livro em um ponto em que as teorias do Estado, da resistência ao Estado e da sociedade civil como campo para essa resistência tinham se consolidado em suas primeiras formas modernas.

A empreitada podia ser realizada dentro dos requisitos do paradigma centrado na lei, e não requeria muita alusão ao vocabulário da virtude republicana. É verdade que, quando era lido por juristas e estudiosos, Maquiavel tendia a aparecer na companhia de Ockham, Marsilius e Lutero, e houve tomistas espanhóis que procuraram refutar Maquiavel juntamente com estes últimos, em uma mesma investida. Mas, para fazer isso, era necessário traduzir Maquiavel para uma linguagem que ele ignorara completamente. Se pretendia algo ignorando-a, é uma questão além

15. J. G. A. Pocock, "Reconstructing the Traditions: Quentin Skinner's Historian's History of Political Thought", *The Canadian Journal of Political and Social Theory*, III, 3 (1979), pp. 95-113.

de qualquer resposta. O importante a notar aqui é que, se há um vocabulário da virtude republicana evoluindo independentemente, não é necessário traçar sua história para se poder lidar com o vocabulário das controvérsias analisadas no segundo volume de Skinner. Visto que sua história do pensamento republicano termina por volta de 1530 e seu livro como um todo chega só até cerca de 1590, ele não atinge o ponto em que a virtude republicana ressurgiu de forma algo inesperada no pensamento político do norte anglófono, de resto, centrado na lei, no rei e em Deus. Há boas razões para esse hiato, embora eu continue a lamentá-lo, pois precisamos de algumas respostas à questão que Hexter caracteristicamente formulou como: “como diabos” isto aconteceu?¹⁶

Escrever a história do pensamento político em termos centrados na lei – que equivale, em grande medida a escrevê-la como história do liberalismo – é algo, como já vimos, prescrito em termos paradigmáticos. E argumentar, como fazemos aqui, que as linguagens do direito e da virtude não são pronta e facilmente intercambiáveis, é fazer a virtude parecer uma intrusa e uma anomalia em um terreno delimitado pelo direito. Há sinais – não, contudo, em Skinner – de uma tendência a ignorar o paradigma cívico-humanista, ou então, a assimilá-lo ao jurídico. O ensaio de Kelley sugere que o humanismo cívico tem recebido a sua justa parcela de atenção, e que deveríamos agora retornar ao trabalho sério de estudar a jurisprudência. Tuck também se empenha em apresentar a imagem republicana dentro da categoria de Direito Civil e Natural. Ele recorre à construção, elaborada pelos teóricos holandeses Pieter de la Court e Baruch Spinoza, de uma república clássica, a partir do estado de natureza do jurista, e sugere que eu teria me visto obrigado a modificar as minhas conclusões se tivesse levado em conta esses autores¹⁷. Haitsma Mulier mostrou, contudo, que eles eram polemizadores do partido parlamentarista, ansiosos por investir a república – isto é, a cidade ou a província – de soberania e, portanto, estavam recuando até a criação do *jus* em um estado de natureza como meio de estabelecer sua *majestas* mais do que sua *virtus*¹⁸.

Antes da jurisprudência escocesa do século XVIII – sobre a qual aguardamos o trabalho que vem sendo elaborado por James Moore¹⁹, Nicholas Phillipson e outros – e de desenvolvimentos análogos na França e no pensamento de Rousseau,

16. Hexter, *On Historians: Reappraisals of Some of the Makers of Modern History*, op. cit., p. 288.

17. Tuck, *Natural Rights Theories*, op. cit., p. 141, n. 58.

18. E. O. G. Haitsma Mulier, *The Myth of Venice and Dutch Republican Thought in the Seventeenth Century*, Assen, Netherlands, Van Gorcum, 1980.

19. James Moore, “Locke and the Scottish Jurists”, distribuído pela Conferência para o Estudo do Pensamento Político em “John Locke and the Political Thinking of the 1680s”; textos apresentados em um

os dois modos, parece-nos importante acentuar, permaneceram incompatíveis. A virtude não era redutível ao direito, e se uma república plena deveria surgir do estado de natureza do jurista, ela estava longe da meta republicana de criar e transferir os direitos que eram tudo que um estado de natureza poderia gerar. O populismo, portanto, que vinha à tona quando se investia um *populus* de *dominium*, *jus* e *imperium*, era lingüística e politicamente distinto do republicanismo que surgia quando se investia esse povo de *virtus*. Em princípio, o primeiro tinha a probabilidade de gerar a *bourgeoisie*, e o último, o *vivere civile*. E muito da confusão existente deve-se ao fato de que a língua alemã usa a mesma palavra para denotar “bourgeois” e “cidadão”.

Analisando o campo historiográfico sob uma perspectiva norte-americana, sinto-me ainda mais consciente de que reafirmar o paradigma centrado na lei pode ter o efeito de manter o paradigma liberal em uma forma que, parece-me, conduz a equívocos. Há uma concepção acadêmica convencional, agora transmitida aos estudantes, de que a teoria política teria se tornado “liberal” – seja lá o que for que isso signifique, e seja ou não por razões mais ou menos marxistas – por volta da época de Hobbes e Locke e, nos Estados Unidos, teria, desde então, assim permanecido. Isso me parece uma séria distorção da história²⁰, não porque Hobbes e Locke não tenham tomado parte em uma grande remodelagem da relação entre o direito e a soberania, desenvolvida no âmbito das premissas do paradigma centrado na lei, mas porque estudar esse paradigma, e nada mais, leva a uma compreensão radicalmente equivocada dos papéis históricos desempenhados tanto pelo liberalismo quanto pela jurisprudência, bem como das relações entre o direito e a virtude, com as quais este trabalho se ocupou. Proponho, como conclusão, oferecer o que considero ser uma interpretação histórica mais correta, que me permitirá tratar do terceiro termo da tríade que compõe o meu título: o conceito de “maneiras”.

O trabalho de Hobbes coincide no tempo com o de Harrington, que desempenhou um papel primordial na introdução dos conceitos de virtude republicana na Inglaterra. E os *Treatises* de Locke estão estreitamente associados, e ainda assim não podem ser vinculados ao estabelecimento do regime mercantilista *Whig* do século XVIII e com a reação contra esse regime em nome da virtude. Podemos endossar a avaliação de Skinner e Dunn de que a obra de Locke é “o texto clássico

simpósio patrocinado pela Conferência para o Estudo do Pensamento Político e pelo Folger Institute for Renaissance and Eighteenth-Century Studies, 1980.

20. J. G. A. Pocock, “The Myth of John Locke and the Obsession with Liberalism”, em J. G. A. Pocock e Richard Ashcraft, *John Locke*, Los Angeles, Clark Memorial Library, 1980; também o capítulo 4 deste volume.

da política calvinista radical”²¹ – que certamente foi construída no âmbito do paradigma centrado na lei –, e ainda acrescentar a sugestão de que seu trabalho foi uma empreitada do século XVII e de que a política de Locke marca o encerramento de uma época, mais que o início de outra. De 1688 a 1776 (e depois), a questão central na teoria política anglófona não era saber se se pode fazer oposição a um governante por prevaricação ou mau governo, mas se um regime fundado no direito de nomeação de cargos públicos, ou “patronagem”, dívida pública e profissionalização das forças armadas não corromperia tanto governantes quanto governados. E corrupção era um problema de virtude, não de direito, que nunca poderia ser resolvido por meio de uma afirmação do direito à oposição. O pensamento político, portanto, se move decisivamente, embora nunca irreversivelmente, para fora do paradigma centrado na lei e para o âmbito do paradigma da virtude e da corrupção.

A entrada em cena de uma nova elite governante (ou “interesses ricos e poderosos”) de acionistas e funcionários públicos de alto escalão, cujas relações com o governo eram de mútua dependência, foi contra-atacada por uma renovada (ou “neo-harringtoniana”) afirmação do ideal do cidadão, virtuoso em sua devoção ao bem público e em seu envolvimento em relações de igualdade e no governar-e-ser-governado, mas virtuoso também em sua independência de qualquer relação que pudesse torná-lo corrupto. Para tanto, o cidadão devia requerer a autonomia da propriedade real, e muitos outros direitos (inclusive o de possuir e portar armas) eram necessários para lhe assegurar isso. Mas a função da propriedade continuou sendo a de garantir a virtude. Era difícil imaginar como o indivíduo poderia se ver envolvido em relações de troca, ou em relações governadas pela troca (especialmente quando estas tomavam a forma de provas documentais de crédito público), sem se envolver em relações de dependência e corrupção. Os ideais de virtude e comércio não podiam, portanto, ser reconciliados entre si, enquanto o termo “virtude” fosse empregado no sentido austeramente cívico, romano e arendtiano que, no início deste trabalho, optamos por empregar, e que foi altamente influente no debate do século XVIII. Mas agora percebia-se que esse cidadão tão virtuoso era animal político em demasia e muito pouco animal social, a ponto de poder ser considerado antigo e não moderno, antigo a ponto de ser arcaico.

A virtude foi redefinida – embora existam sinais de uma tendência a abandonar a palavra – com a ajuda do conceito de “maneiras”. À medida que foi deixando o mundo rural-guerreiro da antiga cidadania ou da gótica *libertas*, o indivíduo en-

21. Skinner, *The Foundations of Modern Political Thought*, op. cit., II, p. 239; John Dunn, *The Political Thought of John Locke: An Historical Account of the Argument of the Two Treatises of Government*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

trou no universo cada vez mais impregnado por transações “do comércio e das artes” – o último termo significando tanto as habilidades produtivas quando as audiovisuais –, no qual suas relações e interações com outros seres sociais, e com seus produtos, foram se tornando cada vez mais complexas e variadas, modificando e desenvolvendo mais e mais aspectos de sua personalidade²². Comércio, lazer, cultivo e – isso foi logo percebido, com notáveis conseqüências – divisão do trabalho e diversificação da mão-de-obra combinaram-se para operar essas transformações. E se o indivíduo não mais podia ter acesso direto à atividade e igualdade do governar e ser governado, e tinha de delegar o governo e sua defesa a representantes profissionais e especializados, ele, no entanto, se via mais do que compensado pela perda da antiga virtude, em troca de um indefinido e, talvez, infinito enriquecimento de sua personalidade, produto dos múltiplos relacionamentos, tanto com as coisas quanto com as pessoas, em que foi progressivamente se envolvendo. Dado que essas novas relações eram de natureza social, e não política, as capacidades que elas levavam o indivíduo a desenvolver não eram chamadas de “virtudes”, mas de “maneiras”, um termo no qual se combinavam o termo ético *mores* e o termo jurídico *consuetudines*, com o primeiro predominando. A psicologia social da época afirmava que encontros com coisas e pessoas evocavam paixões e as refinavam, transformando-as em maneiras. Era preeminentemente a função do comércio refinar as paixões e polir as maneiras. E o etos social do Iluminismo foi construído sobre o conceito de estreitos encontros desse terceiro tipo.

“As maneiras”, afirmava Burke, “têm maior importância que as leis [...] elas auxiliam a moral, alimentam-na, ou destroem-na totalmente”²³. Eu gostaria de sugerir que ele tinha em mente a *ordini* mais do que estatutos: as “leis” feitas por legisladores estruturando uma ordem clássica, pois o conceito de “maneiras”, embora não pertença ao vocabulário operacional da jurisprudência, foi na verdade amplamente promovido por e através do estudo do Direito Civil e Natural, particularmente do *jus gentium*. Estamos agora na era de uma revivida e modernizada jurisprudência natural, fundamentada na noção de que um estudo exaustivo das variações no comportamento social, ao longo do tempo e do espaço, revelaria os princípios subjacentes à natureza humana, sobre os quais se baseia a diversidade de conduta, e dos quais as *lois* tiraram seu *esprit*. A jurisprudência, fosse o que fosse como estudo formal da lei, era a ciência social do século XVIII, a matriz tanto do estudo

22. Ver cap. 6, neste volume.

23. Edmund Burke, *Letters on a Regicide Peace*, 1796, em *The Works of the Right Honorable Edmund Burke*, Londres, 1826, vol. VIII, p. 172. Ver abaixo, p. 264.

quanto da ideologia das maneiras. Uma vez mais, a lei foi jogada contra a virtude, as coisas contra as pessoas, o império contra a república. As tensões entre virtude e comércio, entre antigo e moderno, ajudaram a fornecer à jurisprudência do século XVIII os complexos esquemas históricos e o historicismo nascente, que fizeram das *Lectures on Jurisprudence* de Adam Smith uma teoria do progresso da sociedade através dos quatro estágios da produção. Foi até mesmo possível para Forbes e Stein traçar esse desenvolvimento da jurisprudência sem atribuí-lo à necessidade ideológica de defender o comércio contra a antiga virtude²⁴. Mas não há dúvida de que essa necessidade estava sendo atendida e que uma batalha de defesa ideológica estava sendo travada.

Mas a defesa da sociedade mercantilista, não menos que a defesa da virtude clássica, era realizada com as armas do humanismo. O século XVIII nos apresenta um humanismo jurídico, ou uma jurisprudência humanista, cujas raízes estão na “ciência civil do Renascimento” de Kelley, que é empregada contra o humanismo cívico dos republicanos clássicos, de uma maneira para a qual dificilmente se pode encontrar um paralelo no século XVI. A consequência disso foi a construção de um liberalismo que fez com que a autoridade do Estado garantisse a liberdade do comportamento social do indivíduo, mas não houve nenhuma intenção, de qualquer tipo, de empobrecer esse comportamento confinando-o à rigorosa asserção dos direitos individuais centrados no eu. Ao contrário: pelo menos até o final da década de 1780, era o mundo da antiga política que podia ser pintado como rígido e austero, pobre, porque sub-especializado. E o novo mundo do social e do sentimental, do comercial e do cultural, era pintado como abundante em alternativas para a antiga *virtus* e *libertas*, em grande parte, em decorrência do fascínio dos juristas pelo universo da *res*. Agora, por fim, um direito às coisas se tornava um caminho para a prática da virtude, já que a “virtude” podia ser definida como a prática e o refinamento das maneiras. Um humanismo mercantilista havia sido construído, e não sem êxito.

Por volta de 1789, uma brecha se abriu nesse florescente universo, e rapidamente começamos a ouvir denúncias de que o comércio se fundava em um calculismo racional e desalmado e na fria e mecânica filosofia de Bacon, Hobbes, Locke

24. Duncan Forbes, *Hume's Philosophical Politics*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976; Peter Stein, *Legal Evolution: The Story of an Idea*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980. Ver também Pocock, “Cambridge Paradigms and Scotch Philosophers: A Study of the Relations between the Civic Humanists and the Civil Jurisprudential Interpretations of Eighteenth-Century Social Thought”, em Istvan Hont e Michael Ignatieff (orgs.), *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

e Newton. Como essa inversão de estratégias veio a ocorrer é algo, até agora, ainda não muito bem compreendido. Ela pode ter estado vinculada ao surgimento de uma ideologia administrativa, sobre a qual Condorcet, Hartley e Bentham tentaram erigir uma ciência da legislação fundada sobre pressupostos altamente redutivistas. Mas isso é um outro capítulo, tanto da história da jurisprudência quanto do humanismo: um capítulo além dos limites do presente modelo.